



TRT da 7ª Região
Tomada de Contas, Exercício de 2009

RELATÓRIO DE AUDITORIA DA GESTÃO

EXERCÍCIO 2009



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	5
LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS.....	7
APRESENTAÇÃO.....	9
A - CONTEÚDO GERAL.....	13
1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS.....	13
JUSTIFICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	14
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA - 0571	15
AÇÕES COORDENADAS PELO TST.....	16
Ação: 5093 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus)	16
Ação: 2C73 – Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus)	16
Ação: 1P66 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho.....	17
AÇÕES COORDENADAS PELO TRT/7ª REGIÃO	17
Ação: 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	17
Ação: 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	18
Ação: 2010 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.....	19
Ação: 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	20
Ação: 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	21
Ação: 4091 – Capacitação de Recursos Humanos.....	21
Ação: 4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	22
Ação: 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	23
Ação: 8134 – Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho.....	25
Ação: 7N58 – Construção do Depósito Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	25
Ação: 2003 – Ação de Informática.....	26
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO - 0089....	27
Ação: 0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões.....	27
OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS – 0901.....	27
Ação: 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	27
Ação: 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Pecatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.....	28



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

2. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO	29
3. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	37
4. AVALIAÇÃO DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES	37
EXAME DE CONFORMIDADE NOS PROCESSOS DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	39
Procedimentos licitatórios (na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA)	39
Adesão a Atas de Registro de Preços (ARP)	40
EXAME DE CONFORMIDADE NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS	41
Dispensas de licitação	42
Inexigibilidades de licitação	44
5. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	46
FORÇA DE TRABALHO	46
OBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO SOBRE ADMISSÃO, REMUNERAÇÃO, CESSÃO E REQUISIÇÃO DE PESSOAL	47
OBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO SOBRE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO	48
6. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCU E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	49
DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCU	49
RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS PELA ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO	50
7. EXECUÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	50
8. PASSIVOS SEM A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS OU DE RECURSOS	50
9. AVALIAÇÃO QUANTO À CONFORMIDADE DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	50
10. FALHAS OU IRREGULARIDADES SEM DANO OU PREJUÍZO	52
11. FALHAS OU IRREGULARIDADES COM DANO OU PREJUÍZO	53
12. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE AS JUSTIFICATIVAS DOS RESPONSÁVEIS	53
13. OBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS PARA A AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CAPACIDADE OPERACIONAL PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO DE CONVENIENTES (ART. 5º DO DECRETO 6.170/2007)	55
B - CONTEÚDO ESPECÍFICO	55
1. CUMPRIMENTO DO ART. 5º DA LEI Nº 11.416/2006	55
FUNÇÕES COMISSIONADAS E CARGOS EM COMISSÃO	55
2. CONTROLES INTERNOS DOS PROCESSOS DE GESTÃO ASSOCIADOS A PRECATÓRIOS	57



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACI – Assessoria de Controle Interno
ARP – Ata de Registro de Preços
CGU – Controladoria-Geral da União
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho
DAS – Divisão de Assistência ao Servidor
DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho
DG – Diretoria-Geral
DICON – Divisão de Contabilidade
DLCC – Divisão de Licitações, Compras e Contratos
DLP – Despesa Líquida de Pessoal
DN – Decisão Normativa
DOJT – 7ª Região – Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 7ª Região
DSOFC – Diretoria do Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ERMAT – Escola Regional da Magistratura Trabalhista
GP – Gabinete da Presidência
GRU – Guia de Recolhimento à União
IN – Instrução Normativa
Memo. - Memorando
Of. - Ofício
PAAC – Plano Anual de Ações de Controle
PAC – Plano Anual de Capacitação
PE – Pregão Eletrônico
Port. – Portaria
PPC – Programa Permanente de Capacitação
Proc. – Processo
Pron. - Pronunciamento
PRT – 7ª REGIÃO – Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região
RAAC – Relatório Anual de Ações de Controle
RCL – Receita Corrente Líquida
Res. – Resolução
RG – Relatório de Gestão
SAOF – Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
SCGAP/ ACI – Seção de Controle da Gestão Administrativa e Patrimonial da ACI
SCGOF/ACI – Seção de Controle da Gestão Orçamentária e Financeira da ACI
SCGP/ ACI – Seção de Controle da Gestão de Pessoas da ACI
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira da Administração Pública Federal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

SPT2 – Sistema de Acompanhamento Processual Trabalhista do 2º Grau de Jurisdição

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TCU – Tribunal de Contas da União

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TRF – Tribunal Regional Federal

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UO – Unidade Orçamentária



LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 1: Indicadores Orçamentário-Financeiros,	35
Gráfico 2: Indicadores Institucionais,	36
Gráfico 3: Despesa Real por Processo Solucionado,	36
Gráfico 4: Proporcionalidade dos procedimentos analisados,	38
Gráfico 5: Proporcionalidade das manifestações SCGAP às Adesões a ARP,	40
Gráfico 6: Pronunciamentos distribuídos por objeto da contratação direta (inexigibilidade),	44
Gráfico 7: Índice de Inscrição de RAP Não Processados (%),	51
Gráfico 8: Índice de Inscrição de RAP não Processados Inscritos/Reinscritos e Pagos (%),	51
Gráficos 9 e 10: Cargos e Funções Comissionadas entre os servidores integrantes ou não da Carreira Judiciária Federal,	56
Quadro A: Pagamento de Precatórios,	28
Quadro B: Indicadores de Desempenho - 2009,	30
Quadro C: Comparativo entre Indicadores de 2008 e 2009,	33
Quadro D: Processos verificados previamente, de acordo com as faixas de valor,	37
Quadro E: Pregões eletrônicos analisados e respectivas manifestações conclusivas,	59
Quadro F: Proporcionalidade das contratações decorrentes de dispensa de licitação por fundamento legal,	42
Quadro G: Contratações por dispensa de licitação analisadas previamente pela SCGAP/ACI,	63
Quadro H: Contratações por dispensa de licitação analisadas <i>a posteriori</i> pela SCGAP/ACI,	65
Quadro I: Proporcionalidade das inexigibilidades por fundamento legal,	45
Quadro J: Contratações por inexigibilidade de licitação analisadas previamente pela SCGAP/ACI,	66
Quadro K: Cargos efetivos vagos e providos,	77
Quadro L: Atos/ Formulários remetidos ao TCU,	49
Quadro M: Determinações do TCU ao TRT da 7ª Região,	79
Quadro N: Recomendações da ACI à Administração do TRT – 7ª Região,	96
Quadro O: Quadro de achados,	121
Quadro P: Quadro de achados com potencial efeito danoso,	124
Quadro Q: Proporcionalidade de cargos e funções comissionadas,	56



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009



APRESENTAÇÃO

Em conformidade com o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal, com o Art. 6.º da Lei n.º 8.443, de 16/7/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), com o Anexo I da Decisão Normativa TCU n.º 100, de 7/10/2009 e nos termos da Instrução Normativa TCU n.º 57, de 27/8/2008, a Administração deste Regional emitiu seu Relatório da Gestão, entregue a 30/3/2010.

Verificando a incompletude do relatório, esta Assessoria solicitou à Diretoria-Geral, por meio dos memorandos n.ºs 106 e 112/2010, a complementação das informações, análises e justificativas, em conformidade com a DN TCU n.º 100/2009, o que foi atendido através do memorando n.º 165/2010 e seus anexos, juntados a este processo.

Atendendo ao disposto na Decisão Normativa TCU n.º 102, de 2/12/2009, alterada pela Decisão Normativa TCU n.º 103, de 10/2/2010, na Instrução Normativa TCU n.º 57/2008 e no Ato TRT 7.ª Região n.º 101, de 29/4/2005, esta Assessoria de Controle Interno procedeu à auditoria de gestão, examinando as contas prestadas pelos Dirigentes, Ordenadores de Despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos da Corte Trabalhista da 7.ª Região, quanto ao período de 1º/1/2009 a 31/12/2009.

As ações de controle desenvolvidas por esta Assessoria no exercício de 2009 se conformaram às diretrizes de controle, estabelecidos pelo Ato TRT n.º. 101/2005, e ao Plano Anual de Ações de Controle (PAAC) de 2009, e nelas foram priorizadas as atuações preventiva e orientadora, com o fim de evitar a ocorrência (e reincidência) de falhas e/ou impropriedades, conduzindo à contínua melhoria dos processos de trabalho e procedimentos adotados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

As ações programadas para o exercício e as efetivamente executadas estão descritas, circunstanciadas e justificadas no PAAC 2009 e no Relatório Anual de Ações de Controle (RAAC) referente ao mesmo exercício. Em anexo, ainda, os relatórios correspondentes às ações de controle extra-processuais.

Todos os fatos apurados nas ações de controle realizadas foram informados às unidades auditadas e à Administração Superior (representada pela Presidência e/ou pela Diretoria-Geral), por meio de relatórios, pareceres, e/ou diligências nos processos, bem como por expedientes avulsos, como memorandos e exposições de motivos.

Em relação às impropriedades detectadas, constataram-se poucas soluções ainda pendentes, sendo necessária a ultimação das providências de regularização por parte da Administração.

Ainda atendendo às disposições da Decisão Normativa TCU n.º 102, de 2/12/2009, esta Assessoria organizou os autos do processo de tomada de contas, anexando-lhe:

- (i) Rol de Responsáveis;
- (ii) Relatório de Gestão e Anexo (declaração do contador responsável);
- (iii) Pedidos de Complementação do Relatório de Gestão (Memo. ACI n.º 106/2010 e anexos e Memo. ACI n.º 112/2010);
- (iv) Memo. DG n.º 165/2010 e anexos, por meio do qual a Administração complementou o Relatório de Gestão;
- (v) Declaração da Secretaria de Gestão de Pessoas sobre o atendimento ao disposto na IN TCU n.º 5/1994 por parte dos responsáveis do TRT;
- (vi) Ata da Correição Ordinária realizada pelo TST neste Tribunal, no período de 12 a 16 de abril de 2010, publicada no DEJT de 5/5/2010;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

- (vii) Ofício TRT GP nº 425/2010, da Presidência, e anexo, relatando as providências pertinentes às recomendações constantes na Correição Ordinária;
- (viii) PAAC – 2009;
- (ix) RAAC – 2009;
- (x) Relatório de Monitoramento – Auditoria - DRH;
- (xi) Relatório de Auditoria no Programa de Assistência Médico-Hospitalar e anexos;
- (xii) 1º Pré-Relatório de Auditoria de Folha de Pagamento (2009) – Escopo: Fichas financeiras de servidores que tiveram substituições pagas em 2008 e de janeiro a março de 2009;
- (xiii) 2º Pré-Relatório de Auditoria de Folha de Pagamento (2009)– Escopo: Fichas financeiras de servidores ativos, inativos e pensionistas, em que se verificou reajuste de proventos e pensões, auxílio pré-escolar, consignações de pensão alimentícia e de empréstimos bancários e férias, dentre os meses de janeiro a março de 2009;
- (xiv) 3º Pré-Relatório de Auditoria de Folha de Pagamento (2009) – Escopo: Fichas financeiras de servidores ativos, inativos e pensionistas alvo de alterações nos meses de abril a julho de 2009;
- (xv) 1º Pré-Relatório de Auditoria de Folha de Pagamento (2010) – Escopo: Fichas financeiras de servidores ativos¹, inativos e pensionistas, alvo de alterações nos meses de agosto a novembro de 2009;
- (xvi) 2º Pré-Relatório de Auditoria de Folha de Pagamento (2010) – Escopo: Fichas financeiras de servidores e magistrados ativos, inativos e pensionistas, alvo de lançamentos manuais no mês de dezembro de 2009;

¹ Dentre eles, um falecido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

(xvii) Relatório de Impacto da Auditoria do Rol de Responsáveis e anexos; e

(xviii) Relatório de Impacto da Auditoria RAP (Restos a Pagar).

Apresenta-se, a seguir, o Relatório de Auditoria da Gestão, respaldado nos Relatórios Seccionais de Auditoria de Gestão das Seções desta Assessoria², dividido em duas partes: Conteúdo Geral e Conteúdo Específico.

² Seção de Controle da Gestão Administrativa e Patrimonial (SCGAP), Seção de Controle da Gestão Orçamentária e Financeira (SCGOF) e Seção de Controle da Gestão de Pessoas (SCGP).



A - CONTEÚDO GERAL

1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2009, para o desenvolvimento de suas atribuições, ao Judiciário Trabalhista fora outorgado o programa *Prestação Jurisdicional Trabalhista* (0571) e ações dos programas *Previdência de Inativos e Pensionistas da União* (0089) e *Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais* (0901).

De 2008 a 2009, houve um aumento de 12,85% no programa *Prestação Jurisdicional Trabalhista*.

Ao programa *Prestação Jurisdicional Trabalhista* estão vinculadas ações coordenadas pelo Tribunal Superior do Trabalho ou por este Tribunal que podem, ou não, possuir metas físicas, com vistas a mensurar o grau de alcance dos objetivos.

No Relatório de Gestão e em seu complemento, a Administração apresentou argumentos gerais quanto à execução orçamentária das ações de sua responsabilidade, que se apresentam resumidos, para fins de cotejamento com a análise.

A seguir são apresentados, por programa, os objetivos gerais e específicos de cada ação administrativa, as metas previstas e os resultados efetivamente alcançados, as justificativas específicas da Administração e a avaliação crítica dos resultados alcançados, os fatos que porventura tenham prejudicado o desempenho e as providências adotadas pela Administração.



JUSTIFICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No que tange ao planejamento orçamentário, argumentou a Administração que o valor alocado na LOA 2009 para despesas correntes não foi suficiente, em razão de:

- (i) aumento das tarifas postais de 2009 (no que concerne ao *déficit* para com Correios);
- (ii) aumento dos valores das diárias, após 14 anos congeladas; e
- (iii) aumento do valor do auxílio-alimentação e das mudanças de regras para concessão do auxílio pré-escolar.

Estas últimas (inciso iii), conforme esclareceu a Diretoria-Geral, causaram a superação do planejamento, posto que decorrentes de alterações que ocorreram após essa fase.

Em razão de tais descompassos, o Tribunal solicitou créditos adicionais, destinados a suplementação da ação “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho” em detrimento de outras, em especial a ação “Construção do Edifício Destinado ao Depósito Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região”, a fim de cumprir as programações de trabalho.

Foram elencados, ainda, os seguintes eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária:

- (i) problemas durante a realização de licitações;
- (ii) a não conclusão de processos de aquisição de imóveis; e
- (iii) contingenciamento no exercício - muito embora ao final do exercício o valor contingenciado tenha sido liberado, não houve mais tempo hábil para a instrução e realização de certames licitatórios.

O Gerente Executivo do Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista, no TST, acresceu ainda as seguintes



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

informações, que também aproveitam à execução no âmbito do TRT – 7ª Região:

“Ressaltamos, entretanto, alguns descompassos na execução pontual de determinadas ações, especialmente projetos, cuja execução foi um pouco prejudicada devido a problemas oriundos do contingenciamento ou de dificuldades na fase de licitação das obras.

Cumprе observar, ainda, que a Justiça do Trabalho sofreu grande prejuízo nesse exercício em função dos cortes realizados no Congresso Nacional por ocasião da aprovação da Proposta Orçamentária para 2009, especialmente no que tange às ações de Custeio dos Tribunais.

Além disso, a criação da ação 2003 ‘Ações de Informática’ sem discussão prévia com a Setorial de Orçamento e retirando recursos da principal ação finalística ‘Apreciação de Causas’ também trouxe enormes prejuízos à execução, tendo em vista que retirou recursos essenciais à manutenção dos Tribunais.

À (sic) despeito disso, porém, em diversas ações observa-se que as metas estão sendo alcançadas e, algumas vezes, até ultrapassadas.”

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA - 0571

No exercício de 2009, o programa Prestação Jurisdicional Trabalhista continuou a representar a maior parcela do orçamento do Órgão, com 74,72% da dotação disponibilizada.

Objetivo geral: conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de Direito Público Externo e da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios, do Estado e da União, bem como dirimir os conflitos elencados no art. 114 da Constituição Federal.



AÇÕES COORDENADAS PELO TST

Ação: 5093 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus)

Objetivos específicos: modernizar a Justiça do Trabalho, a fim de reduzir o tempo de tramitação e de julgamento de processos trabalhistas e melhorar a qualidade da prestação jurisdicional.

Meta prevista: não há meta física para o TRT da 7ª Região, por se tratar de projeto descentralizado do TST.

Resultados alcançados: 100% da meta financeira (R\$21.538,00 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: por se tratar de ação do TST, considerou que não se aplica justificativa por parte deste Regional.

Avaliação: a integral utilização dos recursos financeiros revela o bom transcurso dos trabalhos da sua execução.

O orçamento alocado para o TRT - 7ª Região, relativo a esta ação, destinou-se à contratação de serviços de instalação e configuração do servidor de aplicação JAVA, utilizado, dentre outros fins, no portal de serviços, disponibilizado no sítio eletrônico deste Regional.

Ação: 2C73 – Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus)

Objetivos específicos: viabilizar a manutenção do Sistema e-Jus.

Meta prevista: não há meta física para o TRT da 7ª Região, por se tratar de projeto descentralizado do TST.

Resultados alcançados: 66,12% da meta financeira (R\$39.238,34 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: por se tratar de ação do TST, considerou que não se aplica justificativa por parte deste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Avaliação: a maior parcela do orçamento alocado para o TRT - 7ª Região, na ação em tela, foi utilizada para manutenção de equipamento de *STORAGE*; constatou-se que, também por problemas nos procedimentos internos de licitação, a contratação ocorreu tardiamente, resultando na execução parcial do orçamento.

Ação: 1P66 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho

Objetivos específicos: reformar, adaptar, ampliar, padronizar as instalações prediais que abrigam as varas trabalhistas e as sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Meta prevista: não há meta física para o TRT da 7ª Região, por se tratar de projeto descentralizado do TST.

Resultados alcançados: 99,87% da meta financeira (R\$539.809,51 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: por se tratar de ação do TST, considerou que não se aplica justificativa por parte deste Regional.

Avaliação: o valor destinado a essa ação foi utilizado para aquisição de microcomputadores, impressoras a laser, *notebooks* para magistrados e poltronas giratórias para diversos setores do Tribunal.

O processo de modernização da Justiça do Trabalho envolveu também a área de recursos humanos e de capacitação, com serviços de reforma na Escola Judicial do TRT – 7ª Região (antiga ERMAT).

AÇÕES COORDENADAS PELO TRT/7ª REGIÃO

Ação: 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Objetivo específico: assegurar o pagamento da contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência Própria dos Servidores Públicos Federais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Meta prevista: não há meta física prevista.

Resultado alcançado: 100% da meta financeira (R\$27.531.425,00 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: considerou satisfatória a execução.

Avaliação: com o cumprimento de 100% da meta financeira, foi garantido o pagamento da obrigação patronal da previdência própria dos servidores da Justiça do Trabalho, na forma da Lei nº 10.887/2004.

Ação: 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Objetivo específico: assegurar a prestação de assistência médica e odontológica aos servidores e seus dependentes, em caráter complementar.

Meta prevista: 2.424 pessoas beneficiadas.

Resultados alcançados: 98,55% da meta física (2.389 pessoas beneficiadas) e 99,98% da meta financeira (R\$2.821.065,66 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: considerou a execução desta ação satisfatória.

Avaliação: a meta física (pertinente ao número de beneficiários em um mês) é calculada com base em estimativa, determinada a partir do histórico dos exercícios anteriores e da previsão de criação, no exercício, de cargos e funções no órgão.

A realização ou não da expectativa, depende, ainda, da demanda por parte do servidor. A demanda menor que a prevista resultou no *déficit* de 35 beneficiados para o alcance de 100% da meta física. A execução financeira próxima a 100%, ante essa demanda menor, demonstra pequeno aumento do custo médio por pessoa beneficiada.



Ação: 2010 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Objetivo específico: oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, assegurando assistência pré-escolar aos filhos com idade de 0 a 5 anos.

Meta prevista: 107 crianças atendidas.

Resultados alcançados: 66,35% da meta física (71 crianças atendidas) e 100% da meta financeira (R\$ 257.400,00 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: o baixo percentual de cumprimento da meta foi, em parte, resultante da metodologia de comprovação da despesa, instituída pelo Ato TRT nº 92/95, que exigia, como requisito para recebimento do benefício, a entrega dos recibos correspondentes à despesa realizada.

Essa exigência levou à exclusão de um número significativo de dependentes que potencialmente poderiam figurar no programa de assistência pré-escolar, por impossibilidade de comprovação da despesa. Com a revogação do Ato TRT nº 92/95 e a instituição da nova regulamentação do programa pelo Ato TRT nº 172/09, publicado no DEJT nº 371, de 3/12/09, o valor do auxílio passou a ser único, dispensando-se a comprovação. Há a expectativa de que, em 2010, a meta realizada aproxime-se da prevista.

Avaliação: a meta física é calculada com base em estimativa, determinada a partir do histórico dos exercícios anteriores e da previsão de criação, no exercício, de cargos e funções no órgão. A realização ou não da expectativa, depende, ainda, da demanda por parte do servidor.

A demanda menor que a prevista e o aumento do valor do auxílio-creche (de R\$200,00³ para R\$280,00, conforme Ato nº 18/2009, publicado no DOJT – 7ª Região, Edição nº 38, de 4/3/09, p. 2843),

³ Ato TRT-7ª Região nº 211/2000.



resultou no cumprimento distinto entre as metas física e financeira (66,35% contra 100%).

Ação: 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Objetivo específico: proporcionar aos servidores o recebimento do auxílio transporte.

Meta prevista: 30 servidores beneficiados.

Resultados alcançados: 70% da meta física (21 servidores beneficiados) e 100% da meta financeira (R\$32.400,00 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: para o exercício financeiro de 2009, a previsão da meta física foi feita com base em dados do primeiro semestre de 2008. Em dezembro de 2008, contudo, um reajuste salarial teve como impacto direto o incremento do vencimento-base do servidor.

Consequentemente, para vários servidores, o aumento do desconto⁴ tornou desinteressante o recebimento do auxílio-transporte. Verificou-se, assim, no exercício de 2009, uma exclusão de vários servidores do benefício, com impacto na meta física realizada.

Avaliação: a meta física é calculada com base em estimativa, determinada a partir do histórico dos exercícios anteriores e da previsão de criação, no exercício, de cargos e funções no órgão. A realização ou não da expectativa, depende, ainda, da demanda por parte do servidor, bem como do quantitativo de passagens necessárias a cada um.

O aumento nos vencimentos dos servidores (Lei n.º 11.416/2006) causou desinteresse em aderir ao benefício; de outra parte, o grande número de passagens destinadas aos servidores que remanesceram (em razão da multiplicidade de bilhetes exigidas para os trechos percorridos) assegurou o alcance da meta financeira plenamente.

⁴ De 6% (seis por cento) sobre o vencimento-base.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Ante o conhecimento, à época da elaboração do PLOA 2009, do incremento remuneratório que se daria em dezembro de 2008, a Administração reduzira em 40% o quantitativo previsto de beneficiários.

Ação: 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Objetivo específico: proporcionar aos servidores o auxílio-alimentação.

Meta prevista: 755 servidores beneficiados.

Resultados alcançados: 98,01% da meta física (740 servidores beneficiados) e 100% da meta financeira (R\$5.309.879,00 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: considerou satisfatória a execução física da ação orçamentária.

Avaliação: a meta física é calculada com base em estimativa, determinada a partir do histórico dos exercícios anteriores e da previsão de criação, no exercício, de cargos e funções no órgão.

De outra parte, o valor do auxílio aumentou de R\$450,00 (Ato TRT nº 113/2008), quantia que baseou o planejamento, para R\$590,00 (Ato TRT nº 203/2008), a partir de 1º de dezembro de 2008. A demanda menor que a prevista resultou diferença entre as metas física e financeira (98,01% contra 100%).

Ação: 4091 – Capacitação de Recursos Humanos

Objetivo específico: promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal em todos os níveis de graduação e serviços, de modo que se obtenham melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade.

Meta prevista: 240 servidores capacitados.

Resultados alcançados: 79,16% da meta física (190 servidores capacitados) e 100% da meta financeira (R\$472.200,00 do orçamento executado).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Análise/ justificativa da Administração: informou-se, no exercício de 2009, o produto “servidor capacitado”, definido como servidor participante de evento de capacitação promovido com recursos da ação orçamentária 4091; destarte, foram excluídos do total os servidores capacitados mediante eventos sem ônus para o TRT ou que não foram custeados com recursos da ação 4091, bem como se evitou a múltipla contagem do mesmo servidor participe de mais de um treinamento.

Portanto, o percentual alcançado da meta física é expressivo, embora não reflita perfeitamente os esforços para a capacitação de servidores, que abrangem um número substancial de servidores beneficiados pelo ensino a distância, mediante convênio com a ENAP, sem ônus para o Tribunal.

Avaliação: apenas no final do exercício de 2009 foi apresentado à Administração, para aprovação, o Programa Permanente de Capacitação (PPC), que deverá embasar a elaboração dos Planos Anuais de Capacitação, doravante.

O PPC, após alterações sugeridas pela Assessoria da Presidência e pela ACI, foi encaminhado para aprovação e divulgação, estando pendente de apreciação.

A ausência de planejamento contribuiu para a capacitação concentrada de servidores, sem observância ao princípio da oportunidade de crescimento igualitária⁵.

Ação: 4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Objetivo específico: prestar assistência jurídica a pessoas carentes no âmbito da Justiça Trabalhista.

Meta prevista: 40 pessoas assistidas.

⁵ Disposto no inciso II do artigo 3º do Anexo III da Portaria Conjunta STF/ STJ/ TST/ STM/ TJDF/ CNJ/ CJF/ CSJT nº 3/2007 (expedida com fundamento no artigo 26 da Lei nº 11.416/2006).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Resultados alcançados: 222,5% da meta física (89 pessoas assistidas) e 100% da meta financeira (R\$98.400,00 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: no caso da ação em tela, o resultado físico foi sensivelmente superior ao previsto.

Avaliação: o estabelecimento de valores periciais menores fez com que, embora superada a meta física em 122,5%, a execução orçamentária não tenha ultrapassado a previsão original.

Ação: 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Dentre as ações desenvolvidas, cabe destaque à Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - 02.061.0571.4256.0001 –, por sua participação no orçamento – 76,86% do programa Prestação Jurisdicional Trabalhista – e pela importância de seu produto – processos julgados.

Objetivos específicos: assegurar as condições necessárias para a manutenção e o funcionamento dos serviços do TRT, inclusive desembolso com pagamento de pessoal ativo.

Meta prevista: 54.002 processos julgados.

Resultados alcançados: 96,74% da meta física (52.240 processos julgados); em relação a pessoal e 99,99% da meta financeira (R\$125.345.025,37 do orçamento executado); em relação a custeio, 99,96% da meta financeira (R\$10.684.483,12 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: tendo em vista que Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho é a mais importante dentre as ações orçamentárias integrantes do Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista, considera-se significativo o alcance do elevado índice (96,74%) de execução da meta física.

Avaliação: tanto a meta física quanto a meta financeira foram praticamente cumpridas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

No que diz respeito ao resíduo (passivo) processual no 2º Grau de jurisdição, houve um crescimento na ordem de 17,38% (1.697 processos em 2008 e 1.992 em 2009), e no 1º Grau de jurisdição, na fase de conhecimento, de 20,99% (13.562 processos em 2008 e 16.409 em 2009); quanto ao 1º Grau, o dado revela uma tendência positiva, já que do exercício de 2007 para o de 2008 o crescimento do passivo havia sido de 22,4%.

De outra parte, houve crescimento de soluções tanto no 1º quanto no 2º Graus, respectivamente na ordem de 7,04% e 5,5%.

No entanto, apesar de todos os esforços empreendidos, não foi possível, por uma estreita margem, alcançar a meta física.

A dedicação verificada quanto a projetos descentralizados do TST, posteriormente abandonados, como o SUAP, prejudicaram o incremento de recursos de informática à área finalística do Tribunal, dado o desvio de esforços em vão, com a criação de Vara Piloto para uso do sistema que findou não concluído.

Contudo, há várias ações que foram executadas ou tiveram início em 2009 e que criam expectativas para reversão do quadro, com prováveis repercussões positivas na produção jurisdicional, quais sejam:

- (i) aprovação do Planejamento Estratégico do órgão, para os exercícios de 2010 a 2014;
- (ii) provimento de cargos vagos de servidores, oriundos de Concurso realizado e homologado em 2009;
- (iii) aprovação do Provimento Conjunto nº 6/2009, no qual foram compiladas as normas de natureza processual, afetas à área judiciária;
- (iv) afetação das atribuições de capacitação e formação de magistrados e servidores à Escola Judicial do TRT – 7ª Região;
- (v) criação de seis novos cargos de desembargador federal do trabalho (dos quais dois já foram providos em 2010);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

- (vi) criação, por lei, de mais seis novas varas do trabalho; e
- (vii) inauguração de outro posto avançado de Vara Trabalhista (no pólo industrial de Maranguape - CE).

Ação: 8134 – Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho

Objetivos específicos: abrigar despesas de custeio e de manutenção de varas do trabalho itinerantes em todo o território nacional, criadas e mantidas nos termos do § 1º do Artigo 115 da Constituição Federal.

Meta prevista: não há meta física prevista.

Resultados alcançados: 0% da meta financeira (R\$0,00 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: problemas com a realização de licitações impediram que se atingisse a meta estipulada para a ação.

Avaliação: após um longo período de estudos com vistas à definição da melhor solução para atender ao interesse da Administração, foram feitas as especificações necessárias à abertura do certame licitatório, o que se deu apenas em dezembro, tendo a conclusão obstada em 2009 por recurso interposto por uma das empresas licitantes⁶.

A grande demora no trâmite do processo (iniciado a 13/1/2009) foi decisiva para o resultado nulo. É de se registrar, porém, que mesmo se houvesse êxito na aquisição do veículo, na segunda metade de dezembro de 2009, certamente a execução desta ação ainda seria zero, já que visava a manutenção e o custeio da vara itinerante a que se prestaria o ônibus licitado.

Ação: 7N58 – Construção do Depósito Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

Objetivos específicos: construir edifício capaz de permitir o armazenamento e a guarda de bens penhorados e de documentos,

⁶ Processo pg nº 1.060/2009-9 (PE nº 53/2009).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

concentrando-os em espaço adequadamente planejado para este fim, na cidade de Fortaleza, com previsão de expansão para guarda de processos provenientes das varas do trabalho localizadas fora da sede.

Meta prevista: não há meta física prevista.

Resultados alcançados: 32,40% da meta financeira (R\$799.350,00 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: a não conclusão dos processos de aquisição dos terrenos destinados a construção do edifício destinado a abrigar o Depósito Judicial do TRT – 7ª Região levaram ao não cumprimento da meta física desta ação.

Avaliação: o resultado financeiro deve-se a inscrição de recursos em RAP. Dentre os imóveis definidos para a construção, havia dois integrantes de inventários não concluídos, com vários herdeiros envolvidos. Problemas quanto à regularidade destes ocasionaram a não consumação da aquisição em tempo hábil e o não início da obra, por conseguinte.

Ação: 2003 – Ação de Informática

Objetivos específicos: proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para a manutenção e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo TRT - 7ª Região.

Meta prevista: não há meta física prevista.

Resultados alcançados: 99,72% da meta financeira (R\$1.142.626,86 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: considerou satisfatória a execução da ação.

Avaliação: a meta financeira fora praticamente cumprida, revelando o bom transcurso dos trabalhos da sua execução.



PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO - 0089

Objetivo geral: assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

Ação: 0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Objetivo específico: assegurar o desembolso com o pagamento de servidores civis inativos e pensionistas, conforme as regras do regime previdenciário próprio.

Meta prevista: 323 pessoas beneficiadas.

Resultados alcançados: 317 pessoas beneficiadas (98,14% da meta física) e 99,97% da meta financeira (R\$53.713.507,76 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: com 98,14% de obtenção da meta, considerou satisfatória a execução.

Avaliação: tanto a meta física como a meta financeira foram quase integralmente cumpridas. A diferença para cumprimento total é própria das variações do público beneficiado, decorrentes de inativações, concessões de pensão e falecimentos ocorridos no exercício.

OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS – 0901

Objetivo geral: cumprimento de sentenças judiciais.

Ação: 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Objetivos específicos: pagamento de sentenças judiciais contra a União, Autarquias e Fundações Públicas, requisitado para obrigações de pequeno valor.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Meta prevista: não há meta física prevista.

Resultados alcançados: 100% da meta financeira (R\$2.307.070,00 do orçamento executado).

Análise/ justificativa da Administração: considerou satisfatória a execução.

Avaliação: o TRT da 7ª Região, na aplicação da ação, é apenas repassador dos valores destinados a pagamento de débitos da União, Autarquias e Fundações Públicas, reconhecidos judicialmente .

Ação: 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Objetivos específicos: pagamento de sentenças judiciais contra a União, Autarquias e Fundações Públicas requisitado por precatório.

Meta prevista: não há meta física prevista.

Resultados alcançados: 100% da meta financeira, de acordo com o Quadro A, a seguir:

Quadro A: Pagamento de Precatórios

Unidade Orçamentária	Orçamentário		
	Autorizado (R\$)	Executado (R\$)	%
15108	1.811.398,00	1.811.398,00	100
26233-UFCE	395.083,00	395.083,00	100
36211-FUNASA	28.473,00	28.473,00	100
53204-DNOCS	1.601.505,00	1.601.505,00	100
TOTAL	3.836.459,00	3.836.459,00*	100

*Deste total foram inscritos R\$330.393,62 em Restos a Pagar (R\$214.391,24 - UO 15108 e R\$116.002,38 - demais UO's).

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Análise/ justificativa da Administração: considerou satisfatória a execução.



Avaliação: o TRT da 7ª Região, na aplicação da ação, também é apenas repassador dos valores destinados a pagamento de débitos reconhecidos judicialmente pela União, Autarquias e Fundações Públicas.

2. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO

Com o advento da Resolução CNJ nº 76/2009, que dispôs sobre os indicadores do sistema de estatística do Poder Judiciário, houve alteração do conceito de diversas variáveis e em fórmulas de apuração que foram adotadas por este Tribunal, em seu Planejamento Estratégico, aprovado em dezembro pela Resolução TRT – 7ª Região nº 322/2009.

Utilizando-se desse instrumento de longa data, primeiramente restrito aos indicadores orçamentário-financeiros, e desde 2008 abrangendo índices institucionais, o Tribunal tem envidado esforços contínuos no sentido de sua perfeita compreensão, da coleta e do registro confiável dos dados constituintes das variáveis necessárias, tudo dirigido ao aperfeiçoamento de sua mensuração.

Mantém-se o Relatório de Gestão de 2009 com o uso de indicadores orçamentário-financeiros e institucionais, estes relacionados à prestação jurisdicional, atividade-fim da Justiça do Trabalho.

Uma primeira análise dos indicadores apresentados no Relatório de Gestão aponta, de modo geral, para padrões satisfatórios de rigor e confiabilidade nos cálculos efetuados.

A seguir, em cumprimento à Decisão Normativa TCU nº 102/2009, são descritos e avaliados os indicadores apresentados no Relatório de Gestão de 2009, quanto a sua utilidade e mensurabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Quadro B: Indicadores de Desempenho - 2009

Indicador	Descrição	Avaliação
Indicadores Orçamentário-Financeiros		
a. Índice de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com Despesa Líquida de Pessoal (DLP)	Indicador que demonstra o percentual da despesa líquida com pessoal (exceto descentralizações externas com precatórios da Administração Indireta) deste Regional em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) da União no ano de 2008.	O indicador é útil à verificação da satisfação dos limites constitucionais com despesa de pessoal. A mensurabilidade é plena, não havendo nenhuma dificuldade na apuração das variáveis (disponibilizadas pelo SIAFI) e no respectivo cálculo.
b. Índice de execução orçamentária	Indicador de eficácia que retrata a relação entre a execução orçamentária e o orçamento total disponibilizado para a instituição.	O indicador é útil à verificação da eficácia com que o orçamento é executado, permitindo, especialmente, no decorrer do exercício, a realização dos ajustes necessários. A mensurabilidade é plena (variáveis disponibilizadas pelo SIAFI).
c. Índice de execução da despesa	Indicador de eficiência que demonstra o total da despesa liquidada, excluídos os valores inscritos em restos a pagar não processados, em relação ao total da despesa executada em 2009.	O indicador é útil à revelação de descompasso entre o total empenhado e o total liquidado (indicativo de falhas de procedimento) e à verificação da aderência aos parâmetros legais. A mensurabilidade é plena (variáveis disponibilizadas pelo SIAFI).
d. Índice de despesas diretas com investimentos	Indicador que avalia participação dos investimentos diretos no total do orçamento executado pela unidade gestora.	O indicador é ilustrativo, para fins de conhecimento do grau de participação das despesas referidas no orçamento da unidade. A mensurabilidade é plena (variáveis disponibilizadas pelo SIAFI).
e. Índice de despesas diretas com custeio (exceto pessoal)	Indicador que avalia a participação das despesas correntes (exceto pessoal) no total do orçamento executado pela unidade gestora.	O indicador é ilustrativo, para fins de conhecimento do grau de participação das despesas referidas no orçamento da unidade. A mensurabilidade é plena (variáveis disponibilizadas pelo SIAFI).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Indicador	Descrição	Avaliação
		pelo SIAFI).
f. Índice de despesas diretas com pessoal e encargo patronal	Indicador que avalia a participação das despesas realizadas diretamente com pessoal e encargos sociais do próprio Órgão (exceto precatórios/SPV de outros órgãos e entidades e também da administração direta), inclusive os repasses previdenciários ao regime próprio de previdência social, no total do orçamento executado pela unidade gestora.	O indicador é ilustrativo, embora também se preste à revelação de indícios pertinentes à aderência aos parâmetros legais. A mensurabilidade é plena (variáveis disponibilizadas pelo SIAFI).
g. Índice de inscrição em Restos a Pagar (RAP) não processados	Indicador de eficiência que avalia se os créditos orçamentários estão sendo pagos e/ou liquidados dentro do exercício de competência, em confronto com a inscrição em RAP.	O indicador é útil à verificação da eficiência na execução orçamentária; presta-se, ainda, a indicar o uso inadequado do instituto (inscrição em RAP de despesas recém-contratadas), decorrente de ausência de planejamento. A mensurabilidade é plena (variáveis disponibilizadas pelo SIAFI).
h. Índice de Liquidação de Restos a Pagar (RAP) não processados inscritos/reinscritos e pagos	Indicador de eficiência que avalia se houve excesso de inscrição em restos a pagar em 2008, quando analisado o efetivamente pago em 2009.	O indicador é útil também à constatação do uso inadequado do instituto. A mensurabilidade é plena (variáveis disponibilizadas pelo SIAFI).
Indicadores Institucionais		
i. Índice de Arrecadação de Imposto de Renda nos processos trabalhistas	Indicador de eficiência que analisa o percentual das receitas de arrecadação de imposto de renda nos processos trabalhistas em relação à despesa total executada no TRT da 7ª Região. Indicador de eficiência que analisa o percentual das receitas de Arrecadação de Imposto de Renda pelo Tribunal em relação ao valor das execuções realizadas.	A utilidade deste indicador reside na revelação da eficiência do Regional na apuração e arrecadação dos recursos de imposto de renda decorrentes das decisões trabalhistas. A mensurabilidade comporta dificuldades de apuração e registro confiável dos valores recolhidos ⁷ .

⁷ A apuração de tais dados não é informatizada. Além disso, o advento da Res. CNJ nº 76/2009, com seus novos conceitos, entrou em choque algumas definições constantes do Sistema E-Jus, o que ainda demanda harmonização.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Indicador	Descrição	Avaliação
j. Índice de Arrecadação da Contribuição Previdenciária nos processos trabalhistas	Indicador de eficiência que analisa o percentual das receitas de execução previdenciária nos processos trabalhistas em relação aos valores das execuções realizadas	Este indicador revela a eficiência do Tribunal na apuração e arrecadação da contribuição previdenciária devida em decorrência das decisões trabalhistas. Quanto à mensurabilidade comporta as mesmas dificuldades referidas quanto ao indicador anterior.
k. Taxa de desempenho – 2º Grau de Jurisdição	Indicador de eficiência do desempenho do 2º grau de jurisdição, obtido pela razão do total de processos julgados no 2º grau pelo somatório dos casos novos com os casos pendentes do 2º grau.	É útil à constatação do grau de congestionamento no Tribunal. A mensurabilidade é melhor que a dos indicadores “i” e “j”, mas ainda é prejudicada pela adaptação necessária aos novos conceitos, por parte de seus operacionalizadores.
l. Taxa de desempenho – 1º Grau de Jurisdição	Indicador de eficiência do desempenho do 1º grau, obtido pela razão do total de processos solucionados no 1º grau pelo somatório dos casos novos com os casos pendentes no 1º grau.	É útil à constatação do grau de congestionamento no primeiro grau de jurisdição. Quanto à mensurabilidade, tecem-se as mesmas considerações do indicador anterior.
m. Taxa de Despesa Real (TDR)	Índice revelador do real montante de orçamento aplicado pelo TRT, relacionando-se a despesa real total, (correspondente à despesa total, excluindo-se pagamentos de precatórios e requisitórios de pequeno valor) com a própria despesa total (valor total do orçamento utilizado).	É útil à visualização do recurso efetivamente destinado à UO. A mensurabilidade é plena (variáveis disponibilizadas pelo SIAFI).
n. Despesa Real por Processo Solucionado	Índice revelador do real valor despendido por processo solucionado (julgado no processo de conhecimento), relacionando-se a despesa real com o número de processos solucionados.	É útil para subsidiar análise de custo-benefício da ação finalística do Tribunal. É facilmente mensurável, por suas variáveis são disponibilizadas por sistemas informatizados confiáveis, e não foram alvo de alterações de conceito.
o. Recolhimento de custas e emolumentos pela Despesa Real	Indicativo do montante recolhido pelo TRT a título de custas processuais e emolumentos em relação à despesa real do Tribunal.	Este indicador revela a eficiência do Tribunal na apuração e arrecadação das taxas indicadas. Quanto à mensurabilidade

Indicador	Descrição	Avaliação
		comporta as dificuldades de registro e coleta de dados referidas quanto aos indicadores “i” e “j”.
p. Arrecadação de Imposto de Renda pela Despesa Real	Indicativo do montante recolhido a título de imposto de renda em relação à despesa real do Tribunal.	Comporta as mesmas ponderações, quanto à utilidade e à mensurabilidade, referidas ao indicador “i”; distingue-se daquele índice por se relacionar à despesa real (variável do indicador “o”).
q. Arrecadação Previdenciária pela Despesa Real	Indicativo do montante recolhido a título de contribuição previdenciária em relação à despesa real do Tribunal.	Comporta as mesmas ponderações, quanto à utilidade e à mensurabilidade, referidas ao indicador “j”; distingue-se daquele índice por se relacionar à despesa real (variável do indicador “o”).
Indicadores de Recursos Humanos		
r. Hora de capacitação por magistrado		Estes indicadores, desenvolvidos no planejamento estratégico aprovado em dezembro de 2009 (Res. 322/09), não têm dados apurados para 2009.
s. Hora de capacitação por servidor		
t. Capacitação – magistrados		
u. Capacitação – servidores		
v. Horas-aula à distância		
w. Avaliação funcional		
y. Satisfação com o clima organizacional		

Fonte: Relatório de Gestão 2009 (complementado)

A permanência da utilização dos mesmos indicadores de 2008 para 2009 permitiu a comparação de desempenho entre os dois exercícios financeiros, conforme quadro a seguir:

Quadro C: Comparativo entre Indicadores de 2008 e 2009

Indicador	2008	2009	Variação
Indicadores Orçamentário-Financeiros			
a. Índice de comprometimento da RCL com DLP	0,030901%	0,034570%	11,87%
b. Índice de execução orçamentária	99,99%	99,19%	(0,80%)
c. Índice de execução da despesa	93,80%	95,86%	2,20%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Indicador	2008	2009	Variação
d. Índice de despesas diretas com investimentos	0,65%	1,08%	66,15%
e. Índice de despesas diretas com custeio (exceto pessoal)	7,55%	8,37%	10,86%
f. Índice de despesas diretas com pessoal e encargo patronal	80,47%	87,93%	9,27%
g. Índice de inscrição em Restos a Pagar (RAP) não processados	6,20%	4,14%	33,23%³
h. Índice de Liquidação de Restos a Pagar (RAP) não processados inscritos/reinscritos e pagos	57,10%	54,61%¹	4,36%³
Indicadores Institucionais			
i. Índice de Arrecadação de Imposto de Renda	1,50%	8,8%	486,67%
j. Índice de Arrecadação da Contribuição Previdenciária	5,70%	34%	496,49%
k. Taxa de desempenho – 2º GRAU	92,90%	66,35%²	(28,58%)
l. Taxa de desempenho – 1º GRAU	74,82%	70,54%²	(5,72%)
m. Taxa de Despesa Real (TDR)	88,67%	97,39%	9,83%
n. Despesa Real por Processo Solucionado	R\$4.209,91	R\$4.388,01	(4,23%)⁴
o. Recolhimento de custas e emolumentos pela Despesa Real	0,72%	0,66%²	(7,88%)
p. Arrecadação de Imposto de Renda pela Despesa Real	1,72%	1,57%	(8,72%)
q. Arrecadação Previdenciária pela Despesa Real	6,43%	6,11%	(4,98%)

¹ Dado corrigido com a inclusão de RAP de 2007, reinscrito em 2008 e pago em 2009;

² Esses dados diferem dos constantes do Relatório de Gestão, por serem reflexos das retificações em suas variáveis apresentadas pela DG no Memo nº 165/2010;

³ A variação dos indicadores “g” e “h” é positiva porque a redução do percentual revela maior eficiência da Administração;

⁴ A variação do indicador “n” é negativa por importar em maior custo.

Fontes: Relatórios de Gestão 2008 e 2009 (complementado) e SIAFI

Comparando-se o indicador “a” (índice de comprometimento de RCL com DLP) para os dois exercícios, observa-se um pequeno crescimento de 2008 para 2009. Inobstante, a despesa de pessoal deste Regional está dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Comparando-se o Índice de Execução Orçamentária (“b”) de 2009 em relação ao exercício anterior, observa-se uma pequena queda de desempenho.

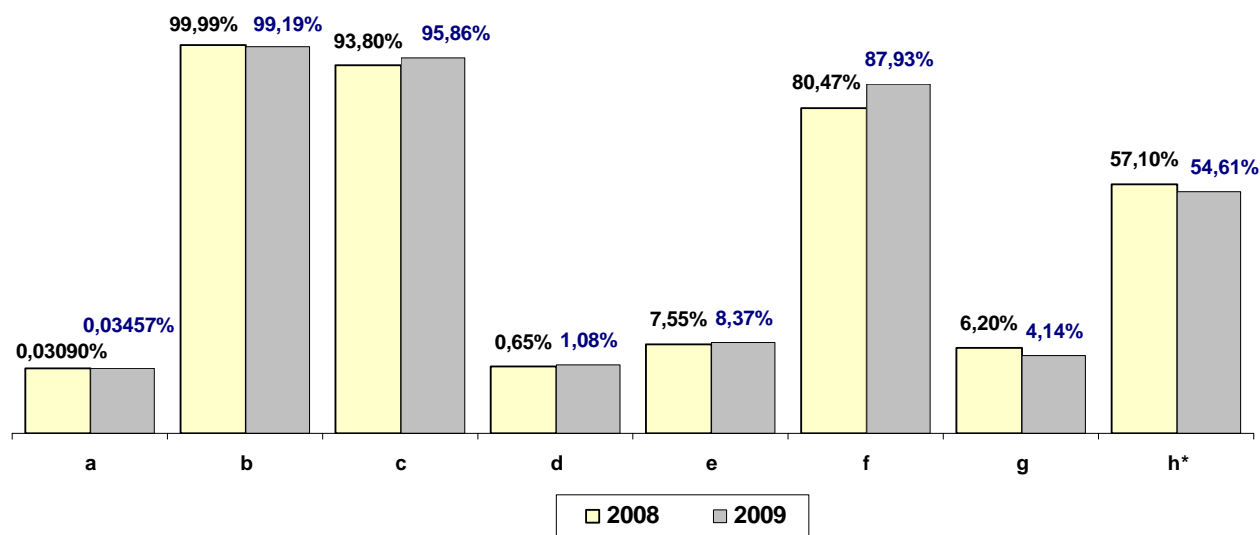
O total da despesa liquidada (indicador “c”) até o final do exercício de 2008 representou 93,80% da dotação utilizada. Em 2009, esse índice passou para 95,86%, demonstrando um melhor desempenho e, portanto, um aumento da liquidação dos créditos orçamentários dentro do exercício de competência.

O Índice de Despesas Diretas de 2008 foi de 0,65%, passando para 1,08% em 2009 (indicador “d”), o que indica um incremento na participação dos investimentos diretos no orçamento executado.

A análise comparativa do indicador “f” indica o crescimento da proporção das despesas de pessoal no orçamento do TRT da 7ª Região.

Os gráficos a seguir também demonstram a variação dos indicadores, de um exercício para o outro.

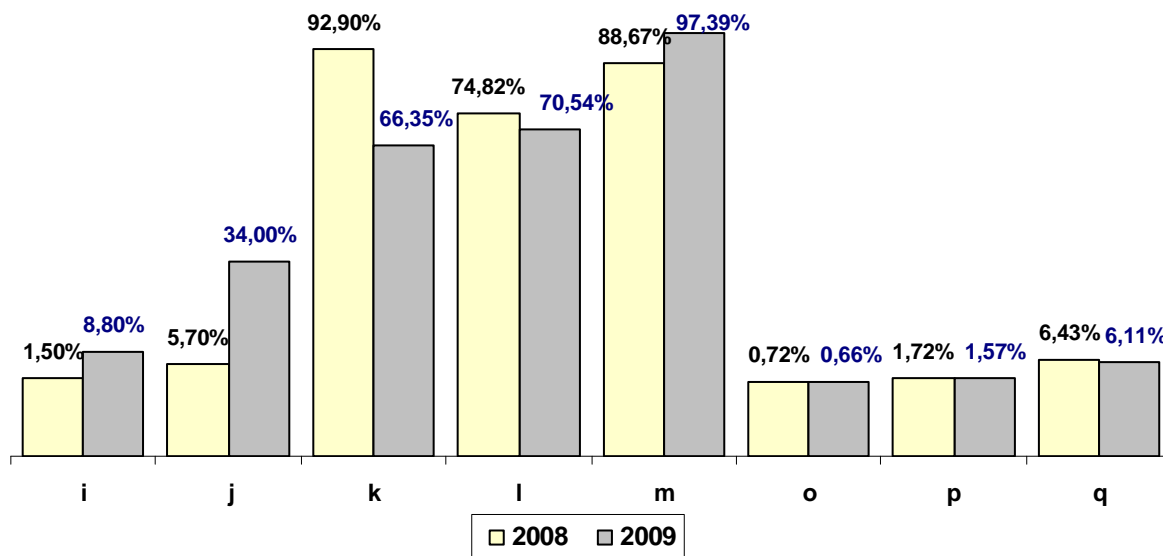
Gráfico 1: Indicadores Orçamentário-Financeiros



Fonte: Relatórios de Gestão 2008 e 2009 (complementado)

As pequenas flutuações nos indicadores “a” a “f” apontam para a estabilização na execução. A redução dos indicadores “g” e “h” revela melhor gestão quanto à inscrição e ao pagamento de restos a pagar.

Gráfico 2: Indicadores Institucionais

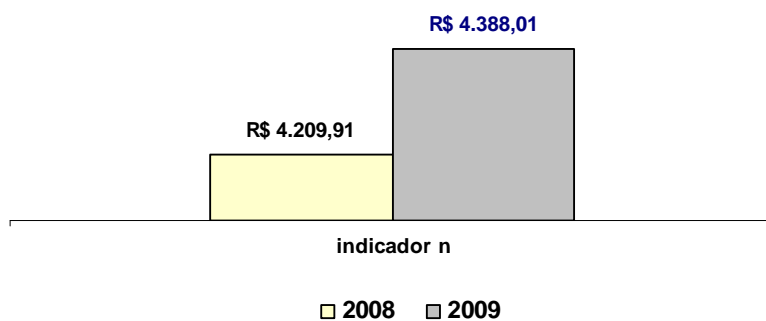


Fonte: Relatórios de Gestão 2008 e 2009 (complementado)

As variações dos indicadores “i” e “j” revelam uma expressiva melhoria no desempenho da arrecadação de imposto de renda e contribuição previdenciária devidas por decisões trabalhistas.

Os números de casos novos e pendentes no 2º grau de jurisdição cresceram quase na mesma proporção (17,99% e 17,38%, respectivamente). No 1º grau, houve incremento de 6,42% de casos novos contra 20,99% de casos pendentes. De outra parte, houve um aumento maior de soluções na primeira instância (7,04%) que no Tribunal (5,50%).

Gráfico 3: Despesa Real por Processo Solucionado



Fonte: Relatórios de Gestão 2008 e 2009 (complementado)



O aumento da despesa real no exercício de 2009 e o total de processos solucionados (em fase de conhecimento), pouco abaixo da meta, implicaram em encarecimento, ainda que reduzido, do custo apontado.

3. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Não houve transferência de recursos envolvendo o TRT – 7ª Região, mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou quaisquer outros instrumentos congêneres.

4. AVALIAÇÃO DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

No PAAC – 2009 foram estabelecidas faixas de valor, com base em critérios de risco e materialidade, dos processos administrativos destinados a contratação no âmbito do TRT - 7ª Região, precedidas de procedimento licitatório ou realizadas diretamente, objeto de análise e pronunciamento por parte da Seção de Controle de Gestão Administrativa e Patrimonial (SCGAP) da Assessoria de Controle Interno (ACI), bem como as fases em que o exame deveria ser realizado, conforme Quadro D abaixo.

Quadro D: Processos verificados previamente, de acordo com as faixas de valor

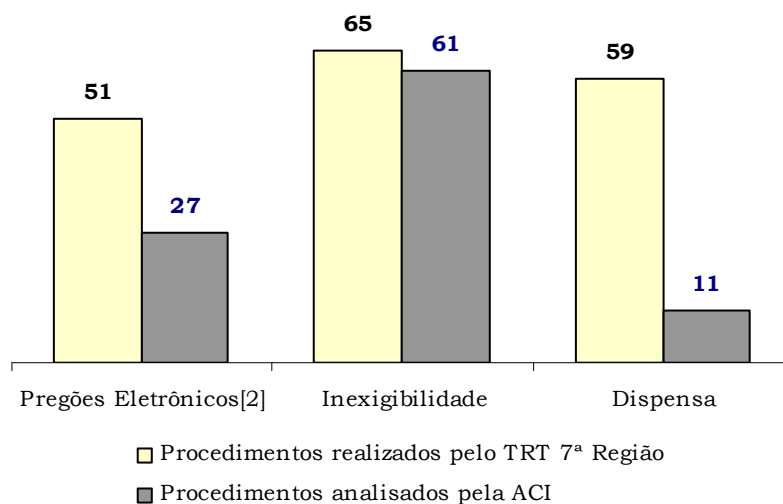
Verificação prévia	Objeto	Faixas de Valor
Homologação dos processos licitatórios	Obras e serviços de engenharia	Superior a R\$100.000,00, conforme a demanda (todos)

Verificação prévia	Objeto	Faixas de Valor
Homologação dos processos licitatórios	Compras e outros serviços, excetuados os de engenharia	Superior a R\$20.000,00, conforme a demanda (todos)
Adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos públicos ("carona")	Todas as espécies de contratação	Superior a R\$20.000,00, conforme a demanda (todos)
Ratificação dos procedimentos de contratação direta por inexigibilidade de licitação	Todos (Art. 25 e incisos – L 8.666/93)	100% dos processos
Ratificação dos procedimentos de contratação direta por dispensa de licitação	Contratações fundadas no art. 24, incisos I e II, Lei nº 8.666/93	Quando considerado pela ACI necessário ao exercício da função de controle
	Contratações fundadas no art. 24, incisos III e seguintes, L 8.666/93	100% dos processos

Fonte: PAAC-2009

Em decorrência da aplicação do PAAC 2009, a SCGAP auditou os procedimentos na proporcionalidade detalhada no seguinte gráfico:

Gráfico 4: Proporcionalidade dos procedimentos^[1] analisados



Nota [1] – Incluindo os processos não contratados

Nota [2] – Incluindo os processos de PE para formação de registro de preços

Fonte: Pesquisa da SCGAP

Conforme se infere do gráfico acima, a Seção de Controle de Gestão Administrativa e Patrimonial analisou um percentual correspondente a 52,9% de Pregões Eletrônicos, 93,8% de contratações



diretas por inexigibilidade e 18,6% de contratações diretas por dispensa de licitação.

EXAME DE CONFORMIDADE NOS PROCESSOS DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Nos processos destinados a aquisições e contratações diversas submetidos a auditoria, foram conferidas a conformidade dos procedimentos adotados à legislação pertinente, a adequada instrução do processo, a existência de motivação e fundamentação concernentes ao interesse público visado e a aderência pelo Tribunal aos entendimentos pacificados do Tribunal de Contas da União (TCU).

Procedimentos licitatórios (na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA)

Examinaram-se os processos de licitações na fase imediatamente anterior à homologação, verificando-se a sua conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e os Decretos nºs 5.450/2005 e 3.931/2001, resultando em um total de 27 (vinte e sete) pronunciamentos, sendo 14 (quatorze) deles referentes a pregões eletrônicos para aquisições e contratações imediatas e 13 (treze) a pregões eletrônicos para formação de registro de preços (SRP).

Insta salientar que os pronunciamentos emitidos consubstanciaram a análise de todo o procedimento licitatório, desde a **fase interna** (constituída da elaboração do termo de referência, pesquisa de preços, elaboração e aprovação do edital) até a **externa**, com a análise dos atos do(a) pregoeiro(a) concernentes à publicação dos avisos de licitação, condução do pregão, análise da classificação das propostas, habilitação das empresas, declaração de vencedor, análise de recursos, bem como sua fase posterior (**contratação**).

Identificou-se que, do total de 13 (treze) pregões realizados para registro de preços analisados pela SCGAP, em **2 (dois)** opinou-se

pela **irregularidade** de um lote (para cada). Os demais processos tiveram manifestação pela **regularidade**. Monitorando-se a atuação administrativa após as manifestações, verificou-se que houve acatamento das manifestações desfavoráveis.

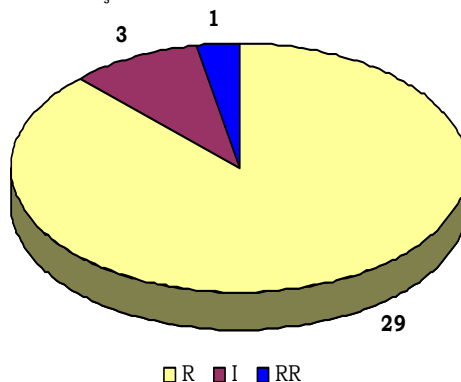
Os pronunciamentos foram acompanhados de recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos, registrando-se no Quadro N as mais relevantes e predominantes.

O Quadro E, ao final, detalha os pregões eletrônicos analisados pela ACI com o detalhamento dos dados exigidos pela Decisão Normativa TCU nº 102/2009.

Adesão a Atas de Registro de Preços (ARP)

A análise prévia dos procedimentos para utilização de ARP de outros órgãos ou entidades públicas (“carona”), com fulcro na Lei nº 8.666/1993 e Decreto nº 3.931/2001, resultou em 33 (trinta e três) pronunciamentos, sendo o resultado das manifestações demonstrado no gráfico ao lado, proporcionalmente.

Gráfico 5: Proporcionalidade das manifestações SCGAP às Adesões a ARP



Legendas: R – regular; I – irregular; e RR – regular com ressalvas.

Fonte: Pesquisa da SCGAP/ACI

Do mesmo modo como procedido com as licitações promovidas, foram submetidos à análise da SCGAP/ACI os procedimentos de adesão para aquisição ou contratação de serviços que importassem em despesa superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais).

O primeiro processo considerado pela SCGAP/ACI como **irregular**⁸ para contratação, foi devolvido em diligência. Sanadas as

⁸ Pron. SCGAP nº 208/2009



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

falhas, em análise conclusiva opinou-se pela **regularidade**⁹ condicionada ao atendimento de recomendações. Em monitoramento, porém, constatou-se pendência do atendimento às recomendações, conforme será detalhado no Quadro O, oportunamente.

Os demais processos considerados **irregulares** pela SCGAP/ACI (**dois**)¹⁰ tiveram por fundamento recente posicionamento do c. TCU (Acórdão nº 6.511/2009 – TCU-1ª Câmara), segundo o qual se considerou **não recomendável** a adesão a Atas de Registros de Preços de outras esferas federativas (municipais e estaduais). Em monitoração posterior, verificou-se o acatamento dessas manifestações.

Nos demais processos, a SCGAP opinou pela **regularidade** condicionada ao atendimento de recomendações, tendo a Administração suprido a contento o que fora recomendado.

Assim como nos procedimentos internos, nos de adesão houve recomendações no sentido de aprimoramento da instrução dos autos e da busca por uma maior segurança jurídica quando da efetiva contratação, tendo sido a grande maioria acatada, total ou parcialmente, conforme registros constantes do Quadro N, ao final.

EXAME DE CONFORMIDADE NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS

As contratações diretas, procedidas sem licitação por permissivo legal, dada sua própria natureza, encerram maior potencial de desvios e fraudes, bem como maior risco de aplicação equivocada da legislação, razão porque são consideradas, via de regra, pontos de controle eletivos.

A **fundamentação legal** das contratações por dispensa e inexigibilidade realizadas pelo TRT da 7ª Região, no exercício de 2009,

⁹ Pron. SCGAP nº 213/2009.

¹⁰ Pron. SCGAP nºs 183 e 184/2009.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

foi realizada pelo Diretor-Geral *Francisco José Pontes Ibiapina* (CPF 274.880.713-87).

Dispensas de licitação

No que tange à contratação direta realizada sob a forma de dispensa de licitação, foram emitidos 11 (onze) pronunciamentos, dos quais seis se deram previamente à contratação e cinco *a posteriori*; destas manifestações, duas concluíram pela **regularidade com ressalva**, e as demais pela **regularidade** dos procedimentos condicionada à satisfação de recomendações expedidas.

Do total de seis procedimentos de dispensa de licitação fundados em incisos posteriores ao III do art. 24 da Lei nº 8.666/93, **todos** foram analisados pela SCGAP/ ACI (quatro previamente e duas¹¹ *a posteriori*), perfazendo 100% do total. Dos procedimentos fundados em dispensa pelo valor (53), examinaram-se previamente dois e posteriormente três, alcançando o percentual de 9,43% daquele total.

Conforme relatório da DLCC, da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF), cotejado com instrumentos de controle desta Assessoria e com o resultado de consultas ao SIAFI, houve **59** (cinquenta e nove) procedimentos de dispensa de licitação efetivamente contratados no decorrer do exercício de 2009, conforme detalhes apresentados no quadro a seguir.

Quadro F: Proporcionalidade das contratações decorrentes de dispensa de licitação por fundamento legal

Fund. Legal (L 8.666/93)	Contratações	Proporção
Art. 24, II	53	89,83%
Art. 24, IV	2	3,39%
Art. 24, X	3	5,09%
Art.24, XIII	1	1,69%

¹¹ Que não foram submetidos oportunamente à ACI, em conformidade com o PAAC 2009.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Fund. Legal (L 8.666/93)	Contratações	Proporção
Total	59	100,00%

Fonte: pesquisa da SCGAP/ACI

Nesse contexto, constatou-se a ocorrência de restrição de auditoria em **dois processos**¹² enquadrados em incisos posteriores ao III do art. 24 da Lei n.º 8.666/93. Solicitados os respectivos autos de processos para análise, *a posteriori*, em face da restrição referida. Após exame, concluiu-se pela **regularidade com ressalva** de ambos os processos.

Os pareceres emitidos sobre aquisições de imóveis¹³ foram precedidos de ampla pesquisa junto à jurisprudência do TCU e em regulamentos expedidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), além de reuniões com a Diretora da então DLCC (hoje Seção) e o Diretor-Geral; **dois** deles tiveram a **regularidade condicionada ao atendimento de recomendações**.

Em ações de monitoramento, constatou-se o acatamento da recomendação em um processo¹⁴ e a pendência do cumprimento, embora acatadas as ponderações do Controle, quanto a outro¹⁵.

Em processo eletivo de controle, adotando a metodologia de amostra seletiva segundo o critério da materialidade, procedeu-se à análise posterior de três processos de maior valor, dentre as dispensas de valor não examinadas previamente, consoante quadro demonstrativo (nº H) ao final, resultando na conclusão pela **regularidade** dos procedimentos.

O Quadro G, ao final, detalha as contratações diretas por dispensa analisadas previamente pela ACI, com detalhamento dos dados exigidos pela Decisão Normativa TCU nº 102/2009.

¹² Proc. p.g. n.º 34.131/08-7 (art. 24, XIII) e Proc. p.g. n.º 39.638/09-0 (art. 24, IV).

¹³ Pron. 161/09 - Proc. p.g. n.º 33.479/09-2, Pron. 171/09 - Proc. p.g. n.º 41.451/09-3 e Pron. 214/09, Proc. p.g. n.º 48.816/09-5.

¹⁴ Proc. p.g. n.º 41.451/09-3;

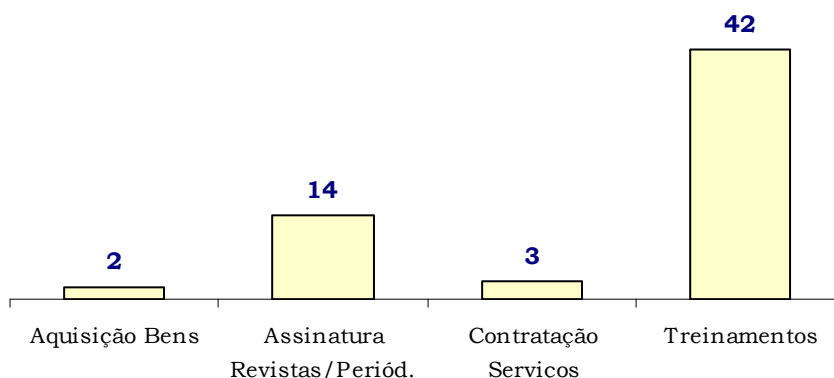
¹⁵ Proc. p.g. n.º 48.816/09-5

Inexigibilidades de licitação

Foram emitidos 61 (sessenta e um) pronunciamentos previamente à ratificação dos processos de inexigibilidades encaminhados a esta Assessoria. Desses procedimentos analisados, **dois** não resultaram em contratação, um em acatamento a manifestação da ACI pela **irregularidade**¹⁶ e outro por inconveniência administrativa¹⁷.

Dos procedimentos de contratação direta por inexigibilidade, 42 (quarenta e dois) tiveram como objeto a capacitação de servidores e/ou magistrados deste Tribunal (68,85% do total), conforme gráfico apresentado a seguir.

Gráfico 6: Pronunciamentos distribuídos por objeto da contratação direta (inexigibilidade)¹



Nota [1] – Incluindo os processos não contratados
Fonte: Pesquisa da SCGAP/ACI

Em **dois** dos pronunciamentos emitidos, houve manifestação pela **irregularidade** do procedimento¹⁸, por desacordo com o Acórdão TCU nº 2.552/2007 – Plenário.

Após monitoramento pela SCGAP, constatou-se que a Administração **acatou a manifestação** de um processo¹⁹ e **acolheu**

¹⁶ Proc. TRT 6.364/2009.

¹⁷ Proc. p.g. n.º 39.286/2009-8.

¹⁸ Pron. SCGAP 38/2009 (Proc. P.g. 11.845/2009-4) e Pron. SCGAP 110/2009 (Proc. TRT nº 6.364/09).

parcialmente a do outro²⁰, descaracterizando a hipótese aventada pelo TCU (detalhas no Quadro N). Atendidas as recomendações no que concerne à formalização do processo e a limitação da despesa, opinou-se²¹ pela **regularidade** do procedimento.

Em determinado processo²², o pronunciamento não foi conclusivo, à falta de melhor instrução processual; complementados os documentos, os autos não retornaram à SCGAP para manifestação conclusiva, caracterizando, por consequência, **restrição de auditoria**. Em monitoramento, *a posteriori*, verificou-se contratação do evento de capacitação objeto da inexigibilidade.

Para outros cinco processos²³ houve manifestação pela **regularidade** do procedimento condicionada ao atendimento de recomendações, o que foi satisfatoriamente providenciado.

Por oportuno, o quadro a seguir, obtido a partir da relação de procedimentos de inexigibilidade realizados, disponibilizada pela DLCC, conciliada com controles da SCGAP e pesquisa junto ao SIAFI, detalha a proporcionalidade das efetivas contratações por inexigibilidade no exercício de 2009, de acordo com a fundamentação legal:

Quadro I: Proporcionalidade das inexigibilidades por fundamento legal

Fundamento Legal (Lei n.º 8.666/93)	Art. 25, caput	Art. 25, I	Art. 25, II, c/c art. 13	Total ¹
Contratações por Inexigibilidade	42	19	2	63
Percentual (%)	66,7%	30,1%	3,2%	100,0%

Nota 1- não computado o Proc. n° 34.356/09-0, contratado como dispensa de licitação.
Fonte: pesquisa da SCGAP/ACI

Infere-se, a partir dos dados obtidos do quadro anterior, que **quatro** outros processos²⁴ não foram submetidos à análise prévia da

¹⁹ Proc. TRT 6.364/2009.

²⁰ Proc. p.g. 11.845/2009-4.

²¹ Pron. SCGAP n° 37/2010.

²² Proc. p.g. 13.794/2009-9 (Pron. SCGAP n° 51/2009).

²³ Proc. p.g. n°s 3.854/09-9, 5.458/09-0, 33.664/09-1, 26.443/09-1 e 13.279/09-0.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

SCGAP/ACI, caracterizando **restrição de auditoria**. Excluiu-se desse cômputo processo²⁵ não analisado, mas que não prosseguiu à contratação, devido a irregularidade fiscal do fornecedor.

Por tal razão, em processo eletivo de controle, por amostra seletiva, procedeu-se à análise de um²⁶ dos quatro processos referidos (43.618/09-0), resultando na conclusão pela **regularidade**.

Ao final, colaciona-se quadro (nº J) referente às contratações efetivamente levadas a cabo por inexigibilidade de licitação submetidas previamente a esta Assessoria, com os dados exigidos pela DN TCU nº 102/2009.

Registre-se que as falhas e ou impropriedades constatadas foram, ao longo do exercício, gradativamente sanadas, com exceção daquelas mencionadas no Quadro O (Achados de Auditoria).

Diante disso, e considerando o ínfimo universo de processos em que houve manifestação em contrário, conclui-se pela *regularidade* dos procedimentos de licitação e contratação direta realizados pelo TRT da 7ª Região no exercício de 2009.

5. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

FORÇA DE TRABALHO

O TRT da 7ª Região, contava até 31/12/2009, com uma força de trabalho assim constituída: **699** (seiscentos e noventa e nove) servidores do Quadro Permanente de Pessoal, dos quais: 332 (trezentos e trinta e dois) servidores em exercício no TRT; 325 (trezentos e vinte e cinco) em exercício nas Varas do Trabalho; cinco servidores

²⁴ Proc. p.g. nºs 1.876/09-1, 3.173/09-2, 16.570/09-3 e 43.618/09-0.

²⁵ Proc. p.g. nº 9.283/09-0.

²⁶ Proc. p.g. nº 43.618/09-0.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

afastados/licenciados, 10 (dez) servidores cedidos para outros órgãos do Poder Judiciário Federal, dois servidores cedidos para outros órgãos públicos e 25 (vinte e cinco) servidores removidos para outros Tribunais Trabalhistas; **192** (cento e noventa e dois) servidores de outros órgãos públicos, dos quais: 37 (trinta e sete) servidores foram cedidos por órgãos do Poder Judiciário Federal; 83 (oitenta e três) servidores foram cedidos por órgãos públicos diversos e 72 (setenta e dois) servidores foram removidos de outros Tribunais Trabalhistas para este Regional; e ainda, **17** (dezesete) servidores sem vínculo com a Administração Pública; num total de **908** (novecentos e oito) servidores.

Este Regional, contava, ainda, com **sete** Desembargadores vitalícios, **26** (vinte e seis) Juízes Titulares de Vara e **24** (vinte e quatro) Juízes do Trabalho Substitutos, dentre os quais, seis foram removidos de outros Regionais, sendo três por permuta.

Registre-se, por fim, que este Tribunal possuía sete cargos vagos de Desembargadores e dois de Juiz do Trabalho Substituto.

Completando a força de trabalho, este Regional utilizou-se, também, de **192** (cento e noventa e dois) estagiários (161 (cento e sessenta e um) do ensino nível superior e 31 (trinta e um) do ensino médio/ “Primeiros Passos”), e **173** (cento e setenta e três) terceirizados.

No Quadro K, ao final, consta a situação dos cargos efetivos providos e vagos deste TRT, em 31/12/2009.

OBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO SOBRE ADMISSÃO, REMUNERAÇÃO, CESSÃO E REQUISIÇÃO DE PESSOAL

No que concerne à admissão e à remuneração de servidores e magistrados, bem como à cessão, à remoção e à requisição de pessoal, foi observada a legislação aplicável.

Em conformidade com o art. 36 da Lei nº 8.112/1990, c/c o art. 20 da Lei nº 11.416/2006, com a Portaria Conjunta nº 1/2007 do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

STF, Tribunais e Conselhos Superiores e com o Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 20/2007, até o final do exercício de 2009 este Tribunal já havia removido para outros Tribunais Trabalhistas um total de **25** (vinte e cinco) servidores do seu Quadro Permanente de Pessoal (13 (treze) por permuta, dois no concurso nacional de remoção, um por motivo de saúde e nove nos termos do art. 15 do Ato Conjunto TST.CSJT GP nº 20/2007), e havia recebido um total de **72** (setenta e dois) servidores removidos de outros Tribunais (três de ofício, 15 (quinze) por permuta, seis por motivo de saúde, 13 (treze) servidores por concurso nacional de remoção, um para acompanhar cônjuge, 31 (trinta e um) nos termos do art. 15 do Ato Conjunto TST.CSJT. GP nº 20/2007 e três de acordo com o item VI da Recomendação CSJT nº 7/2009).

OBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO SOBRE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

No que concerne à concessão de aposentadoria e pensão, bem como respectivas alterações, foi observada a legislação aplicável.

Este Tribunal detinha, em 31/12/2009, um total de **222** (duzentos e vinte e dois) inativos (três desembargadores, 11 (onze) Juízes Titulares de Vara, dois Juízes do Trabalho Substitutos, 32 (trinta e dois) ex-Juízes classistas e 174 (cento e setenta e quatro) servidores) e **101** (cento e um) pensionistas (oriundos de 63 (sessenta e três) instituidores).

Em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 55/2007, foram analisados pela SCGP/ ACI e encaminhados ao TCU, via SISAC/Net, no ano de 2009, 30 (trinta) atos para fins de apreciação e registro.

A Secretaria de Gestão de Pessoas encaminhou diretamente, no mesmo exercício, via SISAC/Net, e dentro do prazo estabelecido no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

art.8º e 11 da IN TCU nº 44/2001, dois atos de desligamento. Não fora encaminhado nenhum ato de admissão, no exercício sob exame.

Os quantitativos dos formulários encaminhados à Douta Corte de Contas da União constam no quadro adiante:

Quadro L: Atos/ Formulários remetidos ao TCU

TIPO DE ATO	QTDE	PARECER CONTROLE INTERNO
ADMISSÃO	00	-
APOSENTADORIA	01	LEGAL
ALT. DE APOSENTADORIA	12	LEGAL
PENSÃO CIVIL	16	LEGAL
ALT. PENSÃO CIVIL	01	LEGAL

Fonte: Pesquisa da Seção de Controle da Gestão de Pessoas (SCGP/ACI)

6. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCU E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCU

A Assessoria de Controle Interno procedeu ao acompanhamento do cumprimento, por esta egrégia Corte Laboral, das determinações do TCU, constantes de Acórdãos e/ou Decisões por ele proferidos. Ao final deste Relatório, segue o Quadro M, contendo a listagem das determinações encaminhadas pelo TCU, no ano de 2009 e em anos anteriores, bem como as respectivas providências de cumprimento e/ou justificativas.



RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS PELA ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

No Quadro N, também *in fine*, estão registradas as recomendações proferidas pela Assessoria de Controle Interno, no exercício de seu mister, por meio de relatórios, pareceres, pronunciamentos, exposições de motivos e memorandos, bem como as informações relativas a seu acatamento ou não, por parte da Administração.

7. EXECUÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve projetos financiados com recursos estrangeiros no exercício sob análise.

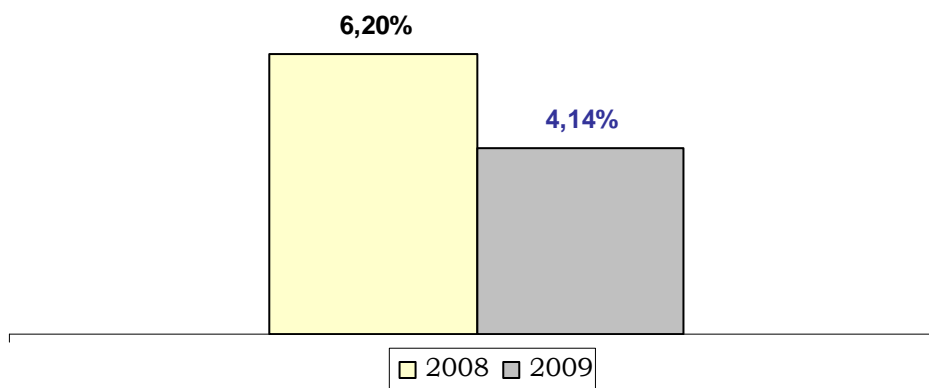
8. PASSIVOS SEM A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS OU DE RECURSOS

Não há registros da ocorrência de passivos sem prévia dotação orçamentária no exercício de 2009.

9. AVALIAÇÃO QUANTO À CONFORMIDADE DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

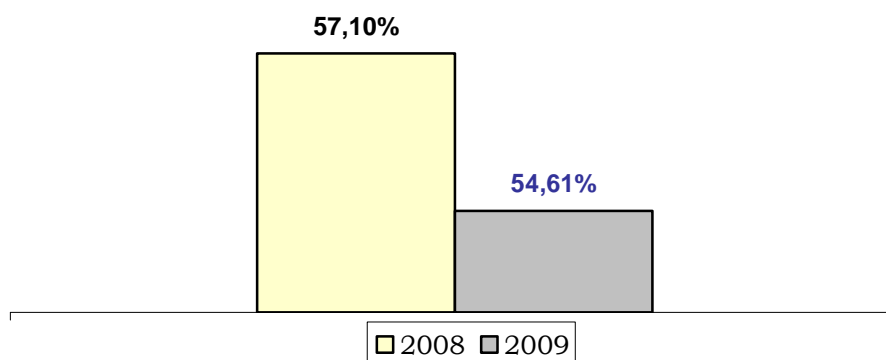
A evolução dos indicadores relacionados a Restos a Pagar (RAP) podem ser melhor visualizados através dos seguintes gráficos:

Gráfico 7: Índice de Inscrição de RAP Não Processados (%)



Fonte: Relatórios de Gestão 2008 e 2009 (complementado)

Gráfico 8: Índice de Inscrição de RAP não Processados Inscritos/Reinscritos e Pagos (%)



Fonte: Relatórios de Gestão 2008 e 2009 (complementado) e SIAFI

Em relação à inscrição em Restos a Pagar (RAP), o controle da execução orçamentária apresentou melhora de desempenho. O Índice de Inscrição de RAP Não Processados passou de 6,2% em 2008 para 4,14% em 2009, o que significou uma redução de mais de 33%.

Por outro lado, o Índice de Liquidação de RAP Não Processados Inscritos/Reinscritos e Pagos, em 2009, sofreu uma pequena redução de 4,36%, em relação ao exercício anterior.



Ressalte-se que o último índice avalia se houve excesso de **Inscrição/Reinscrição** em RAP em 2008, quando analisado o efetivamente pago em 2009. Contudo, examinando-se o Relatório de Gestão, com base nos dados extraídos do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), constatou-se que não foi considerado o pagamento efetuado em 2009 no valor de R\$203.047,75, referente a RAP de 2007, reinscrito em 2008.

Destarte, o valor liquidado de RAP em 2009 é de R\$14.014.524,79 e, por conseguinte, o Índice de RAP Não Processados Inscritos/Reinscritos e Pagos é de 54,61%, corrigindo-se a indicação do Relatório de Gestão (53,82%).

A inscrição em restos a pagar foi realizada, pelo TRT, no exercício de 2009, em conformidade com a legislação em vigor.

10. FALHAS OU IRREGULARIDADES SEM DANO OU PREJUÍZO

As falhas ou irregularidade sem potencial danoso ao erário, constatadas nas ações de controle realizadas no exercício de 2009, foram informadas aos setores responsáveis e à Administração, com recomendação para adoção das providências cabíveis ao seu saneamento. A grande maioria foi corrigida ou justificada.

O Quadro O, ao final deste Relatório, registra os achados de auditoria que não foram alvo de retificação por parte da Administração, ou cujas justificativas, se havidas, não foram acatadas.

No Quadro P, de outra parte, registraram-se eventos relacionados a dois processos, com ocorrências passíveis de ensejar danos ao erário, cujas medidas de saneamento **estão em andamento**. Esses processos são alvo de constante monitoramento por parte da ACI.



11. FALHAS OU IRREGULARIDADES COM DANO OU PREJUÍZO

No exercício de 2009 não foram constatadas falhas ou irregularidades causadoras de dano ou prejuízo ao erário.

12. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE AS JUSTIFICATIVAS DOS RESPONSÁVEIS

As justificativas da Administração, no que concerne à execução orçamentário-financeira, revelam um problema antigo no âmbito deste Tribunal, qual seja, a ausência de planejamento sistematizado e consistente para a realização das metas programadas.

De fato, apenas agora, com a aprovação do Planejamento Estratégico para os anos de 2010 a 2014²⁷, é que efetivamente as unidades administrativas executivas do Tribunal ensaiam o conhecimento e o uso de instrumentos de gestão, sendo esperado que, gradativamente, seja desenvolvido o hábito de planejar, desenvolver, checar e agir corretivamente.

A ausência de planejamento anual em áreas como capacitação, compras, contratações e obras, pode ser apontada como grande responsável pelas dificuldades verificadas no curso dos processos licitatórios, que ensejaram impedimentos ao alcance de metas físicas do exercício de 2009.

Com o Programa Permanente de Capacitação prestes a ser aprovado, o planejamento anual de capacitação deverá se tornar realidade. De outra parte, para consecução dos objetivos estratégicos

²⁷ Resolução TRT7 nº 322/2009 (dezembro).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

estabelecidos, dentre as ações previstas está o planejamento em todas as áreas críticas apontadas.

O Plano Diretor de Tecnologia de Informação, relacionado a outra área essencial ao desenvolvimento sadio dos trabalhos do Tribunal, também está em processo de apreciação.

Quanto às determinações do TCU, observa-se que apenas não foram cumpridas aquelas que detêm pendências decorrentes de demandas judiciais, conforme regularmente informado à Corte de Contas.

As recomendações expedidas por esta unidade de controle interno, em decorrência de suas ações de controle, têm por objetivo assistir a Administração na melhoria de sua gestão, detectando e impulsionando a correção de falhas e irregularidades ocorrentes.

Constata-se que a própria evolução dos trabalhos da ACI, estabelecendo regularidade no procedimento de monitoramento de suas recomendações, reflete-se na incipiente adequação das unidades administrativas que, o mais das vezes, não estão habituadas a retornar esclarecimentos ou justificativas ante as falhas constatadas em ações de controle.

Por conseguinte, no que concerne às recomendações do Controle, escassas foram as justificativas; na sua maciça maioria, no entanto, conforme pode-se verificar no Quadro N, as recomendações foram acolhidas, embora tenham demandado, por vezes, nova provocação para surtimento dos efeitos devidos.



13. OBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS PARA A AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CAPACIDADE OPERACIONAL PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO DE CONVENIENTES (ART. 5º DO DECRETO 6.170/2007)

Não houve convênios regulados pelo Decreto nº 6.170/2007, em 2009, firmados por este Regional.

B - CONTEÚDO ESPECÍFICO

1. CUMPRIMENTO DO ART. 5º DA LEI Nº 11.416/2006

FUNÇÕES COMISSIONADAS E CARGOS EM COMISSÃO

De um total de **465** (quatrocentos e sessenta e cinco) funções gratificadas pagos em 31/12/2009, 390 (trezentos e noventa) eram ocupadas por servidores das carreiras do Poder Judiciário da União e 75 (setenta e cinco) por servidores de outros órgãos públicos.

De **69** (sessenta e nove) cargos em comissão pagos em 31/12/2009, 44 (quarenta e quatro) estavam ocupados por servidores do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, 17 (dezessete) por servidores sem vínculo com a Administração Pública, 7 (sete) cargos comissionados por servidores de outros órgãos públicos e 1 (um) por servidor removido de outro TRT.

Os percentuais de servidores integrantes das Carreiras do Poder Judiciário Federal que ocupam cargos ou funções comissionadas

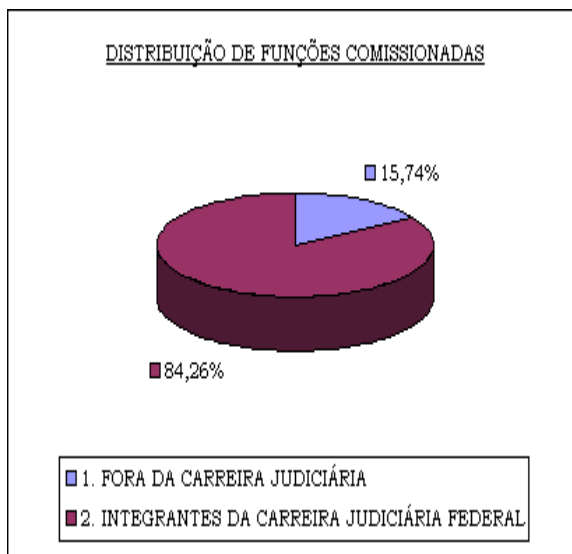
encontram-se de acordo com os §§ 1º, 7º e 8º do art. 5º da Lei nº 11.416/2006, quais sejam:

Quadro Q: Proporcionalidade de cargos e funções comissionadas

ORIGEM DO SERVIDOR	CARGOS (%)	FUNÇÕES (%)
1. INTEGRANTES DA CARREIRA JUDICIÁRIA FEDERAL (%)	65,22	84,26
1.1. Integrantes do Quadro Permanente deste TRT (%)	63,78	68,76
1.2. Integrantes do Quadro Permanente de outros Tribunais Federais	1,44	15,50
2. DE FORA DA CARREIRA JUDICIÁRIA (%)	34,78	15,74
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa da SCGP/ACI

Gráficos 9 e 10: Cargos e Funções Comissionadas entre os servidores integrantes ou não da Carreira Judiciária Federal



Fonte: Pesquisa da SCGP/ ACI

Registre-se que, no ano de 2009, visando melhorar a organização das secretarias, dos serviços auxiliares e dos Juízos vinculados, a Presidência deste Tribunal transformou e criou novas funções gratificadas e cargos em comissão, fundamentando tais atos



nos arts. 96 e 99 da Carta Política de 1988, c/c o art. 24 da Lei nº 11.416/2006 (Atos TRT nºs 23, 29, 66 e 150/2009).

2. CONTROLES INTERNOS DOS PROCESSOS DE GESTÃO ASSOCIADOS A PRECATÓRIOS

No Relatório de Auditoria de Gestão relativo ao ano de 2008, a ACI procedeu à avaliação dos controles internos da gestão de precatórios, concluindo pela sua satisfatória *capacidade e efetividade*.

No que concerne ao exercício de 2009, esta Assessoria traz as informações constantes do relatório final de Comissão de Análise e Diagnóstico²⁸, constituída para avaliar unidades da área judiciária do tribunal, dentre eles o setor de precatórios e requisitórios.

Das constatações pertinentes a controles internos no processo de gestão de precatórios, presentes no relatório, destacam-se:

- (i) a deficiência no processamento dos precatórios e das Requisições de Pequeno Valor (RPV), que se dão à margem do sistema informatizado submetendo-se a controles manuais;
- (ii) notificações ainda efetuadas pelos Correios, não publicadas no Diário Eletrônico; e
- (iii) equívoco na organização dos processos conclusos para despacho, os quais estavam organizados de forma alfabética e não pela data de conclusão.

As constatações foram levadas ao conhecimento da Presidência do Tribunal, restando pendente de atendimento a informatização dos procedimentos de precatório e RPV, no SPT2, a cargo da Diretoria da Secretaria de Tecnologia de Informação.

Ressalte-se que os achados indicados no Relatório de Auditoria de Gestão de 2008 permanecem atuais, podendo-se concluir que,

²⁸ Portaria GP nº 743/2009, publicada no DEJT nº 312, de 9/9/2009.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

embora ainda incipientes os controles internos dos precatórios, são considerados satisfatórios, e estão sendo adotadas providências rumo a seu aperfeiçoamento.

Importante salientar que o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 92/2009, dispondo sobre a Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário, instituindo o Sistema de Gestão de Precatórios (SGP), gerido pelo CNJ; mais recentemente (29/6/2010), o Conselho, dispondo sobre a mesma matéria, editou a Resolução nº 115/2010²⁹, revogando a anterior e instituindo o CEDIN – Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes, também a ser mantido pelo CNJ, para de consulta por todos os tribunais.

Fortaleza (CE), 21 de julho de 2010

Ana Paula Borges de Araújo Zaupa
Assessora de Controle Interno

²⁹ Publicada no DJ-e nº 119/2010, em 2/7/2010, pág. 10-17.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Quadro E: Pregões eletrônicos analisados e respectivas manifestações conclusivas

Item	Nº Proc.	Objeto	Empresa (Razão Social)	Valor	CNPJ/CPF	Parecer
01	15180/09-4	Prestação do serviço de lavagem simples, completa e lavagem a seco de bancos, na frota de veículos deste tribunal.	Marta Helena P. Oliveira	15.578,90	07.212.023/0001-09	R
02	1781/09-0	Prestação de serviço de seguro total para 13 (treze) veículos do Tribunal, pelo período de 12(doze) meses.	Mafre Vera Cruz Seguradora S/A	19.750,00	61.074.175/0001-38	R
03	18312/09-2	Prestação dos serviços de formação, treinamento e certificação de brigada de incêndio, com elaboração de planos de contingência (planos de emergência contra incêndio) para as edificações deste regional.	H. Martins Com. Equip. Seg. Ltda.	20.766,00	08.729.810-0001-95	R
04	18977/06-5	Colocação de piso industrial na garagem do anexo I deste tribunal	Gold Serviços e Construções Ltda	62.700,00	10.940.340/0001-56	R
05	23164/09-0	Prestação do serviço de transporte do material do arquivo geral localizado no prédio anexo I deste regional.	JMB Transporte E Locação de Veículos Ltda	5.900,00	01.813.241/0001-12	R
06	25845/09-0	Aquisição de medalhas para ordem alencarina do mérito judiciário do trabalho.	Metalúrgica Panelli Ltda Epp	7.200,00	61.418.422/0001-76	R
07	29637/08-9	Aquisição de material de consumo para mecanografia (papel).	ABC Distrib João Pessoa Ltda	20.714,40	04.813.255/0001-24	R
			DF Distrib. de Papeis Ltda	3.100,00	03988378/0001-33	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Item	Nº Proc.	Objeto	Empresa (Razão Social)	Valor	CNPJ/CPF	Parecer
	Contratações e Compras Diversas					
08	31034/08-2	Serviço de gravação e reportagem de jornalismo	Studio F 3 Ltda	69.360,00	23.481.856/0001-21	R
09	34583/08-5	Aquisição de GPS	Simar Comercial Ltda	16.356,00	10.900.482/0001-90	R
10	37437/09-6	Aquisição e renovação de licença de software trend micro	SG Comércio Representações e Serviços Ltda	20.797,50	10.418.034/0001-54	R
11	37802/08-5	Aquisição de 14 (quatorze) racks fechados para proteção de equipamentos de informática das varas trabalhistas do interior e do fórum Autran Nunes - edifício Dom Helder câmara.	Nascimento & Silva Teleinformática Ltda	31.649,80	07857655/0001-20	R
12	39364/08-6	Renovação e aquisição e licenças antivírus	Trade In Technology Com. e Serv em Inform. Ltda	36.511,50	05.919.441/0001-05	R
13	44634/08-2	Prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar condicionado dos prédios do TRT, fórum Autran Nunes e varas do trabalho no interior do estado, com fornecimento de material e peça	Lote 1 – Top Com. De Serviços De Refrigeração Ltda ME	286.518,72	09.676.232/0001-39	R
			Lote 2 – Servel Com. E Prestação De Serviços E Mão De Obra Especializada Ltda EPP	33.600,00	08.800.234/0001-25	R
14	7425/09-9	Aquisição de máquina envelopadora.	Vetta Ltda Me	14.744,44	10.596.490/0001-94	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Item	Nº Proc.	Objeto	Empresa (Razão Social)	Valor	CNPJ/CPF	Parecer
15	10664/09-0	Contratação de hotel para realização de 10(dez) dias de eventos em datas consecutivas ou alternadas, cada evento variando de 01(um) a 03(três) dias, dentro do período de 12(doze) meses para 60(sessenta) participantes por cada dia de evento	Iracema Empreendimentos Turísticos Ltda	44.850,00	01.435.103/0001-47	R
16	13225/09-4	Aquisição de Capas Plásticas para Processos	Luciane Araújo Costa ME	59.400,00	06.289.705/0001-57	R
17	13735/09-1	Contratação de empresa especializada em organização e gerenciamento de eventos, pelo período de 1 (um) ano.	Lote 1 – V3 Entrenimento, Locações e Turismo Ltda.	256.890,00	10.870.381/0001-13	R
			Lotes 2 e 3 -Maestria Comunicação Ltda -ME	188.690,00	08.638.883/0001-71	I lote3
			Lote 4 - W10 Produções E Eventos Ltda	104.120,00	07.402.604/0001-03	R
18	14135/08-9	Registro de Preços para eventual aquisição de material elétrico, de marcenaria e de construção civil.	Lote 2: Úrsula Andréia Almeida Barros Ponte ME	341,90	02.808.494/0001-60	R
			Lote 4: Carmehil Comercial Elétrica Ltda.	184,98	02.403.486/001-34	
			Lote 6: Real Luz Comércio de Materiais Elétricos e Eletrônicos Ltda	9.237,96	08.929.088/001-32	
			Lote 7: Capri Comércio Elétrico e Hidráulico Ltda.	675,38	09.226.302/0001-57	
			lote 8: GEOPEX MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.189,18	10.315.248/0001-03	
			lotes 9 e 12: Francisco Marcilio Muniz De Farias	3.883,01	03.651.414/0001-79	
19	19179/09-9	Fornecimento e montagem de divisórias e estantes nos prédios da capital e do interior que compõem o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.	lotes 1 a 4: PFD DISTRIBUIDORA DE PISOS FORROS E DIVISÓRIAS	1.647.402,40	01.405.300/0001-13	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Item	Nº Proc.	Objeto	Empresa (Razão Social)	Valor	CNPJ/CPF	Parecer
20	24008/09-5	Aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, inclusive intermunicipais e interestaduais.	LE SOLEIL TURISMO LTDA	273.600,00	03.320.995/0001-66	R
21	25361/08-7	Aquisição de suprimentos de informática (cartuchos).	Lote 1 – Preferencial Distrib. de Eletro-Eletrônicos Ltda.	124.420,30	10.288.094/0001-08	R
			Lote 2 - F.C. Soares e Silva ME	530,00	05.921.476/0001-89	
			Lote 3 e 5: Dirox Distribuidor Xerográfico Ltda	4.163,88	05.014.638/0001-03	
			Lote 4 - Infor Supri Informática Ltda ME	8.890,00	06.240.727/0001-22	
22	25625/08-9	Aquisição de materiais de limpeza e conservação, descartáveis e outros	Lote 1 e 4: Apolo Comércio de Cereais Ltda ME	5.542,80	09.338.679/0001-06	R
			Lote 2 e 3: Preferencial Distrib. de Eletrônicos Ltda	1.199,70	10.288.094/0001-08	
				1.999,00		
			Lote 5: Partner Clear Sistemas de Higiene Ltda	1.408,80	07.324.581/0001-66	
			Lote 6: Preferencial Distrib. de Eletrônicos Ltda	12.397,50	10.288.094/0001-08	
23	26224/08-5	Aquisição de material de expediente	Lote 1: Apoio TI Comércio Ltda	2.912,20	10.190.108/0001-48	I
			Lote 2: Ação Comercial de Papeis Ltda ME	23.198,00	06.712.971/0001-40	R
			Lotes 3 E 4: F.C. Soares Silva ME	954,60	05.921.476/0001-89	
24	3293/08-4	Aquisição de togas para magistrados	C. B. Fernandes ME	23.665,00	03.563.360/0001-90	R
25	37780/09-0	Registro de preços para eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de água mineral envasada em garrações de polícarbonato transparente, de 20 (vinte) litros.	Mineradora de Água Limpida Ltda.	25.230,00	41.427.337/0001-67	R



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Item	Nº Proc.	Objeto	Empresa (Razão Social)	Valor	CNPJ/CPF	Parecer
26	4972/09-1	Aquisição de claviculários, armários, arquivos, estantes e roupeiros.	Lote 1 - Áurea Maia Romeiro	2.252,44	04.166.001/0001-61	R
			Lotes (2), (3), (4) e (6) - CND Comércio e Distribuidora de Móveis LTDA	80.584,98	07.770.056/0001-74	
			Lote (5) – ITALBRAS - Indústria e Comércio de Moveis de Aço LTDA	26.380,00	13.082.516/0001-74	
27	5540/08	Aquisição de uniformes para servidores do TRT da 7ª Região.	Lotes 1, 2 - Cone Sul Comércio de Tecidos e Serviços de Confecção Ltda.	145.915,00	09.033.956/0001-64	R
			Lote 3 - H. Martins Com de Equipam. de Segurança Ltda	15.283,00	08.729.810/0001-95	

Legendas: R - regular; RR - regular com ressalvas; I - irregular.

Fonte: pesquisa da SCGAP/ACI

Quadro G: Contratações por dispensa de licitação analisadas previamente pela SCGAP/ACI

Item	Nº Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal (L.8.666/ 93)	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer
01	12.505/09-3	Contratação de professor para ministrar curso de "Português Instrumental e Redação Oficial", em duas turmas, no TRT 7ª Região	3.200,00	Art. 24, II	Marcelo Braga	381.060.863-72	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Item	Nº Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal (L.8.666/ 93)	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer
02	35797/09-2	Prestação de serviços de suporte técnico de primeiro e segundo níveis a serem prestados por empresa de tecnologia da informação, através de profissionais especializados	393.095,55	Art. 24, IV	Lanlink Informática/ Livia Comercio e Servicos de Informatica	41.587.502/00 01-48 01.171.587/00 01-64	R
03	33.479/09-2	Aquisição de um imóvel registrado sob a matrícula de nº 64.577, no 3º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza, para futura instalação do Depósito Judicial bem como de Varas do Trabalho desta Justiça Especializada	244.125,00	Art. 24, X	Fernando Antônio Pinheiro Gurgel e outros: Carla Maria Pinheiro Gurgel, Jose Theophilo Gurgel Neto e Joao Jorge Pinheiro Gurgel	116.882.973-91 339.772.084-20 236.082.003-63 236.033.303-82	R
04	41.451/09-3	Aquisição de imóvel (matrícula 34.032) contíguo ao Fórum Autran Nunes	225.000,00	Art. 24, X	Francisca Pereira Barrozo Nogueira	060.615.243-15	R
05	48.816/09-5	Aquisição de imóvel (matrícula nº 73.486) contíguo ao Fórum Autran Nunes	330.225,00	Art. 24, X	Sílvia Diogo de Holanda	318.540.363-00	R
06	17.838/09-5	Contratação de professor para ministrar palestra "O novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa"	450,00	Art. 24, II	Jose Myrson Melo Lima	015.691.803-00	R

Legendas: R – regular; RR – regular com ressalvas; I – irregular.

Fonte: pesquisa da SCGAP/ACI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Quadro H: Contratações por dispensa de licitação analisadas *a posteriori* pela SCGAP/ACI

	Nº Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal (L.8.666/ 93)	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer
1	44.362/08-6	Confecção da Medalha <i>Labor et Justitia</i>	5.350,00	Art. 24, II	Ronaldo Fontenele Mota – ME	09627938/0001-00	R
2	23.706/08-5	Fornecimento e montagem de divisórias na Sala da Assessoria da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.	7.790,00	Art. 24, II	Design On Divisorias Ltda	06061708/0001-39	R
3	21.648/09-0	Contratação de empresa p/ organizar Encontro de Juízes	8.000,00	Art. 24, II	Personal Consultoria e Representacoes Ltda	41324450/0001-17	R
4	34.131/08-7	Contratação de empresa para ministrar curso in company de treinamento BrOffice.	17.472,00	Art. 24, XIII	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC	03648344/0001-08	RR
5	39.638/09-0	Aquisição de cilindro azul para impressora – marca Okidata, modelo C8800	629,80	Art. 24, IV	Copy Vip Com Repres e Serv Ltda	41330861/0001-15	RR

Legendas: R – regular; RR – regular com ressalvas; I – irregular.

Fonte: pesquisa da SCGAP/ACI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Quadro J: Contratações por inexigibilidade de licitação analisadas previamente pela SCGAP/ACI

	Nº. Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal: L8666/93	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer¹
I. Contratação direta para treinamentos (cursos, seminários, congressos, etc)							
01	232/09-0	Inscrição de servidores no Curso A Função Gerencial da(o) Secretária(o)	4.240,00	Art. 25, <i>caput</i>	IDEMP – Instituto de Desenvolvimento Empresarial Ltda	00278452/0001-30	R
02	1852/09-6	Inscrição de servidores no módulo Boas Maneiras, Cerimonias e Etiquetas (Estágio de Segurança e Proteção de Autoridades)	650,00	Art. 25, <i>caput</i>	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	03648344/0001-08	R
03	6030/09-7	Inscrição de servidores no Seminário Nacional de Dispensa e Inexigibilidade de Licitações e Sistema de Registro de Preços	4.380,00	Art. 25, <i>caput</i>	ZÊNITE Informação e Consultoria S/A	86781069/0001-15	R
04	5398/09-1	Inscrição de servidores no Seminário Como Licitar Obras e Serviços de Engenharia	4.380,00	Art. 25, <i>caput</i>	ZÊNITE Informação e Consultoria S/A	86781069/0001-15	R
05	3497/09-6	Inscrição de servidores no Curso Gestão Integrada de Almoxxarifado, Patrimônio e Contabilidade na Administração Pública	1.790,00	Art. 25, <i>caput</i>	CONSULTRE Consultoria e Treinamento Ltda	36003671/0001-53	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

	Nº. Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal: L8666/93	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer¹
06	1368/09-3	Inscrição de servidores no Curso <i>on line</i> na modalidade à distância de "Qualidade de Vida no Trabalho e Conceitos"	2.700,00	Art. 25, <i>caput</i>	ABQV – Associação Brasileira de Qualidade de Vida e kaptiva	01045397/0001-09	R
07	9265/09-1	Inscrição de magistrados e servidores no 2º Seminário Nacional sobre Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho – 5 Anos Depois	1.700,00	Art. 25, <i>caput</i>	ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho	00536110/0001-72	R
08	9440/09-7	Inscrição de servidores no Curso Capacitação e Aperfeiçoamento de Pregoeiros com Abordagem Prática: Pregão Presencial e Eletrônico e Noções de SRP	1.780,00	Art. 25, <i>caput</i>	Unidade BSB Representacao de Livros Ltda	06012731/0001-33	R
09	8351/09-0	Inscrição de servidores no Curso Gestão de Material e Patrimônio Sob a Ótica do Controle Interno	3.500,00	Art. 25, <i>caput</i>	FUMTEX Treinamentos - Fundacao Medica e Educacional Prof Teixeira	10461911/0001-70	R
10	8319/09-2	Inscrição de servidor no Curso Instalação e Configuração de Redes de Computadores	360,00	Art. 25, <i>caput</i>	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET-CE	35.005.347/0001-01	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

	Nº. Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal: L8666/93	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer¹
11	14143/09-1	Inscrição de Servidores no III Congresso Latino Americano de Estudos Constitucionais	5.000,00	Art. 25, <i>caput</i>	Instituto Latino Americano de Estudos Constitucionais Dr Paulo Bonavides	08794507/000176	R
12	13794/09-9	Inscrição de servidor no VI Congresso de Auditoria de Sistemas, Segurança da Informação e Governança	1.850,00	Art. 25, <i>caput</i>	IDETI-Planejamento e Promocoões de Vendas Ltda	65704355/0001-07	R
13	10520/09-4	Inscrição de servidor no Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento de Pregoeiros	3.401,00	Art. 25, <i>caput</i>	CONSULTRE Consultoria e Treinamento Ltda	36003671/0001-53	R
14	19383/09-0	Inscrição de servidor na Jornada de Engenharia	360,00	Art. 25, <i>caput</i>	Instituto de Estudos dos Materiais de Construção	05495472/0001-86	R
15	21597/09-1	Inscrição de servidor no Curso Revisando, Atualizando e Consolidando Pregão - SRP	1.890,00	Art. 25, <i>caput</i>	TREIDE - Apoio Empresarial LTDA	01920819/0001-30	R
16	17163/09-4	Inscrição de servidores no Seminário Nacional sobre Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Cooperação e os Contratos Administrativos deles Decorrentes	4.780,00	Art. 25, <i>caput</i>	ZÊNITE Informação e Consultoria S/A	86781069/0001-15	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

	Nº. Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal: L8666/93	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer¹
17	14037/09-3	Inscrição de servidores no Curso Concessão, Cálculos, Alterações, Revisões de Proventos de Aposentadoria, Pensão do Servidor Público e dos Beneficiários. Cálculos pela Nova Ótica do TCU: Cálculos pela Média Aritmética Simples	1.780,00	Art. 25, <i>caput</i>	One Cursos Treinamento & Desenvolvimento	06012731/0001-33	R
18	17774/09-9	Inscrição de servidor no Curso A Elaboração do Projeto Básico e Termo de Referência – Com ênfase nas instruções Normativas 2/08 e 4/08 do MPOG	3.020,00	Art. 25, <i>caput</i>	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos LTDA	00714403/0001-00	R
19	24402/09-9	Inscrição de servidores no Curso Atualização em Legislação de Pessoal da União, c/ análise da Reforma da Previdência EC/03, EC 47/05 e ADin 3128-7	1.949,00	Art. 25, II, c/c art. 13, VI	Paulo de Matos Ferreira Diniz	030086901-06	R
20	9651/09-0	Inscrição de servidores no Seminário Questões Polêmicas sobre a Terceirização de Serviços Contínuos e de Serviços de Tecnologia da Informação	2.390,00	Art. 25, <i>caput</i>	ZÊNITE Informação e Consultoria S/A	86781069/0001-15	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

	Nº. Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal: L8666/93	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer¹
21	27769/09-6	Inscrição de servidores no Curso Ordenador de Despesas e o Gestor de Contratos	5.850,00	Art. 25, <i>caput</i>	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos LTDA	00714403/0001-00	R
22	29243/09-1	Contratação do Curso de Direção Defensiva, Ofensiva e Evasiva	8.000,00	Art. 25, <i>caput</i>	Equipe Força Bruta Produção de Eventos Esportivos LTDA – ME	10764443/0001-02	R
23	26443/09-1	Inscrição de servidor no V CONBRASCON/2009 - Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação	600,00	Art. 25, <i>caput</i>	Fórum Nacional de Comunicação & Justiça	05.569.714/0001-39	R
24	31479/09-9	Inscrição de servidores no Curso Súmulas do TST	300,00	Art. 25, <i>caput</i>	Instituto Educacional de José Bezerra Coutinho LTDA	03840610/0001-91	R
25	32405/09-7	Inscrição de servidores no I Congresso Nacional de Direito Constitucional, Material e Processual do Trabalho	50.000,00	Art. 25, <i>caput</i>	Associação dos Magistrados do Trabalho da Sétima Região – AMATRA VII	09487539/0001-91	R
26	31838/09-0	Inscrição de servidor no 2º Congresso Brasileiro Sobre Saúde e Aposentadoria	440,00	Art. 25, <i>caput</i>	Instituto <i>Agilitá</i> de Psicologia LTDA	07518982/0001-57	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

	Nº. Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal: L8666/93	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer¹
27	33664/09-1	Inscrição de servidores no Curso Elaboração de Planilhas de Custos nos Contratos de Serviços Terceirizados (T&P)	3.020,00	Art. 25, <i>caput</i>	Professora Antonieta Cursos e Capacitação Profissional Ltda	09375180/0001-60	R
28	36023/09-1	Inscrição de servidores no IV Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública	1.980,00	Art. 25, <i>caput</i>	Editora FÓRUM Ltda	41769803/0001-92	R
29	36475/09-0	Inscrição de servidor no XVI Congresso Nacional do Cerimonial Público	1.200,00	Art. 25, <i>caput</i>	Comitê Nacional do Cerimonial Público	00312312/0001-30	R
30	37637/09-1	Inscrição de servidor na VI Semana de Administração Orçamentária, Financeira & de Contratações Públicas	300,00	Art. 25, <i>caput</i>	Escola de Administração Fazendária – ESAF	02317176/0001-05	R
31	39971/09-0	Inscrição de servidores no Curso Auditoria de Contratos Administrativos	3.660,00	Art. 25, <i>caput</i>	FUMTEX – Fundação Médica e Educacional Prof. Teixeira	10461911/0001-70	R
32	40470/09-4	Inscrição de servidores no Seminário Nacional de Encerramento do Exercício Financeiro do Setor Público de 2009	999,00	Art. 25, <i>caput</i>	FUMTEX – Fundação Médica e Educacional Prof. Teixeira	10461911/0001-70	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

	Nº. Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal: L8666/93	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer¹
33	32210/09-2	Inscrição de servidores no III Congresso Ibero-Americano Sobre Cooperação Judicial	30.000,00	Art. 25, <i>caput</i>	Rede Latino-Americana de Juizes - REDLAJ	08.629.683/0001-52	R
34	34958/09-6	Contratação do Curso de Gestão de Folha de Pagamento e Remuneração do Servidor Público	18.400,00	Art. 25, <i>caput</i>	One cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda	06012731/0001-33	R
35	4220/09-5	Inscrição de servidora no curso “Penalidades Administrativas aplicáveis a licitantes e contratados - Questões Jurídicas e Aspectos Práticos”	1.490,00	Art. 25, <i>caput</i>	TREIDE - Apoio Empresarial Ltda	01920819/0001-30	R
36	5458/09-0	Inscrição de servidoras no evento: VI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	900,00	Art. 25, <i>caput</i>	Escola de Administração Fazendária – ESAF	02317176/0001-05	R
37	6249/09-7	Inscrição de magistrados e servidores no evento “Direito 2009 - Congresso Jurídico e Feira Temática- 20 Anos”	15.120,00	Art. 25, <i>caput</i>	Sabino Henrique Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda	05.304.807/0001-31	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

	Nº. Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal: L8666/93	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer¹
38	7162/09-1	Inscrição de servidores no curso "A Eficiência do Sistema de Registro de Preços – Questões Jurídicas e Aspectos Práticos – A Implantação e Adesão (Carona) Eficiente".	22.500,00	Art. 25, II c/c art. 13, VI	Jam Juridica Editoração e Eventos Ltda	00803368/0001-98	R
39	11845/09-4	Inscrição do Secretário Geral da Presidência no "1.º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados - Ativos para uma aposentadoria plena"	1.037,00	Art. 25, <i>caput</i>	ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho	00536110/0001-72	I
40	34356/09-0	Inscrição de servidor no VIII Congresso Cearense de Recursos Humanos	2.640,00	Art. 25, <i>caput</i>	Louvimar A. da Silva – ME (2la eventos)	72218522/0001-75	R
II. Contratação direta para assinatura de revistas, jornais, periódicos, etc.							
41	2303/09-0	Aquisição de 34 assinaturas da Revista Trabalhista: Direito e Processo	7.735,00	Art. 25, I	LTr Editora Ltda	61534186/0018-00	R
42	3394/09-0	Renovação da assinatura da "Revista dos Tribunais" e aquisição da assinatura da "Revista de Processo"	2.500,00	Art. 25, I	Editora Revista dos Tribunais Ltda	60501293/0001-12	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

	Nº. Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal: L8666/93	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer¹
43	4778/09-3	Renovação da assinatura do periódico Fórum de Contratação e Gestão Pública	5.490,00	Art. 25, I	Editora FÓRUM Ltda	41769803/0001-92	R
44	43142/08-1	Renovação de 33 assinaturas da Revista LTr e de 2 assinaturas da Dúplex Trabalhista” (Revista LTr + Suplemento Trabalhista)	36.926,00	Art. 25, I	Editora LTr	61534186/0001-53	R
45	11690/09-4	Aquisição de enciclopédia e outros produtos BARSA nos formatos impresso, eletrônico e virtual	3.920,00	Art. 25, I	Barsa Planeta Internacional Ltda	56990419/0001-92	R
46	19362/09-9	Assinaturas da Revista do Direito Trabalhista, do Jornal Trabalhista Consulex e do Manual do Servidor Público	2.510,00	Art. 25, I	Vox Legis – Instituto de Consultoria, Cursos e Eventos Ltda	03298154/0001-08	R
47	21975/09-6	Assinatura do IOB on Line Regulatório e do Boletim IOB impresso.	4.603,00	Art. 25, I	IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda	43217850/0001-59	R
48	30683/09-9	Assinaturas da Revista Fórum Administrativo - Direito Público	2.820,00	Art. 25, I	Editora Fórum Ltda	41769803/0001-92	R
49	29391/09-3	Assinatura Anual do Banco de Dados Virtual WEB Licitações e Contratos	1.569,00	Art. 25, I	ZÊNITE Informação e Consultoria S/A	86781069/0001-15	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

	Nº. Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal: L8666/93	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer¹
50	38245/09-7	Aquisição de 35 assinaturas anuais da Revista Leis & Letras	2.100,00	Art. 25, I	Leis e Letras Editora e Serviços Educacionais Ltda	08007537/0001-95	R
51	37652/09-6	Assinaturas da Revista IOB de Direito Civil e Processo Civil, Revista IOB Trabalhista e Previdenciária e Revista IOB de Direito Administrativo	2.063,00	Art. 25, I	IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda	43217850/0001-59	R
52	45181/09-3	Renovação das assinaturas anuais do Boletim de Licitações e Contratos-BLC e do Boletim de Direito Administrativo-BDA	12.780,00	Art. 25, I	Editora NDJ – Nova Dimensão Jurídica	54102785/0001-32	R
53	41031/09-5	Renovação da assinatura anual dos periódicos Fórum Administrativo e do Fórum de Contratação e Gestão Pública	11.960,00	Art. 25, I	Editora Fórum Ltda	41769803/0001-92	R
54	42037/09-4	Renovação da assinatura do Manual de Auditoria e Controladoria - MAC IOB	1.850,00	Art. 25, I	IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda	43217850/0001-59	R
III. Contratação direta - outros objetos							
55	45113/08-9	Contratação de serviços postais	667.040,80	Art. 25, <i>caput</i>	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	34.028.316/0010-02	R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

	Nº. Proc.	Objeto	Valor (R\$)	Fund. Legal: L8666/93	Empresa (Razão Social)	CNPJ/CPF	Parecer¹
56	3854/09-9	Aquisição de 08 (oito) filtros de ar para nobreaks Powerware UPS	552,00	Art. 25, I	Eaton Power Solution Ltda	62532007/0002-92	R
57	13279/09-0	Contratação dos serviços de manutenção de <i>hardware</i> e tele suporte a <i>software</i> para solução de armazenamento de dados constituída de <i>Storage</i> IBM DS-4300, Switch Fiber Channel, Gavetas de Expansão, Tape Library, Rack e <i>Software</i> de Gerenciamento	37.090,00	Art. 25, I	IBM – Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda	33.372.251/0001-56	R
58	25863/09-8	Aquisição de Assinaturas da Revista do CD ROM MAGISTER destinadas as Varas do Trabalho do Interior.	3.600,00	Art. 25, I	Editora Magister Ltda	92703453/0001-00	R
59	11689/09-1	Contratação de Assistência Técnica Remota/Presencial À Suite BR-Multiaccess	2.160,69	Art. 25, I	Liberty Com. e Serv. de Inf. e Telecomunicações Ltda	05533459/0001-74	R

Legendas: R – regular; RR – regular com ressalvas; I – irregular.

Nota 1: Quando da primeira análise da conformidade legal pela SCGAP/ACI.

Fonte: Pesquisa da SCGAP/ACI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Quadro K: Cargos efetivos vagos e providos

	CATEGORIA FUNCIONAL	PROV.	VAGOS
01	Assessor Jurídico	003	001
02	Analista Judiciário – Área Judiciária	114	042
03	Analista Judiciário – Área Administrativa	053	009
04	Analista Judiciário – Execução de Mandados	048	019
05	Analista Judiciário – Contabilidade	003	-
06	Analista Judiciário – Administração	001	-
07	Analista Judiciário – Apoio Especializado – Médico	003	-
08	Analista Judiciário – Apoio Especializado - Odontologia	002	-
09	Analista Judiciário – Apoio Especializado – Biblioteconomia	001	-
10	Analista Judiciário – Apoio Especializado – Psicologia	001	-
11	Analista Judiciário – Apoio Especializado – Engenharia	003	-
12	Analista Judiciário – Apoio Especializado – Serviço Social	002	-
13	Analista Judiciário – Apoio Especializado – Engenharia Elétrica	-	001
14	Analista Judiciário – Apoio Especializado – Arquitetura	-	001
15	Analista Judiciário – Apoio Especializado – Fisioterapia	-	001
16	Analista Judiciário – Apoio Especializado – Tecnologia da Informação	-	006
17	Analista Judiciário – Apoio Especializado – Estatística	-	001
18	Analista Judiciário – Apoio Especializado – Comunicação Social	-	001



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

	CATEGORIA FUNCIONAL	PROV.	VAGOS
19	Técnico Judiciário – Área Administrativa	272	049
20	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Comunicação Social	001	-
21	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade - Segurança	073	001
22	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade -Transporte	015	009
23	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade - Artes Gráficas	003	-
24	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade - Carpintaria/Marcenaria	002	-
25	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade – Apoio de Serviços Diversos	070	-
26	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Copa/Cozinha	010	-
27	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade - Construção Civil	003	-
28	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade - Mecânica	001	-
29	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade - Telefonia	004	-
30	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade – Tecnologia da Informação	003	021
31	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade – Enfermagem	-	001
32	Auxiliar Judiciário – Área Administrativa – Apoio de Serviços Diversos	005	002
33	Auxiliar Judiciário – Área Administrativa – Especialidade - Carpintaria e Marcenaria	001	-
34	Auxiliar Judiciário – Área Administrativa - Especialidade Telecomunicações e Eletricidade	002	-
	TOTAL	699	165

Fonte: Informações da SGP e pesquisa da SCGP/ACI



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Quadro M: Determinações do TCU ao TRT da 7ª Região

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
Acórdão TCU nº 271/2005 – Plenário TC – 013.610/2003-1 Ofício SEFIP nº 1069, de 7/4/2005	Item 9.3.1. Faça cessar o pagamento de auxílio-alimentação aos magistrados	Em cumprimento Em razão do Acórdão proferido nos autos da Ação ordinária nº 2001.81.00.017581-0, pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que ao apreciar a apelação e a remessa oficial, reformou a sentença de 1º Grau, julgando indevido o pedido autoral, e conseqüentemente cassando a antecipação de tutela, os autos foram submetidos à Presidência com a Informação SCGP/ACI nº 10/2010, e despacho da Assessoria, recomendando a imediata suspensão do pagamento do auxílio alimentação aos magistrados e a observância do devido processo legal quanto aos valores indevidamente recebidos. Os autos foram remetidos à PRT – 7ª Região para coleta de seu parecer, por determinação da Presidência.
Acórdão TCU nº 1.497/2007 – 1ª Câmara TC – 011.887/1999-0 Ofício SEFIP nº 2.034, de 8/6/2007.	Item 9.4.2: adote as providências necessárias ao ressarcimento das quantias indevidamente pagas, a contar da publicação de cada uma das deliberações: ato de aposentadoria de César Rossas Mota (Decisão nº 177/2001 – 1ª Câmara); atos de aposentadoria de Sebastião Queiroz de Pontes, Alúcio da Silva Ramalho e Expedito Edilson Mota Borges (Acórdão nº 975/2004 – 1ª Câmara); ato de aposentadoria de Maria	Cumprida A Presidência deste Tribunal determinou que à Diretoria de Orçamento e Finanças e Contabilidade levantasse os valores pagos a título de proventos de aposentadoria aos ex-juizes classistas elencados nos Acórdãos nº 975/2004 – 1ª Câmara e 206/2003, notificando-os acerca do <i>quantum</i> devido ao erário, com vistas ao ressarcimento aos cofres do Tesouro Nacional. Encontrado débito por parte dos ex-classistas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
	Dilce de Lucena de Castro (Acórdão nº 206/2003);	<p>Aluísio da Silva Ramalho, Expedito Edilson Mota Borges e Maria Dilce de Lucena de Castro, foram adotadas as providências necessárias para a cobrança, com os seguintes resultados:</p> <p>Maria Dilce de Lucena Castro: este Tribunal foi informado, através do ofício PFN/CE nº 665/2009, de 20/5/2009, que o débito da ex-Juíza Classista foi inscrito na Dívida Ativa da União, em 30/7/2008, sob nº 30.6.08.002195-46, sendo objeto do processo executivo fiscal nº 2008.81.00.013417-5/20ª vara Federal;</p> <p>Aluísio da Silva Ramalho: foi encaminhado à Procuradoria da Fazenda Nacional o Demonstrativo de débito. Após pesquisa no site do Ministério da Fazenda, em 17/6/2010, verifica-se que o procedimento de inscrição do débito na Dívida Ativa da União está em andamento (Proc. nº 10380.010847/2009-75) ;</p> <p>Expedito Edilson Mota Borges: foi encaminhado à Procuradoria da Fazenda Nacional o Demonstrativo de débito. Após pesquisa no site do Ministério da Fazenda, em 17/6/2010, verifica-se que o procedimento de inscrição na Dívida Ativa da União está em andamento (Proc. nº 10380.010856/2009-66);</p>
Acórdão TCU nº 2.253/2007 – Plenário TC – 025.662/2006-5 Ofício Circular CSJT.SE. nº 11,	9.2.1. no prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento desta Deliberação, apurem a ocorrência de eventuais pagamentos em favor de juízes classistas	Cumprida Notificados os ex-juízes classistas e pensionistas acerca do débito com o erário e após autorização, procedeu-se a consignação parcelada em favor da Fazenda Nacional, em



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
de 31 de outubro de 2007	<p>sob sua jurisdições, efetuados em desacordo com o entendimento sufragado pelo STF dos autos da ADI n. 1.797/PE;</p> <p>9.2.2. caso reste comprovada a irregularidade descrita no subitem anterior, adotem o devido processo legal para sustar os pagamentos inquinados e para que sejam ressarcidos os valores indevidos, observando-se p limite mínimo de 10% (dez por cento) calculado sobre a remuneração, na forma do art.46, § 1º, da Lei n. 8.112/1990, com a redação pela Medida Provisória n. 2.225-45/2001.</p>	<p>folha de pagamento dos ex-juízes classistas e pensionistas albergados por Decisão administrativa. Tal consignação foi efetivada em folha até o mês de junho/2009, quando do adimplemento total da obrigação.</p> <p>O débito do ex-Juiz Classista Afrânio Rodrigues Bezerra, falecido em 29/8/2008, está sendo consignado em folha da beneficiária da pensão vitalícia, desde o mês de dezembro de 2009 (parcelamento deferido nos autos do processo TRT nº 9.036/2009).</p> <p>O débito da pensionista vitalícia, Neusa Cunha Ramos, foi inscrito na Dívida Ativa da União em 20/11/2009.</p> <p>Registre-se, por oportuno, que em cumprimento às determinações judiciais das Ações Ordinárias nºs 22059.58.1997.4.5.8100 e 10319.30.1997.4.05.8100, 19 (dezenove) ex-Juízes Classistas aposentados e 1 (uma) pensionista continuam recebendo o percentual de 11,98% (URV).</p> <p>Após pesquisa efetuada no sítio da Justiça Federal, verificou-se que, embora julgados os embargos a execução em ambos os feitos, decidindo pela inexistência de crédito em favor dos ex-classistas e pensionistas, tais decisões ainda não transitaram em julgado.</p> <p>Fatos levados ao conhecimento da Presidência deste Regional por meio do Pronunciamento Gabinete/ ACI nº 100/2010 (Processo</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
		5085/2009) - Processo movimentado da Presidência para a Secretaria Judiciária dia 7/7/10, com determinação de oitiva do Ministério Público do Trabalho.
<p>Acórdão TCU nº 2.761/2007 – 1ª Câmara TC – 275.150/1993-3 Ofício TCU/SECEX-CE nº 852, de 17/9/2007.</p>	<p>Pendentes de cumprimento: 9.4. determinar à Coordenadoria de Controle Interno do TRT- 7ª Região, que informe, nas próximas contas do TRT – 7ª Região acerca de efetivo cumprimento das determinações contidas no item 8.1 do Acórdão 186/99 – TCU – 2ª Câmara: Item 8.1. do Acórdão 186/1999 - determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região 8.1.1. anulação dos atos referentes a ascensão funcional do servidor Eugênio Alves Cavalcante Ferraz em 06/5/1987 e da servidora Maria Inês Braga Cavalcante Maciel, em 17/8/1988, por ter descumprido norma interna do próprio TRT; 8.1.3. ressarcimento, por parte do Assessor Marcus Vinicius Cavalcante Soares, da quantia, devidamente atualizada, correspondente à remuneração irregularmente recebida num período de quatro meses do exercício de 1990, durante o qual permaneceu afastado do trabalho sem justificativa;</p>	<p>Suspensão do cumprimento em decorrência de determinação judicial item 8.1.1. não houve a anulação dos atos de ascensão funcional dos servidores Eugênio Alves Cavalcante Ferraz e Maria Inês Cavalcante Maciel, haja vista a sentença proferida nos autos da Ação Ordinária nº 2005.81.00.015986-9 pelo Juiz da 1ª Vara Federal/ Seção Judiciária do Ceará, em 16/11/2007, que julgou procedente o pedido, reconhecendo a decadência do direito da Administração Pública de anular os atos que ensejaram a ascensão funcional dos autores Eugênio Alves Cavalcanti Ferraz e Mª Inês Braga Cavalcante Maciel, declarando a ilegalidade da decisão do Tribunal de Contas da União e a conseqüente promoção dos promoventes. Dada à apelação interposta pela União, em 17/11/2007, os autos foram encaminhados ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, encontrando-se, atualmente, concluso ao Desembargador Federal Relator da 3ª Turma, Vladimir Sousa Carvalho, de acordo com a tramitação verificada no sítio da Justiça Federal da 5ª Região, em 17/6/2010.</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
		<p>Item 8.1.3.: O servidor Marcus Vinicius Cavalcante Soares ajuizou Ação Ordinária nº 2007.81.00.010501-8 em face do Juiz Federal da 5ª Vara/Seção Judiciária do Ceará; obteve decisão liminar favorável, posteriormente cassada pela sentença de 1º Grau de Jurisdição, que julgou seu pedido improcedente; interpôs, então, o interessado, recurso, recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, permanecendo obstada a cobrança e a eventual inscrição do débito do autor na Dívida Ativa da União.</p> <p>De acordo com a tramitação verificada, em 19/6/2010, no sítio do TRF da 5ª região, o processo encontra-se redistribuído ao Desembargador Federal Relator, José Baptista, desde 7/4/2009.</p>
<p>Acórdão TCU nº 285/2008 – 2ª Câmara TC – 005.636/1999-0 Sítio do Diário Oficial da União, acessado em 3/3/2008</p>	<p>Determinou ao TRT 7ª Região, ante a inclusão em seus quadros do servidor Eugênio Augusto de Almeida Neto em virtude de redistribuição, advindo do TRT 16ª Região, mediante Ato TRT nº 47, de 5/3/1999, que:</p> <p>9.5.1: dê cumprimento aos subitens 8.2 e 8.4 da Decisão 69/2000 – Plenário, mantida pelo Acórdão 2040/2006 – Plenário, anulando o ato de apostilamento de incorporação de quintos de funções comissionadas ao servidor Eugênio Augusto de Almeida Neto, informando a este Tribunal, no prazo de</p>	<p>Suspenso o cumprimento</p> <p>Em decorrência da decisão judicial proferida nos autos Ação Ordinária nº 2001.81.00.019931-0014-3 da 6ª. Vara da Justiça Federal – Seção Judiciária do Ceará, não foi possível dar cumprimento à determinação contida no subitem 9.5.1 do Acórdão nº 258/2008 – TCU – 2ª Câmara.</p> <p>Após pesquisa realizada no dia 12/7/2010 no sítio do TRF da 5ª Região, verificou-se que em sessão ordinária do dia 8/6/2010, a 2ª Turma do TRF da 5ª Região, por maioria de votos, deu provimento à apelação e à remessa oficial, nos</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
	<p>30 (trinta) dias, acerca das providências administrativas adotadas;</p> <p>9.5.2: com fundamento na Súmula TCU 249, dispense o referido servidor da devolução das importâncias recebidas a título de quintos incorporados e que foi objeto de determinação contida no subitem 8.3 da Decisão 69/2000 – Plenário.</p>	<p>termos do voto do relator; sentença publicada em 2/7/2010. Conseqüentemente, aguarda-se o trânsito em julgado da decisão, para excluir da remuneração do servidor a parcela referente à vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), decorrente da incorporação de quintos.</p>
<p>Acórdão TCU nº 525/2008 – Plenário TC – 017.219/2003-3</p>	<p>Conheceu dos pedidos de reexame, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterados os termos e determinações do Acórdão 651/2007 – TCU – Plenário:</p> <p>2.1: com fundamento na Súmula nº 235 da jurisprudência do TCU, adote, nos termos dos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/1990, mediante a instauração do competente procedimento administrativo, as providências necessárias ao recolhimento ao Erário, das importâncias indevidamente recebidas pela servidora aposentada Maria César Barreira, referente à parcela de 47,94% incidente sobre os valores recebidos em decorrência do exercício da função comissionada de Diretora-Geral (FC.10), sem vínculo com a Administração Pública, no período de junho de 2000 a março de 2003; pela servidora Maria Gabriela Santiago de Castro e Sérgio</p>	<p>Em cumprimento:</p> <p>Notificados os servidores e autorizados os descontos, a partir do mês de junho/2008 passou a ser consignado, em favor da Fazenda Nacional, o percentual de 10% (dez por cento) sobre a remuneração percebida pelos servidores Maria Gabriela Santiago de Castro e Sérgio Braga Cavalcante.</p> <p>Quanto à servidora inativa Maria César Barreira, foi elaborado o Demonstrativo de Débito, e posterior encaminhamento à Procuradoria da Fazenda Nacional.</p> <p>Após pesquisa no site do Ministério da Fazenda, verificou-se que está em andamento o procedimento de inscrição do débito na Dívida Ativa da União (Processo nº 10380.00.09223/2009-13)</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
	Braga Cavalcante , referente à parcela de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, antigos quintos, atinentes a períodos anteriores a 11/7/1994;	
Acórdão 711/2008 – TCU – 1ª Câmara TC – 007.387/2007-8 Ofício TCU/SEFIP nº 1.008, de 18/3/2008	O TCU considerou ilegal o ato de concessão de pensão nº. 20784503-05-1999-000050-5, recusando-lhe registro e fez determinações ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região: 9.4.3. que observe, em caso de pagamento cumulativo de pensão civil e de pensão do montepio civil facultativo, o limite remuneratório do art.37, inciso XI, da Constituição Federal.	Suspenso o cumprimento: Em razão da sentença prolatada pelo Juiz Federal da 3ª Vara /Seção Judiciária do Ceará nos autos da Ação Ordinária nº. 2008.81.00.007714-3, que julgara procedente o pedido, para o efeito de condenar a União Federal a continuar provendo a pensionista vitalícia, Maurea Nobre César , cumulativamente, com a integralidade da pensão civil e da pensão especial do montepio civil, bem como afastar a incidência do teto remuneratório como limitador do montante pago em função da percepção cumulada das respectivas pensões, fica obstado o cumprimento da determinação emanada pela Douta Corte de Contas., Após pesquisa no sítio da Justiça Federal na <i>internet</i> , verifica-se que foram interpostos recursos pelas partes. Autos conclusos ao Desembargador Federal Relator, Lázaro Guimarães, desde 16/12/2009.
Acórdão TCU nº 1.418/2008 – Plenário TC 026.899/2006-0	9.2. determina a todos os órgãos da Justiça do Trabalho que se abstenham de promover a "remoção" de magistrados entre Tribunais Regionais do Trabalho	Não cumprido: O certame de remoção de juiz do Trabalho substituto continua sendo efetivado neste



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
Sítio do Diário Oficial da União	prevista na Resolução n. 21/2006 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, tendo em vista que configura aplicação do instituto da transferência, que já foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e rechaçado no âmbito desta Corte de Contas;	Tribunal, em conformidade com a Resolução CSJT nº 21/2006 e Resolução CNJ nº 32/2007 , a qual estabelece em seu art.2º que “até que seja editado o Estatuto da Magistratura previsto no art.93, “caput”, da Constituição Federal, os critérios para as remoções a pedido e permutas de magistrados serão estabelecidos em leis de organização judiciária, atos normativos e/ou regimentos internos dos tribunais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal”.
Acórdão TCU nº 1.603/2008 – Plenário TC 008.380/2007-1 Sítio do Diário Oficial da União	9.1. recomendar ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ (...) que, nos órgãos integrantes da estrutura do Poder Judiciário Federal: 9.1.1. promova ações com o objetivo de disseminar a importância do planejamento estratégico, procedendo, inclusive mediante orientação normativa, ações voltadas à implantação e/ou aperfeiçoamento de planejamento estratégico institucional, planejamento estratégico de TI e comitê diretivo de TI, com vistas a propiciar a alocação dos recursos públicos conforme as necessidades e prioridades da organização; 9.1.2. atente para a necessidade de dotar a estrutura de pessoal de TI do quantitativo de servidores efetivos	Em cumprimento O CNJ editou as Resoluções de nºs 90 e 91/2009, dispondo sobre nivelamento de TI no Poder Judiciário e requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário; No âmbito deste Tribunal, foi editado o Ato TRT7 nº 93/2007, que instituiu a Política de Segurança da Informação. A Secretaria de Tecnologia da Informação informou, por meio do Memo STI nº 59/2010, que o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do Tribunal (PETI) está em fase final de elaboração, com previsão de conclusão no mês de agosto/2010. Ressaltou que os objetivos estratégicos de TI estão alinhados ao Planejamento Estratégico do Tribunal, do CNJ e do CSJT.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
	<p>necessário ao pleno desempenho das atribuições do setor, garantindo, outrossim, sua capacitação, como forma de evitar o risco de perda de conhecimento organizacional, pela atuação excessiva de colaboradores externos não comprometidos com a instituição;</p> <p>9.1.3. oriente sobre a importância do gerenciamento da segurança da informação, promovendo, inclusive mediante normatização, ações que visem estabelecer e/ou aperfeiçoar a gestão da continuidade do negócio, a gestão de mudanças, a gestão de capacidade, a classificação da informação, a gerência de incidentes, a análise de riscos de TI, a área específica para gerenciamento da segurança da informação, a política de segurança da informação e os procedimentos de controle de acesso;</p> <p>9.1.4. estimule a adoção de metodologia de desenvolvimento de sistemas, procurando assegurar, nesse sentido, níveis razoáveis de padronização e bom grau de confiabilidade e segurança;</p> <p>9.1.5. promova ações voltadas à implantação e/ou aperfeiçoamento de gestão de níveis de serviço de TI, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados internamente, bem como a adequação dos serviços contratados</p>	<p>A Secretaria também elaborou Exposição de Motivos visando a sua reestruturação, fundamentada nas metodologias ITIL, COBIT e PMBOK, recomendações do CNJ e acórdãos do TCU.</p> <p>O PETI e a reestruturação da STI dependem de avaliação e aprovação pela autoridade superior.</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
	<p>externamente às necessidades da organização;</p> <p>9.1.6. envide esforços visando à implementação de processo de trabalho formalizado de contratação de bens e serviços de TI, bem como de gestão de contratos de TI, buscando a uniformização de procedimentos nos moldes recomendados no item 9.4 do Acórdão 786/2006-TCU-Plenário;</p> <p>9.1.7. adote providências com vistas a garantir que as propostas orçamentárias para a área de TI sejam elaboradas com base nas atividades que efetivamente pretendam realizar e alinhadas aos objetivos do negócio;</p> <p>9.1.8. introduza práticas voltadas à realização de Auditorias de TI, que permitam a avaliação regular da conformidade, da qualidade, da eficácia e da efetividade dos serviços prestados;</p>	
<p>Acórdão TCU nº 1.901/2008 – 2ª. Câmara TC 009.963/2004-3 Ofício TCU/SEFIP nº 1891, de 7/7/2008</p>	<p>O TCU conheceu do pedido de reexame interposto pelo Sr. Valdir Queiroz Sampaio ao Acórdão 337/2005 – TCU – 2ª Câmara, no tocante ao pagamento da gratificação adicional por tempo de serviço para, no mérito, conceder a ele provimento; e</p> <p>Considerou legal o ato de alteração de aposentadoria, determinando seu registro.</p>	<p>Cumprido:</p> <p>Em decorrência, e em cumprimento ao Acórdão 1.901/2008, foi determinada a elaboração de novo mapa de tempo de serviço para fins de concessão de anuênios. Elaborado novo mapa, verificou-se que o ex-Juiz classista fazia jus a 2 % ao invés de 3% de GATS., como anteriormente concedido por este Tribunal .</p> <p>Levado o assunto ao plenário, foi lavrada a Resolução TRT n.º 80, de 24/3/2009,</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
		<p>determinando, a bem do erário, o cumprimento do Acórdão observando o percentual de GATS de 2%, e não de 3%, com o imediato envio do respectivo Ato de Alteração àquela Corte de Contas.</p> <p>Em 3/4/2009, após a publicação da Resolução nº 80/2009, foram interpostos pelo ex- juiz classista embargos declaratórios (Processo P.G. nº 11.125/2009-8), os quais não foram conhecidos pelo Pleno deste Tribunal, por incabíveis.</p> <p>Lavrado o Ato de Alteração de Aposentadoria (Ato nº 159/2009), efetuado a sua publicação no DEJT de 12/11/2009, foi providenciado o formulário de alteração de aposentadoria a ser encaminhado à Douta Corte de Contas para apreciação e registro.</p>
<p>Acórdão TCU nº 3.154/2008 - 2ª. Câmara TC – 011.644/2008-1 Ofício TCU/SEFIP 4578, de 3/9/2008</p>	<p>O TCU julgou prejudicado, por inépcia, a apreciação para fins de registro do ato concessão de aposentadoria de Wilson Borba; e considerou legal para fins de registro o ato de concessão de Wilson Borba.</p> <p>Determinou ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª. Região – TRT/CE que:</p> <p>19.1.1. providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, o encaminhamento de novo ato de aposentadoria de Wilson Borba, CPF nº 015.888.773-53, devidamente</p>	<p>Cumprido:</p> <p>O formulário julgado legal neste Acórdão (nº 20784503-04-2006-000011-6) já continha as alterações de tempo de serviço determinadas. Assim, vejamos:</p> <p>O TST determinou a redução da proporcionalidade da aposentadoria do ex-classista para 34/35. Ao elaborar novo mapa, a Secretaria de Pessoal constatou que havia incorreção também no tempo de serviço, e informou que o mesmo tinha o tempo de 33a3m9d. Esta informação, com a proporcionalidade de 33/35, fora registrada no</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
	<p>corrigido, por intermédio do sistema SISAC, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, para apreciação por este Tribunal, tendo em vista a discrepância entre a proporcionalidade dos proventos e os tempos de serviço informados no Anexo I do formulário de concessão;</p> <p>19.1.2. observe o correto preenchimento do formulário de concessão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao correto exame do ato, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN TCU 55/2007.</p>	<p>formulário 2006-000011-6, que já fora julgado legal pela Corte de Contas.</p> <p>Inobstante o disposto acima, esta Assessoria informou à Presidência desta Corte acerca das irregularidades no formulário sob nº 20784503-04-2006-000014-0, conforme Acórdão 3154/2008, tendo o Exmo. Sr. Presidente deste TRT determinado as providências necessárias ao cumprimento da determinação.</p> <p>No Pronunciamento de nº 284/2009, esta Assessoria de Controle Interno opina que, diante da nulidade do Ato de Alteração de Aposentadoria do ex-juiz classista, onde havia discrepância entre a proporcionalidade dos proventos e o tempo de serviço (Ato TRT nº 3/2001), e da emissão de novo Ato de Alteração (Ato TRT nº 71/2006), registrado e julgado legal pela douta Corte de Contas da União através do Acórdão nº 3.154/2008 – 2ª Câmara, torna-se desnecessário o envio de novo Ato de Alteração de Aposentadoria, haja vista que o erro material ali registrado já fora saneado por este Tribunal, inclusive com julgamento pela legalidade do mesmo Acórdão.</p> <p>Diante do acolhimento do opinativo desta Assessoria pela Presidência deste Tribunal, foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União através do Ofício ACI nº 2/2010, de 12 de abril de 2010, cópia do pronunciamento 284/2009.</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
<p>Acórdão TCU nº 1.074/2009 – Plenário TC – 025.818/2008-4 Ofício TCU/ADPLAN-Gab 66, de 15/6/2009 Recebido a 23/6/2009</p>	<p>9.1. recomendar aos órgãos/unidades de controle interno das unidades jurisdicionadas, que:</p> <p>9.1.1. desenvolvam programa de monitoramento da qualidade do trabalho da auditoria interna;</p> <p>9.1.2. normatizem a atividade da auditoria interna pelo menos quanto aos seguintes aspectos:</p> <p>9.1.2.1. posicionamento do órgão/unidade de controle interno na organização;</p> <p>9.1.2.2. autoridade do órgão/unidade de controle interno na organização, incluindo:</p> <p>9.1.2.2.1. autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações e propriedades físicas relevantes para executar suas auditorias;</p> <p>9.1.2.2.2. obrigatoriedade de os departamentos da organização apresentarem as informações solicitadas pelo órgão/unidade de controle interno, de forma tempestiva e completa;</p> <p>9.1.2.2.3. possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas a auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário;</p> <p>9.1.2.3. âmbito de atuação das atividades</p>	<p>Em cumprimento</p> <p>A Assessoria de Controle Interno foi reestruturada, no âmbito deste Tribunal, pelo Ato GP nº 101/2005. Em seu anexo, o Ato já dispõe detalhadamente sobre a atividade de auditoria interna em harmonia com o Acórdão, sendo necessário apenas atualizá-las quanto aos aspectos indicados nos subitens 9.1.2.2.3, 9.1.2.4, 9.1.2.5. e 9.1.2.6, bem como para finalizar sua adequação à Resolução CNJ nº 86/2009.</p> <p>Quanto ao item 9.1.4., já houve recomendação desta Assessoria (Memo.ACI nº 99/2009) no que concerne a determinadas participações de servidores de controle, sem êxito, mas serão reapresentadas à nova Administração, conjuntamente com minuta de ato de alteração do Ato nº 101/2005, incluindo termo de confidencialidade a ser firmado pelos auditores.</p> <p>A ACI, em todos seus procedimentos de controle, analisa os controles internos das unidades auditadas (item 9.1.3).</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
	<p>de auditoria interna, inclusive quanto à realização de trabalhos de avaliação de sistemas de controles internos;</p> <p>9.1.2.4. natureza de eventuais trabalhos de consultoria interna que o órgão/unidade de controle interno preste à organização;</p> <p>9.1.2.5. participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar co-gestão e por isso prejudiquem a independência dos trabalhos de auditoria;</p> <p>9.1.2.6. estabelecimento de regras de objetividade e confidencialidade exigidas dos auditores internos no desempenho de suas funções;</p> <p>9.1.3. realizem auditorias de avaliação de sistemas de controles internos;</p> <p>9.1.4. disciplinem a participação dos auditores dos órgãos e unidades de controle interno em atividades próprias e típicas de gestores.</p>	
<p>Acórdão TCU nº 2.395/2009 – Plenário</p> <p>TC. 020.840/2005-8 (apenso, o TC. 014.652/2006-0)</p> <p>Ofício TCU/SEFIP 1775, de 15/10/2009</p> <p>Recebido no dia 19/10/2009 (Proc. pg. nº 39.188/2009-4)</p>	<p>9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – TRT/CE que:</p> <p>9.2.1. faça constar em futuros editais licitatórios a definição de critérios de aceitabilidade de preços unitário e global, com a fixação de preços máximos, tendo por referência os preços de mercado, de acordo com o disposto no art. 40, inciso X, da Lei n. 8.666/1993;</p>	<p>Atendida (item 9.2.4).</p> <p>Remetido o estudo acerca do acordo firmado entre o TRT – 7ª Região e o Banco do Brasil S/A (alvo do Proc. pg. nº 39.188/2009-4), por meio do Ofício TRT GP nº 153/2010, dentro do prazo estipulado.</p> <p>Nas ações rotineiras de controle, a ACI, por meio de sua seção competente (SCGAP), tem observado o cumprimento das demais</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
	<p>9.2.2. adote o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI como referência oficial de aferição da razoabilidade dos custos das obras executadas com recursos do Orçamento da união, conforme previsão contida na Lei n. 10.524/2002, Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2003, e mantida pelas leis subseqüentes;</p> <p>9.2.3. apresente, em licitações futuras, a planilha analítica de preço base dos serviços de engenharia, segundo disposto no art. 7º, § 2º, II, da Lei n. 8.666/1993;</p> <p>9.2.4. promova, se ainda não o fez, e encaminhe ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, o estudo de avaliação econômico-financeira do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado com o Banco do Brasil S/A em 19/6/2006, de tal forma que considere o benefício econômico decorrente da movimentação dos recursos acordados e o período de cessão de uso das áreas destinadas ao aludido Banco, a fim de aferir se existe equivalência entre as obrigações assumidas pelas partes contratantes; (prazo prorrogado para 120 dias pelo Acórdão TCU nº 2.953/2009 – Plenário)</p>	<p>recomendações.</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
	9.2.5. promova prévia licitação, nos termos da orientação contida na Lei n. 8.666/1993, à celebração de ajustes, acordos ou instrumentos congêneres em que, em face da descrição do objeto da futura avença, reste configurado o antagonismo de objetivos entre as partes contratantes, a fim de evitar a ocorrência constatada no Acordo de Cooperação Técnica Financeira firmado com o Bando Brasil S/A, relativo à execução da obra de construção do Anexo II do Fórum Autran Nunes e na sua respectiva modernização tecnológica;	
Acórdão TCU nº 3.206/2009 – 1ª Câmara TC. 012.213/2005-3 Ofício TCU/SEFIP 12202, de 1/7/2009	1.6.1. Ao Controle Interno que se manifeste expressamente, nas próximas contas anuais, acerca do cumprimento da decisão judicial objeto da Apelação Cível 281/91, número de origem 2001.83.00014.043-4, quanto ao eventual ressarcimento de valores porventura pagos aos servidores substituídos pela ANAJUSTRA	Cumprido: No âmbito deste TRT não houve beneficiários da ação indicada no Acórdão. De outra parte, conforme informação prestada pela Divisão de Cadastramento e Pagamento de Pessoal (DCPP), foi paga a 1 (um) servidor do TRT da 19ª Região (Marcos Antonio Barbosa Almeida), removido para este Tribunal, função integralizada, no período de dezembro de 2002 a outubro de 2004, por força de antecipação de tutela concedida no Processo Judicial nº 2002.00.0001160-7 da 1ª Vara Federal do estado de Alagoas. Informada a este TRT a suspensão dos efeitos da tutela antecipada, a partir de novembro/2002 (Ofício TRT 19ª Região nº



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
		<p>392/2004/SRH-GD, datado de 26/10/2004), a Presidência determinou o imediato cumprimento da decisão, bem como o levantamento de todas as quantias pagas indevidamente ao interessado para fins de restituição ao erário, na forma do art.46, da Lei nº 8.112/90. O servidor já restituiu ao erário todo o valor indevidamente recebido.</p> <p>Houve ainda servidores deste Tribunal beneficiados por tutela antecipada nos autos do Processo nº 2000.81.00.012208-3 da 1ª Vara Federal no Ceará, os quais receberam o pagamento de função comissionada integralizada nos meses de julho a outubro de 2000, não tendo havido, ainda, restituição ao erário, uma vez que não houve determinação judicial ou administrativa nesse sentido.</p> <p>Através de consulta do Processo n. 2000.81.00.012208-3 – 1ª. Vara Federal no Ceará, no site do TRF da 5ª. Região, verificou-se que foi dada baixa definitiva dos autos em 28/1/2009, após o trânsito em julgado da decisão do segundo grau de jurisdição. Inobstante a reforma da sentença pelo TRF da 5ª Região, não houve determinação judicial ou administrativa para restituição ao Erário dos valores recebidos.</p> <p>Por meio do Pronunciamento Gabinete/ ACI nº 101/2010 (Processo TRT7 nº 6.736/2009), recomendou-se à Administração a adoção do devido processo legal para cobrança aos</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS	DETERMINAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/ PROVIDÊNCIAS
		servidores, dos valores recebidos por força de antecipação de tutela nos autos do Processo n. 2000.81.00.012208-3 – 1ª. Vara Federal no Ceará, já cassada por Acórdão do TRF – 5ª Região, que concluiu pela improcedência do pedido, recomendação essa ainda pendente de apreciação.

Fonte: Pesquisa da ACI

Quadro N: Recomendações da ACI à Administração do TRT – 7ª Região

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
Parecer ACI nº 51, de 12/11/2009 Proc. p.g. nº 2.377/2009 – 4 (Cessão de servidores para a Justiça Eleitoral)	Instada a se manifestar acerca da legalidade das requisições e renovações de pessoal, para o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, esta Assessoria recomendou: 1. Que fosse verificada norma aplicável a cada caso, vez que geram efeitos distintos, quanto a possibilidade ou não de prorrogação das requisições: 1.1. se foram requisitados para prestar serviço em Cartórios ou em Secretaria de Tribunal Regional Eleitoral; 1.2. se estão lotados fora da área de jurisdição do respectivo juízo eleitoral; 1.3. se foram requisitados para ocupar CJ (de 1 a 4); 1.4. quais as atividades desempenhadas pelos servidores requisitados.	Pendente de apreciação conclusiva. Em despacho, datado de 3/12/2009, os autos foram encaminhados à Secretaria de Gestão de Pessoas para informar acerca das recomendações desta Assessoria; antes que houvesse o cumprimento, no entanto, foram avocados os autos pela Presidência na data de 17/6/2009 e devolvidos apenas em 17/6/2010 para arquivamento, o que, segundo MEMO SGP Nº. 126/2010, de 16/7/2010, impossibilitou o seu atendimento. Considerando que o arquivamento se deu equivocadamente, esta Assessoria provocará novamente a Administração, solicitando o expresse desarquivamento dos autos do p.g. e a apreciação conclusiva das recomendações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	<p>2. Que fosse observada a <u>necessária anuência da Administração</u> (órgão cedente) nos seguintes casos:</p> <p>2.1. requisição para os Cartórios Eleitorais, quando o servidor se destinar a lotação fora da área de jurisdição do respectivo juízo eleitoral (art. 8º da Resolução TSE nº. 20753/00);</p> <p>2.2. nos casos de <u>prorrogação de requisição</u> (art. 9º da mesma Resolução) também para os cartórios.</p> <p>3. Por fim, recomendou-se que, no momento da análise dos pedidos fosse resguardado o lapso temporal entre o final da última requisição e a data em que o servidor retornasse efetivamente à disposição desta Corte.</p>	
<p>Pronunciamento ACI nº 15, de 19/1/2009 Processo TRT nº 9.039/2008 (Licença capacitação)</p>	<p>Tendo em vista a inclusão da Seção IV no capítulo V da Lei nº 8.112/90 – Do afastamento para participação em programa de pós-graduação “<i>stricto sensu</i>” no país, que a matéria fosse regulamentada no âmbito desta Corte, conforme preceitua o § 1º do art.96–A, da referida Lei (artigo incluído pela M.P nº 441/2008)</p>	<p>Acolhida. A Presidência deste Tribunal editou o Ato TRT nº 32/2009 (alterado pelo Ato TRT nº 82/2009), que dispôs sobre a concessão de bolsas de estudo de cursos de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i>, na forma de reembolso parcial, para magistrados e servidores deste Tribunal</p>
<p>Pron. ACI nº 92, 9/3/2009 (Processo TRT nº 9031/2008) Pron. ACI nº 100, 9/3/2009 Processo TRT nº 9033/2008</p>	<p>O indeferimento do pedido, haja vista o estabelecido no Art.153, inciso III, § 2º, inciso I e nos arts.157 e 158 da Constituição Federal; no §1º, do art. 113, do Código Tributário Nacional; no art. 46</p>	<p>Opinativo acolhido pela Presidência do Tribunal, cujos despachos foram publicados nos DEJT nºs 313 e 314, dos dias 10 e 11/9/2009, caderno do TRT-7ª Região.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
Pron. ACI nº 101, 9/3/2009 Processo TRT nº 9283/2008 Pron. ACI nº 102, 9/3/2009 Processo TRT nº 229/2008 (Pedido de não retenção de IR na fonte sobre montante acumulado)	da Lei nº 8.541/92 e no art.56 do Decreto nº 3.000/99.	
Pron. ACI nº 111, de 11/3/2009 Processo TRT nº 100/2009	Ante o pagamento indevido de auxílio pré-escolar ao servidor José Auriz Barreira Júnior no período de novembro/2007 a outubro/2008, recomendou-se sua notificação para efetuar a reposição, na forma prescrita no art. 46 da Lei nº. 8112/90.	Acolhida. Notificado o servidor para reposição, requereu o parcelamento do débito em folha, o que foi deferido pela Presidência nos autos do Processo Administrativo TRT nº 3.906/2009. O débito já foi integralmente pago.
Pron. ACI nº 152, de 30/3/2009 Processo TRT nº 703/2009 (inclusão de dependentes em benefícios assistenciais]	Que antes da inclusão de beneficiários, dependentes do servidor, em programas assistenciais, fossem atualizados os dados cadastrais dos servidores, ativos, inativos e pensionistas, através de recadastramento ou do devido processo legal	Acolhida parcialmente: A Divisão de Cadastro e Pagamento de Pessoal (DCPP) tem despendido total esforço na atualização dos dados cadastrais de servidores, ativos e inativos, e pensionistas. Anualmente, já é realizado o recadastramento dos inativos e pensionistas, tendo a Presidência desta Corte Trabalhista editado, em 3/3/2010, o Ato TRT nº 57/2010, que dispõe sobre a respectiva atualização dos dados cadastrais. Insta frisar que não é realizado, ainda, para os servidores ativos o recadastramento anual; a ausência de tal procedimento acarreta, por vezes, registros cadastrais totalmente desatualizados.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
Pron. ACI nº 157, de 31/3/2009 Proc. p.g. nº 8.031/2009-5 (Inclusão de companheiro para percepção de benefícios assistenciais)	Que seja efetivada a regulamentação, no âmbito deste Tribunal, do devido processo legal de reconhecimento da união estável como entidade familiar, para que possa surtir todos os efeitos legais	Sem manifestação. Atualmente vários processos sobre o assunto encontram-se na Presidência desta Corte para apreciação; aguarda-se uma possível regulamentação da matéria. Anteriormente, os processos tinham início com pedido de benefícios assistenciais formulados em favor dos companheiros, sendo tais benefícios concedidos pelo Diretor Geral em razão da delegação conferida pela Presidência. Considerando as implicações de tais concessões, quando envolvida união estável ainda não reconhecida, esta Assessoria tem recomendado a decisão prévia, por parte da Presidência, relativa ao reconhecimento da unidade familiar, o que tem sido acatado.
Pron. ACI nº 241, de 28/5/2009 Proc. p.g. nº 10.873/2009-1 (Pretensão de unificação da capacitação da ERMAT com a Divisão de Recursos Humanos)	Alteração da redação do § 4º do art. 4º da Resolução nº 272/2007, a fim de que os servidores da Divisão de Recursos Humanos fossem desvinculados da ERMAT (hoje Escola Judicial)	Acolhida. A Resolução nº 272/2007 foi revogada. Em vigor, a Resolução nº 241/2009, estabelecendo o regulamento da Escola Judicial, com quadro próprio de servidores.
Pron. ACI nº 277, de 12/6/2009 Proc. TRT nº 5.903/2008 (concessão de pensão civil)	Recomendado o desdobramento de processo de pensão, constituindo novos autos com vistas à adoção das providências cabíveis para a cobrança dos valores objeto de possível apropriação indébita, garantida a ampla defesa e o devido processo legal.	Acolhida pelo Pleno do Tribunal. Nos termos da Resolução TRT nº 299/2009, foi determinado que fossem restituídos os valores recebidos indevidamente pela viúva (Maria Rosivânia Bernardina Marques) de servidor do Tribunal (José Ribeiro Marques) entre a data do falecimento e agosto de 2008, no valor total



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
		<p>de R\$18.774,41, obedecido o procedimento previsto no art.46 da Lei nº 8.112/90.</p> <p>Constatada a inércia da Administração, esta Assessoria encaminhou diligência à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para que se pronunciasse acerca das medidas já adotadas para o cumprimento das determinações do Pleno, ou providenciá-las, se fosse o caso (Diligência ACI nº 16/2010, de março do corrente ano).</p> <p>A pensionista protocolou pedido sob p.g. nº 010568/2010-9, requerendo, alternativamente, a não devolução dos valores recebidos ou o desconto em folha, na forma do art. 46 da L. 8.112/90. O Exmo Sr. Desembargador Presidente proferiu decisão, a 15/7/2010, deferindo o pedido alternativo da requerente, a fim de que o pagamento se dê de forma parcelada - percentual mensal de 10% (dez por cento) da pensão concedida.</p>
<p>Pron. ACI nº 280, de 24/6/2009</p> <p>Proc. p.g. nº 30.662/2007-0, autuado como Proc. TRT nº 5.085/2009</p> <p>(Acórdão TCU 2.253/2007-Plenário – incorporação indevida do percentual de 11,98% à remuneração de juízes classistas]</p>	<p>Recomendou-se, para obtenção de ressarcimento ao erário:</p> <p>1. a melhoria dos controles internos dos setores incumbidos de operacionalizar a cobrança, de modo a conduzir os respectivos processos e expedientes pertinentes atendendo aos princípios de controle, de modo ordenado, centralizado, com observância da Lei n.º 9.784/1999 e aplicação do Provimento TRT n.º 3/2009,</p>	<p>Acolhidas.</p> <p>Houve mudança da unidade administrativa responsável pela condução dos procedimentos de cobrança e de inscrição de débito na dívida ativa da união, da Secretaria de Orçamento e Finanças (atual DSOFC) para a Divisão de Cadastro e Pagamento de Pessoal.</p> <p>Constatou-se significativa melhora nos procedimentos relacionados à cobrança com vistas à restituição ao erário.</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
<p>Pron. ACI nº 281, de 25/6/2009 Proc. TRT nº 91.993/1997</p> <p>Pron. ACI nº 282, de 25/6/2009 Proc. TRT nº 90.215/1998</p> <p>Pron. ACI nº 285, de 25/6/2009 Proc. TRT nº 91.194/1998 (Acórdão TCU nº 1.497/2007 – 1ª Câmara – restituição ao erário de Expedito Edilson Mota Borges, Aluísio da Silva Ramalho e Maria Dilce Lucena de Castro)</p>	<p>no que couber;</p> <p>2. autuação dos expedientes como processo administrativo, devendo todo procedimento/ documento pertinente à cobrança e inscrição na dívida ativa do débito dos devedores ser expedido e registrado nos respectivos autos, em original;</p> <p>3. proceder a juntada, ao processo administrativo de cobrança, dos originais das notificações expedidas aos interessados expedidas, bem como dos ofícios à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) e dos respectivos avisos de recebimento;</p> <p>4. proceda-se o total preenchimento do Demonstrativo de Débito para Inscrição em Dívida Ativa da União e a remessa do mesmo, via ofício, à PFN, lastreado das cópias necessárias autenticadas, com a subsequente juntada do original do ofício e do aviso de recebimento.</p> <p>5. seja editado novo Ato regulamentar referente ao protocolo, autuação, formalização e seguimento de processos administrativos, uma vez que o Ato TRT n.º 69/2007 foi revogado pelo Provimento TRT n.º 3/2009, que trata de tais procedimentos pertinentes a processos judiciais.</p>	<p>Quanto à edição de novo ato regulamentar, a ACI provocou novamente a Administração, apresentado os termos para tanto, por meio da Exposição de Motivos ACI nº 4/2009 (Processo pg nº 25.372/2009-3)</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
Pron. ACI nº 283, de 25/6/2009 Proc. TRT nº 4.979/2008 (Acórdão TCU nº 651/2007 – Plenário – restituição ao erário por Maria César Barreira)	Diante da impossibilidade de restituição ao erário mediante desconto em folha, já que não concedida autorização para tanto, recomendou-se a adoção das providências para inscrição do débito na Dívida Ativa da União.	Acolhida. Foi elaborado o Demonstrativo de Débito, encaminhado à Procuradoria da Fazenda Nacional. Está em andamento o procedimento de inscrição do débito na Dívida Ativa da União (Processo nº 10380.00.09223/2009-13)
Pron. ACI nº 308, de 3/7/2009 Processo TRT nº 615/2009 (Pagamento de remuneração)	Os pagamentos processados em folha de magistrados e servidores devem estar devidamente registrados no histórico financeiro.	Acolhida em parte. Houve um considerável progresso em relação aos registros cadastrais e financeiros, os quais têm apresentado uma sensível melhoria em relação à qualidade das informações ali registradas. Permanece ocorrendo, porém, a realização de pagamentos sem prévio cadastro.
Pron. ACI nº 328, de 15/7/2009 Processo TRT nº 4.245/2009 (Licença para tratamento de saúde em pessoa da família)	Recomendado que se procedam aos registros necessários (conexão de processos, juntada de expedientes) no Sistema de Processos Trabalhistas de 2ª Instância (SPT2), para que este espelhe fielmente o andamento e a situação dos expedientes e processos em andamento	Acolhida. No caso concreto, foram registradas a conexão do Processo TRT nº 3.805/2009 (pedido de Antonio Calbir da Rocha Mendes), ao Processo TRT nº 4.245/2009, iniciado pelo Setor Médico através do Of. DAS nº 762/2009, bem como a juntada do p.g. nº 24.191/2009-9 (requerimento de Maria Evilênia Maia), cujas peças já estavam fisicamente anexadas.
Pron. nºs. 331, 332 e 333, de 20/7/2010 Processos TRT nº 1464/2009, 1463/09 e 2322/09.	Considerando a não observância por parte do Setor Médico da limitação do número de licenças no período de 12 meses para acompanhar pessoa da família disposta no	Não acolhida. Em despacho exarado pelo Presidente desta Corte, referendado posteriormente pelo Pleno desta Corte não foi apreciada a recomendação



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	§ 3º. do art. 83 da Lei nº. 8.112/90, recomendou-se que fosse realizada a compensação de horário para evitar o desconto dos dias de afastamento já concedidos sem previsão legal.	contida nos pronunciamentos quanto à compensação, o que deverá ser reiterado por parte desta Assessoria.
Pron. ACI nº 420, de 15/9/2009 Processo TRT nº 5.359/2009 (Pedido de parcelamento de débito com o erário, formulado por servidora do Município de Itapajé - CE, Wanderleyde Carneiro Frota)	O não parcelamento do débito para com erário, em face da servidora não mais ter vínculo com o Tribunal, devendo se dar a cobrança na forma do art. 47 da Lei nº. 8.112/90.	Acolhida. No caso concreto o Exmo. Desembargador Presidente acatou o posicionamento da ACI, indeferindo o pedido. Consta no SPT2 que o processo encontra-se no Secretaria de Gestão de Pessoas desde 28/9/2009; conforme informado pela Diretora da DCP, houve o recolhimento do débito mediante GRU, em dezembro de 2009.
Pron. ACI nº 444, de 7/10/2009 Processo TRT nº 1.475/2009 (Exoneração de servidor sem vínculo com Administração Pública, ocupante de cargo em comissão]	Recomendou-se que a DCP, da Secretaria de Gestão de Pessoas, observe, no momento da emissão da folha de pagamento, se o servidor ainda se encontra em exercício, evitando, assim, pagamento indevido e posteriores devoluções desnecessárias	Acolhida. No decorrer do ano de 2009, não foram verificados débitos com o erário em folha de servidores sem vínculo com a Administração Pública, exonerados de cargo em comissão. Esse fato denota o acompanhamento próximo, por parte dos operacionalizadores da folha, da situação dos servidores em processo de vacância ou exoneração.
Pron. ACI nº 462, de 22/10/2009 Processo nº TRT 8798/2009 (licença-prêmio)	A assessoria opinou pela legalidade do escalonamento do usufruto da licença-prêmio no período de 26/10 a 24/11/2009; e ilegalidade do pagamento da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) durante o período de usufruto de	Opinativo acolhido pela Presidência do Tribunal, cujo despacho foi publicado no DEJT no dia 4/11/2009.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	licença prêmio, haja vista o disposto no art.87 da Lei nº 8.112/90 (redação original), c/c o art. 11 da Lei 11.416/2006, e art.1º do Anexo III da Portaria Conjunta nº 1/2007.	
Pron. ACI nº 558, de 28/12/2009 Processo TRT nº 5.467/2009 (Programa Permanente de Capacitação]	<p>A elaboração do Programa Permanente de Capacitação (PPC) é resultado de recomendação exarada em auditoria realizada entre os exercícios de 2007 e 2008.</p> <p>Ante o primeiro texto proposto pela Divisão de Recursos Humanos e aprovado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), a ACI recomendou que fossem feitas as seguintes alterações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. inclusão de programa específico de Qualificação da Divisão de Recursos Humanos; a DRH informou nos autos que este item já estava incluso no PPC; 2. o estabelecimento de prazo no calendário anual para a apresentação do PAC, no item “6. Do Plano Anual de Cursos – PAC” ; e 3. Detalhamento do “Programa de Aperfeiçoamento e Especialização”,. 	<p>Acolhida.</p> <p>Atendidas as recomendações expedidas pela ACI às fls. 47, a Divisão de Recursos Humanos (DRH) reapresentou o Programa, aprovado pela SGP, à Presidência, que determinou o seu arquivamento.</p> <p>Por meio do Pron. Gabinete/ ACI nº 99/2010, a Assessoria de Controle Interno recomendou o desarquivamento dos autos para que fossem adotadas as providências pertinentes à aprovação e divulgação do Programa Permanente de Capacitação deste Regional, para cumprimento do art. 1º do Anexo III da Portaria Conjunta STF/Conselhos/Tribunais Superiores nº 3/2007 .</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
Pron. ACI nº. 565, de 30/12/2009 Processo TRT nº 9. 995/09 (Pedido de adicional de qualificação decorrente de ações de treinamento]	Recomendou-se que a análise das ações de treinamento, quando não perfizerem o Quantitativo necessário para implantação de percentuais, atenha-se apenas ao procedimento da simples averbação nos assentamentos do servidor, deixando-se o mérito para posterior apreciação, quando realmente existir número suficiente de horas para concessão de AQ, sujeitando-se, então, à legislação da época em que tal ocorrer.	Acolhida.
Pronunciamento s/nº, de 16/4/2009 Proc. p.g. nº 22.068/2007-7	Inclusão, visando elidir desvio de função, dentre as atribuições das funções comissionadas de Chefe do Setor de manutenção e Conservação do Tribunal, e de Chefe do Setor de Zeladoria do Fórum, da atribuição de “fiscalização de obras e serviços técnicos”.	Acolhida.
Memorando ACI nº 12, de 10 de março de 2009 Remetido ao Secretário-Geral da Presidência Proc. p.g. nº 17.379/2007-4	Sugere a alteração do Ato TRT nº 69/2007, que trata dos procedimentos referentes à formalização dos processos administrativos no âmbito do TRT da 7ª região, revogando o art. 7º (inutilização do verso das páginas em branco com as palavras “em branco”); Por meio de despacho proferido nos autos do P.g. 17.379/2007-4, a 2/4/2009, a ACI retificou a sugestão para conformação da redação do art. 7º ao teor do art. 39 da Consolidação dos Provimentos da	Acatada Por meio do Ato TRT nº 34/2009, publicado no DEJT nº 213, de 16/4/2009. Ressalte-se, por oportuno, que tal ato foi revogado pelo Ato de Provimento nº 3/2009, que, posteriormente, foi revogado pelo Provimento Conjunto nº 6/2009. A exigência acerca da utilização da expressão “em branco” está contida no art. 43, do Provimento Conjunto nº 6/2009.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de 28 de outubro de 2008,	
Memo. ACI nº 13, de 10 de março de 2009. Dirigido ao Diretor-Geral	A reconstituição de comissão formada, tendo em vista as recomendações da Assessoria no Relatório de Auditoria de Bens Imóveis - 2007, com vistas à regularização dos imóveis deste TRT - 7.ª Região, haja vista a exoneração do presidente outrora designado, Antônio Marcônio Pereira Ribeiro.	Acatada. Portaria TRT nº 439/2009, publicada do DEJT nº 80, em 12 de maio de 2009, reconstituindo a comissão.
Memo. ACI nº 15, de 12 de março de 2009. Dirigido ao Secretário-Geral da Presidência	Encaminhados, para conhecimento da Presidência, os demonstrativos do Acompanhamento Trimestral das Despesas das Varas do Trabalho do interior do Estado, relativo ao quarto trimestre de 2008 (out-nov-dez), incluindo informações de custo, tais como folha de pagamento, água e esgoto, energia elétrica, telefonia Embratel e Telemar, Correios e outros gastos. Recomendou-se o encaminhamento do resumo individualizado das constatações correspondentes a cada Vara aos seus respectivos Juizes Titulares e Diretores de Secretaria, para o devido conhecimento e informação, se for o caso.	Acolhida, quanto ao exercício de 2009. Determinado, pelo Presidente, já em 2010, o encaminhamento do relatório às Varas, diretamente pela Assessoria, o que foi feito quanto ao ano completo de 2009, por meio do Memo ACI – Circular nº 84/2010, via Sistema Hermes de Malote Digital



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
Memo. ACI nº 21, de 1.º de abril de 2009. Remetido à Secretaria de Gestão de Pessoas	Regularizar as informações registradas no cadastro do Sistema MENTORH, pertinentes às inativas Lindalva da Rocha Lima e Eliesa Sousa de Carvalho , quanto aos períodos de exercício de função comissionada. Estes registros são necessários para conferência dos formulários de Alteração de Aposentadoria que foram enviados a esta Assessoria para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União. Solicitou-se, ademais, que a remessa de formulários a esta Assessoria seja precedida de complementação, no Sistema MENTORH, dos registros necessários à análise dos mesmos.	Acolhida em parte. A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) encaminhou a esta Assessoria o Memo SGP nº 63/2009, informando que os registros dos períodos de exercício de função comissionada das servidoras inativas Eliesa Sousa de Carvalho e Lindalva da Rocha Lima, já foram efetuados no cadastro do Sistema de Gerenciamento de recursos Humanos (MENTORH).
Memo. ACI nº 31, 24 de abril de 2009 Remetido à Secretaria de Gestão de Pessoas	Recomendou-se a inserção ou correção de dados no Campo Cargo Efetivo do cadastro de oito juizes, quanto à origem da vaga, dados da publicação, dados do concurso, data da publicação.	Acolhida. Segundo informação prestada pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), as correções e inserções solicitadas já foram inseridas parcialmente, devendo ser ultimadas no prazo de 10 (dez) dias (Memo. SGP nº 127/2010)
Memo. ACI nº 34, 30 de abril de 2009 Remetido à Diretoria-Geral	Solicita que os processos relativos à inclusão de dependentes, decorrentes de união estável, e de servidores removidos, que pleiteiam o benefício previsto no Programa de Assistência Médico Hospitalar, <u>necessariamente tramitem por esta Assessoria</u> , dadas as importantes implicações, referidas no pré-relatório de	Acolhida. A partir do mês de maio de 2009, todos os processos relativos à inclusão de dependentes, decorrentes de reconhecimento de união estável, no programa de assistência médico hospitalar, passaram a tramitar por esta Assessoria, para análise e pronunciamento



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	auditoria no plano de saúde. Posteriormente esclarecido que o pedido se restringe aos processos em que esteja pendente o reconhecimento de união estável pela Administração.	
Memo. ACI nº 39, de 21 de maio de 2009 Remetido ao Diretor-Geral	Recomendado acerto contábil sobre os valores contabilizados em dois elementos de despesa na folha de pagamento de pessoal de dezembro de 2009. Encaminhada documentação (pareceres do Setor de Auditoria de Gestão sobre o mapa consolidado geral das Folhas de Pagamento de dezembro de 2008/janeiro de 2009 e Ofício DICON – Diretoria de Contabilidade - Chefia nº 13/2009), recomendando-se que a Divisão de Cadastro e Pagamento de Pessoal fosse autorizada a providenciar a alteração das rubricas mencionadas, no sistema MENTORH.	Acatada parcialmente. Alteradas as rubricas do Mentorh. Não se procedeu ao ajuste contábil, no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), das importâncias contabilizadas nos elementos 331901142 e 331901143, referentes à folha de pagamento de dezembro/2009. Contudo, o Diretor da DICON (Divisão de Contabilidade) manifestou-se informando que não foi possível realizar o acerto, tendo em vista o encerramento do exercício de 2008.
Memo. ACI nº 92, 6/8/2009 Proc. pg nº 28.731/2009-0 (Publicação dos Atos administrativos deste Tribunal por meio do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho –DEJT)	Recomendação Uso do DEJT para publicação oficial dos atos Administrativos do TRT. Recomendou-se que tais atos fossem também divulgados no DOU, recomendando-se a adoção de <i>vacatio legis</i> , a exemplo do efetivado quando da migração das publicações do Diário Oficial da Justiça do Trabalho 7ª Região (DOJT) para o DEJT, com vistas a evitar	Recomendação Acolhida. A Portaria nº. 877/2009, publicada no BI nº. 19, declarou que até o dia 19/12/2009 as publicações dos atos administrativos que eram veiculados apenas no DOU passem a ser também veiculadas no DEJT com algumas exceções.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	perecimento de direitos em razão do desconhecimento da alteração pretendida.	
Memo. ACI nº 93, de 6 de agosto de 2009 Remetido ao Desembargador Presidente [Restauração do p.g. nº 4.094/2008-5] Processo TRT nº 6.817/2009	<p>Na data de 5/8/2009, em reunião com o Procurador-Chefe da União no Estado do Ceará, tratou-se de discutir providências relativas ao prédio Dom Hélder Câmara, de modo a possibilitar seu recebimento definitivo, obtenção de “habite-se”, realização de reparos, bem como da situação da Construtora Exata Ltda, no que concerne a seus haveres e deveres;</p> <p>No ensejo, esta Assessoria lembrou a existência de documento (p.g. n.º 4.094/2008-5), iniciado a 15/2/2008 com a protocolização de Ofício da Diretoria dos Serviços Judiciários e Administrativos (DSJA) do Fórum Autran Nunes, dirigido à Diretoria da Secretaria Administrativa, no qual se procedeu a levantamento detalhado das deficiências do então novo edifício e se sugeriu a contratação de outra empresa para serem corrigidas as falhas existentes.</p> <p>O referido documento foi alvo de manifestação do então Setor de Engenharia, da Assessoria Jurídico-Administrativa da Diretoria-Geral e desta Assessoria de Controle Interno. Em uma das intervenções do Setor de Engenharia no processo, houve o registro do fato de</p>	Acolhida. Procedeu-se à restauração dos autos, sob p.g. nº 28.732/2009-5, posteriormente autuado sob número de Processo 6.817/2009, e remessa de sua cópia à AGU, para análise conjunta com os autos do processo principal.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	<p>que a empresa em questão já havia sido notificada em diversas oportunidades para adotar providências no sentido do reparo das irregularidades encontradas na obra..</p> <p>Na oportunidade, visando resguardar o TRT na definição das responsabilidades do Construtor quanto a vícios da obra, esta Assessoria sugeriu o encaminhamento dos autos à Advocacia Geral da União (AGU) para análise da conveniência de <u>interposição prévia de procedimento acautelatório de futuro processo de indenização</u> (ou de cobrança alternativa de atuação corretiva da EXATA decorrente de sua responsabilidade), <u>visando pré-constituir prova atinente ao estado em que se encontrava o prédio</u>, antes da contratação e realização de reparos por parte de outras construtoras.</p> <p>Entendendo ainda essencial a definição da responsabilidade do construtor (Const. EXATA Ltda.) por vícios decorrentes da má-execução da obra, ratificou-se, por meio do Memo. ACI nº 93/09 a sugestão ali expendida, a título de recomendação.</p> <p>De outra parte, considerando valiosos os elementos históricos elencados no documento p.g. n.º 4.094/2008-5, recomendou-se sua localização ou restauração.</p>	



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
Memo. nº 96, de 13 de agosto de 2009 Remetido ao Desembargador Presidente Proc. pg. nº 29.650/2009-2 (Alteração do Ato TRT GP n.º 95/2009 que regulamenta, no âmbito deste Tribunal, o Processo Administrativo Disciplinar)	Recomendada alteração do ato para que apenas haja manifestação da ACI, antes do julgamento pela Presidência do Tribunal, nos casos de sindicância e ou processo disciplinar originado de ato ou fato causador de dano à administração pública federal, ou em cujo processamento seja revelado ato ou fato dessa natureza. Que seja encaminhado, para manifestação desta Assessoria, apenas as sindicâncias ou processos disciplinares em que sejam abordados danos causados à Administração Pública Federal, dada a sua importância para o exercício da função de controle desta Unidade	Acolhida. Editado o Ato TRT/125/2009, que alterou o Ato TRT nº 95/2009, dando nova redação ao art. 154, do mencionado ato, estabelecendo que, “constada a ocorrência de dano a administração pública, o processo de sindicância ou disciplinar deverá ser encaminhado a Assessoria de Controle Interno para manifestação, observado o disposto na Instrução Normativa TCU nº 56/2007.”
Memo. nº 98, de 18 de agosto de 2009 Remetido ao Desembargador Presidente	Não submissão ordinária para análise dos processos de contratação e aquisição fundados nos incisos I e II do Art. 24 da Lei n.º 8.666/1993, salvo solicitação expressa para ação de controle pontual.	Acolhida.
Memo. nº 99, de 15 de setembro de 2009 Remetido ao Desembargador Presidente [Processo TRT pg nº - Portaria GP n.º 759/2009 - Grupo de Revezamento das Comissões de Processo Disciplinar do TRT 7ª Região – designação de servidores de Controle –	Não inclusão de servidor(es) do controle interno em Comissões que se destinem à realização de Sindicâncias e/ou Processos Administrativos Disciplinares, os quais são alvo da ação de controle, em respeito ao princípio de segregação de funções.	Não Acolhida. Segundo Despacho exarado pelo Exmo. Sr. Presidente deste Tribunal, em 13/1/2010, a designação de servidor para integrar Comissão de processo disciplinar constitui encargo de natureza obrigatória, somente podendo ser excluído o servidor, a seu pedido, de forma justificada. A audição da Assessoria de Controle Interno, em sede e processo administrativo disciplinar, somente deverá ocorrer nas



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
incompatibilidade]		hipóteses previstas no art. 154, § 1º, do Ato 95/2009, com a redação atribuída pelo Ato 125/2005 Em atenção ao teor do Acórdão. TCU nº 1.074/2009 – Plenário, a ACI vai propor atualização da sua regulamentação, incluindo o teor da proposta indeferida.
Memo ACI nº 105, de 2 de outubro de 2009 Remetido ao Diretor-Geral via Malote Digital [Cadastro de Ações de Treinamento no Sistema]	1. que o encaminhamento de processos relativos a Adicional de Qualificação e a promoções a esta Assessoria sejam precedidos do cadastramento no Sistema Mentorh das ações de treinamento realizadas, com a respectiva carga horária; 2. que seja historiado o termo inicial e final de cada AQ concedido aos servidores; 3. que sejam registradas as ações de treinamento relativas aos Adicionais de Qualificação já concedidos.	Acolhidas. A Diretoria de Recursos Humanos já procedeu ao cadastramento das ações de treinamento, registrando o termo inicial e final de cada Adicional de Qualificação concedido aos servidores, estando em fase de conferência dos registros.
Memo. ACI nº 113, de 26 de outubro de 2009 Remetido ao Diretor-Geral via Malote Digital (Desconformidade com a legislação fiscal da minuta do ato sobre o auxílio-pré-escolar no âmbito do TRT-7ª Região, em conformidade com os Atos CSJT n.ºs 150 e 155/2009]	Não estando expressamente indicada como parcela remuneratória isenta de imposto, aplica-se ao auxílio-pré-escolar o disposto no art. 7.º da mesma Lei n.º 7.713/1988: Recomendou-se ao Presidente desta Corte. que determine a não reprodução do texto do art. 16 do Ato CSJT n.º 150/2009 em nosso ato, excluindo-se o trecho “ não constitui rendimento tributável ”, por afronta a expresso comando normativo tributário.	Não acolhida. O Ato TRT nº 172/2009, que dispõe sobre o programa de Assistência Pré-Escolar, publicado em 3/12/2009, estabelece no art.15 que, “o benefício de que trata este Ato não se incorpora aos vencimentos para quaisquer efeitos, não constitui rendimento tributável , nem sofre incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social, na forma prevista no art. 4º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004”. (original sem grifos) Segundo informações do CSJT, a redação do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
		<p>Ato CSJT nº 150/2009 seguiu o entendimento expresso em decisões judiciais recentes que concluíram pelo caráter indenizatório da parcela, razão porque sobre ela não incidiria imposto de renda.</p> <p>A esse respeito, foram localizados o Agravo Interno no Ag nº 2006.01.00.001744-9/BA (TRF – 1ª Região) e o Recurso Especial (STJ) nº 1.019.017 - PI (2007/0308325-8).</p>
<p>Memo. ACI nº 130, de 23 de dezembro de 2009</p> <p>Remetido ao Desembargador Presidente</p> <p>Proc. pg nº 48.803/2009-8</p> <p>(Percentuais de adicionais superiores ao permitido em lei]</p>	<p>Diante de indícios de pagamento de adicionais em percentuais distintos, para servidores sob as mesmas condições laborais, recomendou-se a adoção de providências para verificação da situação dos servidores ativos e inativos deste Tribunal, que percebem adicionais de Raios X, insalubridade e periculosidade</p>	<p>Em tramitação.</p> <p>Encaminhado à Divisão de Cadastro e Pagamento de Pessoal, em diligência (nº 26/2010).</p>
<p>Exposição de Motivos ACI nº 4, de 14 de julho de 2009, à Presidência</p> <p>Proc. pg nº 25.372/2009-3</p>	<p>Ante à revogação do Ato TRT nº 69/2007, a Assessoria, considerando que a atividade administrativa, por sua própria natureza, inclui o estabelecimento de controles internos administrativos preventivos, sucessivos e/ou corretivos, ressaltando-se a importância da condução dos processos administrativos com o máximo de segurança jurídica, garantindo aos interessados e à própria Administração a correção de seus registros, recomendou a edição de novo ato visando a padronização dos</p>	<p>Em tramitação</p> <p>O processo seguiu colhendo a manifestação de vários setores operacionalizadores dos procedimentos administrativos.</p> <p>Encontra-se na Divisão de Cadastramento Processual desde 8/2/2010. Esta Assessoria solicitou o impulsionamento do processo através do Memo. ACI nº 79, de 13/5/2010, sem resposta, até o momento.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	procedimentos de formalização dos processos administrativos, apresentando os respectivos termos.	
Recomendação verbal, diretamente à Presidência, mediante a apresentação da minuta de alteração do Ato – novembro/2009	Recomendou-se a alteração do Ato GP nº 138/2008 – Suprimento de Fundos – alteração do teor do art. 30	Acatada. Mediante o Ato nº 174/2009, publicado no DEJT nº 374, de 8/12/2009, Caderno do TRT – 7ª Região, deu-se a alteração recomendada, de forma a que os processos de suprimento de fundos, uma vez encerrados, estivessem sujeitos à análise pela ACI, o que se dá por amostragem.
Pron. SCGAP nº 59/2009 Proc. TRT nº 1.885/2009 (Pedido de reexame de Francisca Graças de Oliveira Medeiros da decisão que indeferiu seu credenciamento como leiloeira deste Tribunal)	Em homenagem ao princípio da publicidade, recomendou-se edição de ato normativo discriminador dos passos do credenciamento, com aproveitamento do contido em Ofício do Juiz designado. A SCGAP recomendou, ainda, que o convite aos leiloeiros registrados na JUCEC seja feito de forma periódica, por exemplo, anualmente, quando for publicada a lista atualizada dos mesmos.	Não acatadas.
Pron.SCGAP 38/09 Proc. p.g. nº 11.845/09-4	Não contratação de eventos com características corporativas, em desacordo com o Acórdão TCU nº 2.552/2007 – Plenário	Não acatada quanto ao Proc. 11.845/09-4, por entender a Administração que os temas a serem discutidos no evento eram de relevante interesse público, descaracterizando, assim, a natureza estritamente corporativa abordada no pronunciamento prévio da SCGAP/ACI. Após as considerações por parte da Presidência, opinou-se (Pron.SCGAP nº 37/2010) pela regularidade do procedimento.
Pron.SCGAP 110/09 Proc. TRT nº 6.364/09		



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
		Acatada em relação ao processo Proc. nº 6.364/09.
Pron.SCGAP 38/09 Proc. p.g. nº 11.845/09-4	Não pgto de diárias, tendo em vista que, na inscrição do evento, já estava incluído o fornecimento de hospedagem	Acatada.
Pron.SCGAP 188/09 Proc. p.g. nº 34.356/09-0	Desnecessidade da publicação referida no art. 26, Lei nº 8666/93, quando o valor da contratação por inexigibilidade enquadrar-se no limite estabelecido no inciso II do art. 24 daquele diploma legal (Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário)	Acatada. Em monitoração em amostra aleatória promovida pela Seção, observa-se o acatamento da recomendação, em manifesto prestígio ao princípio da economicidade.
Pron.SCGAP 35/09 Proc. p.g. nº 3.854/09-9	Juntada de atestado de exclusividade com prazo de validade renovada, com vistas à satisfação do previsto no art. 25, I da Lei nº 8.666/93	Acatada. Compulsando os autos através do monitoramento, foi certificada a juntada dos citados documentos, tendo sido concluso o processo pela regularidade.
	Verificação da regularidade fiscal da fornecedora quando da efetiva contratação	
Pron.SCGAP 39/09 Proc. p.g. nº 5.458/09-0	Justificativa do preço (inciso III, parágrafo único do Art. 26 da Lei n.º 8.666/93)	Por meio do monitoramento, verificou-se que a autoridade competente ratificou entendimento da Diretoria Geral, segundo o qual, corroborando com o parecer jurídico, o preço se encontrava justificado por ser patrocinado pelo Banco do Brasil e pelo Serviço Geológico do Brasil, com custo reduzido por participante e com preço ofertado compatível com o mercado nacional. Considerou-se, então, acatada a recomendação.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
Pron.SCGAP 91/09 Proc. p.g. nº 13.279/09-0	Adaptação da minuta contratual nos aspectos indicados, com reapreciação e aprovação pela Assessoria Jurídica Administrativa da Diretoria-Geral	Acatada.
Pron.SCGAP 82/09 Proc. p.g. nº 12.096/09-7	Registro da existência de dotação orçamentária suficiente para suprir a despesa para aquisição/contratação de serviços	Acatada.
Pron.SCGAP 65/09 Proc. p.g. nº 10.664/09-0 Pron.SCGAP 5/09 Proc. p.g. nº 31.034/08-2	Acatamento ao artigo 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com a redação alterada pela Resolução CNJ nº 9/2005, nas contratações de serviços	Acatada somente quanto ao primeiro processo. Sem manifestações e/ou justificativas quanto ao proc. 31.034/08-2.
Pron.SCGAP 211/09 Proc. p.g. nº 37.437/09-5	Juntada do contrato social ou outro instrumento equivalente da empresa adjudicatária, para fins de verificação dos poderes do Administrador signatário da Procuração Aderência ao Provimento Conjunto TRT nº 6/2009 e à Lei nº 9.784/1994, no que se refere à ordenação do processo administrativo	Acatadas.
Pron.SCGAP 65/09 Proc. p.g. nº 10.664/09-0	Juntada da publicação do aviso de adjudicação no Diário Oficial da União, para a regular instrução dos processos licitatórios	Acatada.
Pron.SCGAP 118/09 Proc. p.g. nº 15.246/09-0	Verificação das ocorrências registradas no SICAF imputadas à empresa	Acatada.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
Pron.SCGAP 178/09 Proc. p.g. nº 14.668/09-5		
Pron.SCGAP 174/09 Proc. p.g. nº 4.972/09-1	Ratificação pela autoridade competente da autorização para abertura do procedimento licitatório, quando da homologação do certame	Acatada.
Pron.SCGAP 118/09 Proc. p.g. nº 15.246/09-0 Pron.SCGAP 178/09 Proc. p.g. nº 14.668/09-5	Verificação das ocorrências registradas no SICAF imputadas à empresa	Acatada.
Pron.SCGAP 112/09 Proc. p.g. nº 22.890/09-0 Pron.SCGAP 118/09 Proc. p.g. nº 15.246/09-0 Pron.SCGAP 178/09 Proc. p.g. nº 14.668/09-5	Pesquisa de preços, com prioridade dos praticados junto a outros órgãos públicos, ou justificativa, quando possível apenas a pesquisa no mercado privado	Acatada somente quanto ao primeiro processo. Para os demais, procedeu-se a recomendação somente quando das novas contratações (processos vindouros).
Pron.SCGAP 213/09 Proc. p.g. nº 37.234/09-7	Realizar pesquisa de preços demonstrativa da vantagem econômica da adesão a ARP Colher e juntar aos autos a concordância da empresa beneficiária quanto às obrigações decorrentes da contratação	Não acatada. Sem manifestação nem justificativa.
Pron. SCGAP 183 e 184/09 Proc. p.g. nº 40.248/09-4 e Proc. p.g. nº 41.274/09-9	Não aderir a Atas de Registros de Preços de outras esferas federativas (municipais e estaduais, em consonância a Orientação Normativa AGU 21/2009 e o Acórdão nº 6.511/09 – TCU-1ª Câmara, publicado no	Acatada. Em monitoração posterior, verificou-se o acatamento desta recomendação.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	DOU de 20/11/09, seção 1, pg. 222	
Pron.SCGAP 173/09 Pron. Gabinete/ ACI s/ nº, de 26/10/2009 Proc. nº 23.346/07-0	<p>Ratificou-se recomendação da Assessoria Jurídica Administrativa de exigência de comprovação de pagamento da diferença de salários a partir de janeiro de 2009, bem como vales alimentação e transporte.</p> <p>Em pronunciamento do Gabinete da Assessoria, sem número, datado de 26/10/2009, recomendou-se, ainda:</p> <p>1. <u>a revisão das planilhas de custos para reinclusão das parcelas de IRPJ e CSLL</u>, considerando que não se aplica ao contrato em análise o entendimento dos Acórdãos TCU nºs 950, 1.427, 2.251 e 2.288, todos do ano de 2007 e Plenário, e o nº 546/2008, também Plenário, em conformidade com os arts. 53 e 56 da IN MPOG n.º 2/2008 excluídas;</p> <p>2. tendo em vista que o <u>regime tributário</u> a que está afeta a empresa contratada, desde 1º/7/2007, é o <u>SIMPLES</u>, as planilhas de custos também devem ser revistas desde a data da assinatura do contrato em consonância com esse fato; em decorrência, <u>dever-se-á proceder à cobrança retroativa de eventual diferença resultante da mudança do regime.</u></p>	<p>Não acatada a recomendação de comprovação de pagamento de diferença de salários, vale-alimentação e vale-transporte a partir de janeiro de 2009.</p> <p>Em paralelo a ação de controle deste exercício de 2010, a SCGAP procedeu a monitoramento das recomendações expedidas em 2009, emitindo-se como resultado o Pron. SCGAP 78/2010, no qual se ratificou a recomendação.</p> <p>Acatadas as recomendações da Assessoria, cujas providências estão em andamento.</p> <p>A empresa solicitou parcelamento do pagamento da dívida, o que foi deferido em 24 parcelas.</p> <p>Em ação de monitoramento, porém, constatou-se que ainda não foram iniciados os descontos nos pagamentos mensais à contratada, o que será alvo de provocação por parte da ACI.</p>
Pron.SCGAP 47/09 Proc. nº 24.555/07-7	2. Para fins de melhor aferição da execução contratual em tela, e da sua vantajosidade econômica, na forma como	<p>Acatadas parcialmente.</p> <p>Em paralelo a ação de controle deste exercício de 2010, procedeu-se a monitoramento das</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	<p>foi celebrado – manutenção com reposição de peças e para viabilizar um melhor acompanhamento por parte do gerenciador, recomendou-se:</p> <p>2.1. elaboração de instrumentos periódicos, a exemplo de <i>checklists</i>, relatórios mensais em que se discriminem as datas de manutenção preventiva e/ou corretiva e de realização e atendimento das chamadas, a discriminação das peças consideradas defeituosas e a data de sua substituição, o destino da peça avariada;</p> <p>2.2. juntada de notas fiscais ou documentos equivalentes relativos às peças substituídas, para fins de verificação do uso de peças novas, bem como do montante realmente dispendido com estas.</p>	<p>recomendações expedidas em 2009, emitindo-se como resultado o Pron. SCGAP 45/2010.</p> <p>Juntados aos autos Relatórios de Serviços Técnicos (RST), satisfatórios, de um modo geral, embora ainda com potencial para melhorias; juntadas notas fiscais, com algumas ressalvas.</p>
<p>Pron. SCGAP 42/09 Proc. p.g. nº 31.735/07-8</p>	<p>Que os pedidos iniciais dos procedimentos de adesão passassem a ser instruídos de forma mais pormenorizada, contendo além do objeto pretendido, com sua respectiva extensão e limites, também as obrigações/atividades e qualificações necessárias e suficientes à efetiva prestação de serviços pela futura contratada, bem como as indicações do gerenciador do contrato quanto à quantidade de servidores a serem treinados (se necessário), local da prestação dos serviços, prazos para sua</p>	<p>Acatada.</p> <p>Gradualmente se observa melhoria na formalização de tais pedidos, segundo os critérios recomendados.</p>



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	execução, dentre outras.	
Relatório de Auditoria do Rol de Responsáveis e respectivo monitoramento	as recomendações foram integralmente cumpridas, quais sejam: a) foi incluída a natureza de responsabilidade 132 – Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada que Apresenta as Contas, conforme preceituado na IN TCU nº 57/08; b) foi incluída a natureza de responsabilidade 207 – Responsável pela Conformidade Contábil; e c) foi realizada uma revisão/atualização dos dados cadastrais do Rol de Agentes Responsáveis inseridos no SIAFI, com base nos dados do Sistema Mentorh, nas datas de designação dos responsáveis e de publicação dos respectivos atos de designação.	Acatadas.
Relatório de Auditoria sobre o Programa de Assistência Médico-Hospitalar do TRT-7ª Região (Processo p.g. nº 11.917/2009-5)	Recomendou-se 1. a elaboração ou alteração da regulamentação interna (novo Ato que regulamente no âmbito deste Tribunal o Programa de Assistência à Saúde do magistrado e servidor; edição de um Ato que disponha sobre o instituto de dependência econômica, apresentando-se minutas de atos; 2. Que seja feito um estudo sobre a possibilidade de estabelecer um programa voltado para a assistência odontológica de	Em andamento. A Presidência determinou às unidades auditadas que apresentassem Plano de Ação no prazo de 30 (trinta) dias. Os autos tramitaram para a Diretoria-Geral, a Divisão de Assistência aos Servidores, a Divisão de Cadastramento e Pagamento de Pessoal, e atualmente está na Secretaria de Gestão de Pessoas.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

DOCUMENTOS/ASSUNTOS	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVAS/PROVIDÊNCIAS
	magistrados e servidores do TRT da 7ª Região. 3. O estabelecimento de indicadores de avaliação do Programa de Assistência à Saúde; 4. Seja desenvolvida política de controle de beneficiários e da qualidade de atendimento; 5. Que seja elaborado um Plano de Ações Preventivas (ou equivalente) a ser executado durante o exercício de 2010 (sugestões: programa de prevenção de doenças; ações de vigilância e de promoção à saúde; dentre outras ações).	

Fonte: publicações no DEJT e no Boletim Interno, e pesquisa da Assessoria de Controle Interno.

Quadro O: Quadro de achados

ACHADOS DE AUDITORIA	PROCESSOS/EXPEDIENTES	UNIDADES RESPONSÁVEIS	JUSTIFICATIVAS E/OU PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
Pagamento sem prévio empenho			
1. Realização de reembolso de valores despendidos com passagens e combustível para deslocamento de servidores, a trabalho, sem prévio empenho emitido	Proc. 1.918/2009 Proc. 2.324/2009 Ato TRT7 nº 27/2003 – art. 22; E-mail da ACI, de 18/5/09 ao Diretor-	Ordenador de Despesas (Diretor-Geral) Diretoria do Serviço de Orçamento, Finanças e	Não houve justificativas. Em pronto acatamento ao alerta, o DG determinou à DSOFC a emissão de empenho estimativo para fazer frente a ressarcimentos de tal natureza.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

ACHADOS DE AUDITORIA	PROCESSOS/ EXPEDIENTES	UNIDADES RESPONSÁVEIS	JUSTIFICATIVAS E/OU PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Geral (ordenador de despesas) o.	Contabilidade (DSOFC)	
Dos exames de conformidade relativos à despesa de pessoal (SCGOF)			
2. Valores insertos no Sistema Mentorh referentes à folha de pgto. do mês de dez/08 não correspondem às importâncias contabilizadas no SIAFI, no que diz respeito aos elementos 331901142 e 331901143. A falha foi observada em 4/5/09, através da análise do mapa consolidada geral da folha de pgto. relativa àquele mês, confirmada após diligência, e registrada no Parecer SCGOF nº 33/09	Proc. p.g. 14.868/09-0 Parecer SCGOF 33/09	Divisão de Contabilidade	O Diretor da Divisão de Contabilidade admitiu a falha (ou seja, não foi constatado dano ao erário) causada por erro de lançamento contábil, contudo informou que não foi possível realizar o acerto, tendo em vista o encerramento do exercício de 2008
Dos exames de conformidade dos processos de aquisições e contratações (SCGAP)			
3. Propostas apócrifas da pesquisa de preço	Processo p.g. nº 37.234/2009-7	Divisão de Apoio Administrativo	Não houve atendimento às recomendações. Sem manifestações e/ou justificativas.
4. Falta da juntada da concordância formal da empresa fornecedora registrada (ARP) em fornecer o produto, com a identificação legível de seu representante legal	Pron. SCGAP nº 213/09		
5. Ausência de comprovação dos elementos objetivos que levaram ao valor fixado no laudo de avaliação, com vistas à aquisição de imóvel	Proc. nº 48.816/09-5 Pron.SCGAP 214/09	Diretoria-Geral	Não foram apresentadas justificativas. (embora emitido o empenho - 09NE000942 -, a aquisição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

ACHADOS DE AUDITORIA	PROCESSOS/ EXPEDIENTES	UNIDADES RESPONSÁVEIS	JUSTIFICATIVAS E/OU PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
			<p>pretendida ainda não fora consumada, pendentes a liquidação e o pagamento)</p> <p>1- Em monitoramento realizado pela Seção junto à Diretoria Geral, em 4/2/2010, obteve-se como informação que a Administração está providenciando a referida juntada.</p> <p>2- Não foram localizados os autos, em 20/7/2010, para monitoramento, motivo pelo qual será objeto de expediente autônomo por parte desta ACI.</p>
<p>6. Edital de licitação para contratação de serviços sem registro da vedação constante do artigo 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com a redação alterada pela Resolução CNJ nº 9/2005:</p> <p>“Art. 3º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.”</p>	<p>Pron.SCGAP 5/09 Proc. p.g. 31.034/08-2;</p>	<p>Divisão de Licitações, Compras e Contratos</p>	<p>Sem manifestações e/ou justificativas</p>

Fonte: Pesquisa da Assessoria de Controle Interno



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
 Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

Quadro P: Quadro de achados com potencial efeito danoso

ACHADOS DE AUDITORIA	PROCESSOS/ EXPEDIENTES	UNIDADES RESPONSÁVEIS	JUSTIFICATIVAS E/OU PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
1. CESSÃO DE ESPAÇO AO SINDISSÉTIMA (Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho da Sétima Região), sem pagamento de custos (água e energia)	Processo nº 6.071/2008	Diretoria-Geral Presidência	<p>Em andamento.</p> <p>O sindicato foi notificado em 17/5/2010 da decisão do Presidente, que, acatando pronunciamento da Assessoria de Controle Interno, determinou a cobrança dos valores relativos ao custo do consumo de energia elétrica de outubro de 2007 a fevereiro de 2010, atualizados monetariamente, sob pena de inscrição na dívida ativa da União, bem como a cobrança do valor de 100% do respectivo custo de energia, doravante se ligados os <i>self containeds</i> da ala leste do 5º andar do Anexo I do TRT, onde está sediado o sindicato.</p> <p>O SINDISSÉTIMA apresentou manifestação no dia 7/7/2010, questionando a cobrança do período de outubro de 2007 a maio de 2008, bem como juntou o comprovante de pagamento das parcelas de energia elétrica que entende devidas, referentes ao período de junho de 2008 a junho de 2010.</p> <p>Os autos do processo nº 6071/2008 se</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

ACHADOS DE AUDITORIA	PROCESSOS/ EXPEDIENTES	UNIDADES RESPONSÁVEIS	JUSTIFICATIVAS E/OU PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
			encontram na ACI, desde o dia 14/7/10, para pronunciamento sobre as alegações do SINDISSÉTIMA.
<p>2. Aquisição com instalação de equipamentos para integrar os sistemas de detecção de presença e circuito interno de imagens das Varas do Trabalho de Baturité, Crateús, Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Quixadá e Sobral (Empresa contratada MEGATECH) - Indícios de entrega de bens em desconformidade com as especificações registradas denúncia de não cumprimento da garantia, quanto aos equipamentos já instalados no interior (os respectivos sistemas estão desligados, por problemas em sua operacionalização)</p>	<p>Processo p.g. nº 27.651/2007-7 (Pregão Eletrônico nº 53/07, para formação de registro de preços; - Contrato Nº 50/2007)</p>	<p>Divisão de Engenharia</p>	<p>Em andamento.</p> <p>Contém relatos de cumprimento irregular do contrato, uma vez que relatórios e documentos demonstram inexecução contratual, bem como divergência entre o previsto e o realizado. Os sistemas de detecção de presença e circuito interno de imagens do interior estão desligados, por problemas operacionais, e a empresa não atende aos chamados da garantia. Há extrapolação de prazo para execução do contrato e denúncias de irregularidades cometidas pela contratada nesse processo e em outros de outros órgãos públicos (assinaturas falsas em documentos)</p> <p>Instada a se manifestar, a empresa afirmou que as câmaras instaladas estão em desconformidade com o Edital, mas que cumpririam suas funções melhor do que as exigidas, e que teriam sido aceitas pelo TRT.</p> <p>Solicitada para reparar ou corrigir às suas expensas, no todo ou em parte, os equipamentos instalados, consoante</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão, Exercício de 2009

ACHADOS DE AUDITORIA	PROCESSOS/ EXPEDIENTES	UNIDADES RESPONSÁVEIS	JUSTIFICATIVAS E/OU PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
			<p>o disposto na cláusula 12ª, "j", do contrato, alegou, para o não atendimento aos chamados, que a grande maioria dos problemas é oriunda de mau uso do sistema e/ou modificações na infraestrutura dos prédios. Para atendimento aos chamados cobrou R\$800,00 para ressarcimento de despesas de deslocamento.</p> <p>A Divisão de Engenharia relatou várias incompatibilidades dos equipamentos adquiridos. Os autos estão sob análise da Assessoria Jurídica Administrativa da Diretoria-Geral, para subsídio de decisão quanto à desconformidade dos equipamentos e demais irregularidades.</p> <p>As providências da Administração serão objeto de monitoramento. Solicitar-se-á, oportunamente,, a abertura de sindicância, a fim de apuração das irregularidades apontadas e de responsabilidade do fiscal do contrato.</p>

Fonte: Pesquisa da Assessoria de Controle Interno